



Plano  
Director  
Municipal

# PDM:funcchal

revisão



Volume II – Condições Sociais e Económicas    Dezembro 2017

Fase 1 – Estudos de caracterização e diagnóstico  
prospetivo da situação existente





Plano  
Director  
Municipal

**PDM:funcchal**

revisão





## Equipa técnica

Técnicos	Qualificação Profissional
Paulo Pinho Coordenador geral	Eng.º Civil / Doutorado em Planeamento Regional e Urbano
Rute Afonso Coordenadora executiva	Arquiteta / Mestre em Urbanística e Gestão do Território
António Figueiredo Coordenador sectorial: Socio-economia	Economista
Ana Barroco Coordenadora sectorial: Sistema Biogeofísico	Arq.ª Paisagista
Manuel Miranda Coordenador sectorial: Sistema Urbano	Eng.º Civil / Pós-graduado em Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente
Paula Ramos Coordenadora sectorial: Infraestruturas Urbanísticas	Eng.ª Civil / Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano
Carlos Pinto Lopes	Jurista
Sofia Antunes Avaliação Ambiental Estratégica	Eng.ª do Ambiente
Carla Melo	Gestão e Planeamento em Turismo / Mestre em Gestão de Informação
Isabel Leal	Economista
Daniel Miranda	Geógrafo / Mestrando em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano
Marta Couto	Geógrafa
Rui Figueiredo	Arq.º Paisagista
Vítor Oliveira	Arquiteto / Doutorado em Planeamento
Miguel Torres	Eng.º Civil / Mestre em Planeamento
Rúben Fernandes	Eng.º Civil / Mestre em Economia Regional
Susana Magalhães	Arquiteta
Susana Alves	Arquiteta
Joana Espírito Santo	Eng.ª do Território
João Espírito Santo	Eng.º Civil
Jorge Gonçalves	Eng.º Civil
António Costa	Eng.º Civil
Alcides Santos	Eng.º Eletrotécnico
Alfredo Ferreira	Designer



# Fase 1- Estudos de caracterização e diagnóstico prospectivo da situação existente

## Índice de Volumes

VOLUME I – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E NORMATIVO

VOLUME II – CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS

VOLUME III – SISTEMA BIOGEOFÍSICO

VOLUME IV – SISTEMA URBANO

VOLUME V – SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS

VOLUME VI – DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO





## Volume II – Condições Sociais e Económicas

### INDICE

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS.....	17
2.1. Evolução Previsível da População Natural da RAM.....	17
2.2. Análise do Saldo Migratório e Resultante Evolução Previsível da População Real da RAM	22
2.3. Evolução Previsível da População Natural do Funchal.....	27
2.4. Pressão Previsível Sobre o Mercado de Trabalho .....	34
3. MODELO DE ABORDAGEM .....	37
3.1. Nota preliminar .....	37
3.2. Modelo de desenvolvimento económico da RAM e seus impactos espaciais no concelho do Funchal .....	40
3.3. Domínios complementares de análise .....	45
3.4. Potencial e estrutura económica do concelho do Funchal .....	46
3.4.1. Uma aproximação ao rendimento concelhio.....	46
3.4.2. Estrutura económica .....	49
3.4.3. Dinâmica de resposta aos Sistemas de Incentivos.....	54
3.5. Papel do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM).....	58
3.5.1. Notas preliminares .....	58
3.5.2. Contributo para o PIB regional.....	60
4. O EMPREGO.....	63
4.1. Nota preliminar .....	63
4.2. Do emprego regional ao emprego concelhio.....	63

4.3. Estrutura do emprego concelhio (Pessoal ao serviço) .....	65
4.4. Distribuição espacial do emprego por freguesia.....	68
4.4.1. Desemprego .....	69
5. A ACTIVIDADE TURÍSTICA .....	71
5.1. A Imagem de Excelência e a Evolução da Oferta Turística.....	72
5.2. Caracterização da Procura Turística.....	79
5.3. Indicadores de Sustentabilidade da Actividade Turística .....	83
5.4. Caracterização da Dinâmica de Preços do Alojamento Turístico em Estabelecimentos Hoteleiros.....	86
6. HABITAÇÃO .....	89
6.1. Evolução da pressão habitacional.....	89
6.2. Evolução da situação habitacional (1991 - 2001).....	91
7. EQUIPAMENTOS.....	93
7.1. Equipamentos Desportivos .....	94
7.1.1. Caracterização da Oferta.....	94
7.1.2. Caracterização da Procura .....	97
7.2. Equipamentos Educativos.....	109
7.2.1. Caracterização da Oferta.....	109
7.2.2. Caracterização da Procura .....	114
7.3. Equipamentos de Saúde.....	129
7.3.1. Caracterização da Oferta.....	129
7.3.2. Caracterização da Procura .....	133
7.4. Equipamentos de Apoio Social.....	135
7.4.1. Caracterização da Oferta.....	135
7.4.2. Caracterização da Procura .....	136

7.5. Equipamentos Culturais .....	140
7.6. Outros Equipamentos .....	142
8. SÍNTESE.....	144
8.1. Conclusões.....	144
8.2. SWOT.....	149

## Índice de Figuras

Figura 1 – Classificação da RAM no SMED .....	73
Figura 2 – Equipamentos desportivos no Funchal .....	95
Figura 3 – Localização dos grandes campos de jogos no concelho do Funchal (2005).....	102
Figura 4 – Localização das salas de desporto (ginásios) no concelho do Funchal (2005).....	103
Figura 5– Localização dos pavilhões gimnodesportivos no concelho do Funchal (2005).....	104
Figura 6 – Localização dos polidesportivos no concelho do Funchal (2005) .....	105
Figura 7 – Localização dos campos de ténis (públicos) no concelho do Funchal (2005) .....	106
Figura 8 – Localização das piscinas (de uso público) no concelho do Funchal (2005).....	107
Figura 9 – Localização das pistas de atletismo no concelho do Funchal (2005).....	108
Figura 10-Evolução do número de Estabelecimentos de Educação e Ensino na RAM, de 2003/4 a 2014/5 .....	109
Figura 11-Oferta Educativa da RAM por nível de escolaridade, 2007/8 a 2014/5 .....	110
Figura 12-Oferta Educativa do Concelho do Funchal, por nível de escolaridade, 2014/15.....	111
Figura 13-Oferta Educativa na RAM e Funchal, por nível de escolaridade, 2014/15 .....	111
Figura 14-Nível de Escolaridade da População Residente (CENSOS 2011) .....	114
Figura 15-Evolução do abandono no Concelho do Funchal .....	115
Figura 16-Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico, 2007 a 2014 .....	116

Figura 17-Evolução da Taxa de Retenção e Desistência no Concelho do Funchal por Ciclo, segundo os anos, 2007/8 a 2014/5 .....	116
Figura 18-Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário, 2007 a 2014 .....	117
Figura 19-Evolução da população a frequentar a educação Pré-escolar, 2007/8 a 2014/5 .....	118
Figura 20-Evolução da população a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico, 2007/8 a 2014/5 .....	119
Figura 21-Evolução da população a frequentar o 2º Ciclo do Ensino Básico, 2007/8 a 2014/5 .....	119
Figura 22-Evolução da população a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico, 2007/8 a 2014/5 .....	120
Figura 23-Evolução da população a frequentar o Ensino Secundário, 2007/8 a 2014/5 .....	121
Figura 24 – Localização dos equipamentos de saúde existentes no concelho do Funchal .....	132

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – População Residente na RAM por sexo e grupo etário .....	18
Tabela 2 – Projecções da População Natural da RAM por sexo e grupo etário .....	19
Tabela 3 - Saldo Migratório da população masculina da RAM, por grupo etário .....	23
Tabela 4 – Saldo Migratório da população feminina da RAM, por grupo etário .....	24
Tabela 5 – População Real e População Natural Projectada para o Funchal .....	29
Tabela 6 – População Real Efectiva e Projectada do Funchal .....	32
Tabela 7 – Evolução da População Potencialmente Activa da RAM, por sexo .....	34
Tabela 8 - Evolução da População Potencialmente Activa do Funchal, por sexo .....	34
Tabela 9 – Evolução da População com Idade entre 25-64 anos da RAM, por sexo .....	35
Tabela 10 – Evolução da População com Idade entre 25-64 anos do Funchal, por sexo .....	35
Tabela 11 – Modelo de desenvolvimento económico da RAM e base económica do concelho do Funchal .....	41
Tabela 12 - Indicadores empresariais Funchal versus RAM .....	48
Tabela 13 - Estrutura económica Funchal versus RAM – Empresas por sede de localização .....	49

Tabela 14 – Estrutura económica Funchal versus RAM – Pessoal ao serviço.....	50
Tabela 15 – Estrutura económica Funchal versus RAM – Volume de negócios .....	51
Tabela 16 – Estrutura económica Funchal versus RAM – VAB .....	52
Tabela 17 – Consumo de energia eléctrica 2008 por tipo de consumo Funchal versus RAM – VAB.....	52
Tabela 18 – Comércio internacional declarado de mercadorias por sede de operador (milhares de €) .....	53
Tabela 19 – Dinâmica do investimento co-financiado .....	55
Tabela 20 - Reactividade sectorial em termos de investimento co-financiado .....	56
Tabela 21 – Estrutura sectorial do investimento elegível co-financiado 2008-2010 versus estrutura sectorial do VAB e do emprego – RAM - Funchal .....	57
Tabela 22 – Postos de trabalho CINM.....	60
Tabela 23 – Contributos do CINM para a geração do PIB regional.....	61
Tabela 24 - Estrutura sectorial de estabelecimentos e pessoal ao serviço 2009, concelho do Funchal .....	65
Tabela 25 - Variação da estrutura sectorial do Pessoal ao Serviço 2003, 2009, concelho do Funchal .....	67
Tabela 26 - Ramos a 2 dígitos com pelo menos 700 trabalhadores .....	68
Tabela 27 – Densidade do emprego por freguesia .....	69
Tabela 28 - Evolução do desemprego registado, RAM e concelho do Funchal .....	70
Tabela 29 – Evolução da Capacidade de Alojamento da RAM, por Categorias .....	76
Tabela 30 – Capacidade de Alojamento e Limites do POT.....	78
Tabela 31 – Capacidade de Alojamento e Limites do POT (Dados da SRTT/DRT).....	78
Tabela 32 – Indicadores de Sustentabilidade da Actividade Turística .....	85
Tabela 33 – Pressão habitacional prevista .....	90
Tabela 34 – Evolução da situação habitacional.....	91
Tabela 35 – Distribuição dos equipamentos desportivos por tipologia e freguesia .....	96

Tabela 36 – Normas para a programação dos equipamentos desportivos .....	98
Tabela 37 – Limites de variação para os índices de superfície desportiva útil .....	99
Tabela 38 – Limites de variação para os índices de superfície desportiva útil .....	99
Tabela 39 – Limites de variação para os índices de superfície desportiva útil .....	101
Tabela 40 – Identificação dos Equipamentos Escolares do Concelho (2015/2016) .....	112
Tabela 41 – Número de alunos inscritos equipamentos escolares do concelho, segundo o nível de ensino, por freguesia (2015/2016).....	113
Tabela 42 – Alunos e estabelecimentos do pré-escolar em 2010/2011 .....	123
Tabela 43 – Alunos e estabelecimentos do 1º ciclo em 2010/2011 .....	124
Tabela 44 – Alunos e estabelecimentos do 2º e 3º ciclo em 2010/2011.....	126
Tabela 45 – Alunos e estabelecimentos ensino secundário em 2010/2011.....	127
Tabela 46 - Normas para a programação e caracterização dos equipamentos de ensino .....	128
Tabela 47 – Equipamentos de apoio social, por tipologia e freguesia, no concelho do Funchal em 2005.....	135
Tabela 48 – Número de alunos inscritos nas creches do concelho em 2010/2011.....	137
Tabela 49 – Evolução da população concelhia de por freguesia (2001-2021).....	138
Tabela 50 – Normas para a programação e caracterização dos equipamentos de apoio social .....	140
Tabela 51 – Equipamentos Culturais e de Lazer no concelho do Funchal em 2005 .....	141
Tabela 52 – Equipamentos de culto por freguesia, no concelho do Funchal em 2005. ....	143

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Pirâmides Etárias da População Real da RAM (1981-2001) .....	20
Gráfico 2 – Pirâmides Etárias da População Natural Projectada da RAM (2006-2021) .....	21
Gráfico 3 – Estrutura do Saldo Migratório Masculino e Feminino na Década de 80.....	25

Gráfico 4 - Estrutura do Saldo Migratório Masculino e Feminino na Década de 90.....	25
Gráfico 5 – Estimativa da População Real da RAM .....	27
Gráfico 6 – Quotas de Distribuição Concelhia da População Real da RAM .....	28
Gráfico 7 – Pirâmides Etárias da População Real do Funchal (1981-2001).....	30
Gráfico 8 – Pirâmides Etárias da População Natural Projectada do Funchal (2006-2021) .....	31
Gráfico 9 – Evolução das Quotas de População Jovem, Adulta e Idosa no Funchal .....	33
Gráfico 10 – Evolução das licenças concedidas totais e para construções novas, no Funchal ...	44
Gráfico 11 – Evolução do poder de compra per capita (RAM vs Funchal).....	46
Gráfico 12 – Poder de compra per capita e PIB per capita RAM .....	47
Gráfico 13 – Evolução do nº de entidades licenciadas no CINM (1988-2009).....	59
Gráfico 14 - Capacidade de Alojamento por Tipologia de Estabelecimento .....	74
Gráfico 15 – Evolução do Número de Estabelecimentos Hoteleiros .....	74
Gráfico 16 – Evolução da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros .....	75
Gráfico 17 – Evolução da Capacidade de Alojamento Total da RAM.....	75
Gráfico 18 – Capacidade de Alojamento por Tipologia de Estabelecimento Hoteleiro, 2009....	76
Gráfico 19 – Distribuição da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros, 2009 .....	77
Gráfico 20 – Evolução das Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros .....	79
Gráfico 21 – Evolução das Dormidas, RAM.....	79
Gráfico 22 - Distribuição das Dormidas por Tipo de Alojamento, RAM.....	80
Gráfico 23 - Sazonalidade das Dormidas, Empreendimentos Hoteleiros e TER .....	80
Gráfico 24 - Sazonalidade dos 6 Primeiros Mercados nos Estabelecimentos, segundo os Hóspedes.....	81
Gráfico 25 – Evolução dos Hóspedes em Estabelecimentos Hoteleiros .....	81
Gráfico 26 – Evolução da Percentagem de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros.....	82

Gráfico 27 – Evolução da Taxa Líquida de Ocupação Cama em Estabelecimentos Hoteleiros (%) .....	82
Gráfico 28 – Evolução da Estada Média em Estabelecimentos Hoteleiros (N.º noites) .....	83
Gráfico 29 – Evolução da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros, por 1000 Habitantes .....	84
Gráfico 30 – Evolução das Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros, por 100 Habitantes.....	84
Gráfico 31 – Preços Médios ao Balcão de Aposento nos Hotéis de 3, 4 e 5*, em Portugal, na Madeira e em Lisboa .....	86
Gráfico 32 – Evolução dos Preços Médios ao Balcão de: aposento, meia-pensão, pensão completa e apartamentos T1 e T2, em 2009 .....	87
Gráfico 33 – Disparidade dos Preços Médios da RAM face a Portugal (base 100), 2009 .....	87
Gráfico 34 – Evolução do Preço Médio de Aposento no período 2007 a 2009 .....	88
Gráfico 35 – Evolução da População Residente no Concelho do Funchal (1991-2021).....	98
Gráfico 36 – Evolução da população residente no Concelho de Funchal com 6 a 30 Anos de Idade (1991-2021) .....	100



## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos de fundamentação técnica agrupados sob a designação de “Condições Económicas e Sociais” abrangem os domínios mais relevantes da estratégia de desenvolvimento económico e social que deve inspirar a revisão do PDM do Funchal (PDMF).

O volume está estruturado de modo a encontrar uma coerência entre os diferentes contributos temáticos, procurando uma linha de orientação suscetível de interagir virtuosamente com os restantes volumes de fundamentação técnica.

A abordagem inicia-se com os estudos respeitantes às projeções demográficas, com uma estimativa da população para a RAM e para o Funchal com o horizonte de 2021. Trata-se de um exercício suscetível de ser significativamente afinado com a utilização próxima dos valores provisórios do Recenseamento em curso. As projeções estão concebidas de modo a permitir o acerto das previsões para o ano de 2011 e com esse elemento tornar ainda mais robustas as previsões para 2021, período que consideramos ajustado ao horizonte de referência para a revisão do PDM.

A estimativa da população residente para 2021 e a evolução projetada dos principais grupos etários e da população potencialmente ativa articulam-se coerentemente com a análise da base económica concelhia e da sua massa e estrutura de emprego, constituindo um referencial relevante para toda a reflexão prospetiva sobre a evolução do modelo económico implantado na Região. Do mesmo modo, as projeções demográficas constituem um auxiliar precioso para toda a reflexão realizada em torno dos domínios da habitação e dos equipamentos.

Em resumo, o capítulo 2 deste volume lança as bases para toda a análise prospetiva das condições económicas e sociais que devem enquadrar o processo de revisão do PDMF.

O terceiro capítulo está focado na análise da base económica concelhia, fazendo-o numa perspetiva que se considera apelativa para o bom êxito dos trabalhos e que consiste na discussão dos rumos prospetivos do modelo de desenvolvimento económico da RAM, o qual tem no concelho e na cidade do Funchal a sua expressão mais visível.

Assinala-se o momento de transição e de viragem que o modelo atravessa que não se confunde com os efeitos da conjuntura internacional recessiva sobre a economia regional, particularmente sobre a sua base turística. O Funchal está votado a absorver os principais fatores de mudança do modelo, sobretudo os que se relacionam mais diretamente com a desejável maior intensidade de conhecimento e o recurso a recursos humanos mais qualificados. Por isso, a análise dedica particular atenção a esses fatores de mudança e ao papel que o concelho do Funchal pode assumir nessa viragem. Na mesma linha de orientação, o estudo dedica uma secção autónoma ao Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e à sua evolução previsível.

O quarto capítulo é dedicado à análise do emprego e aí se realiza uma primeira estimativa do emprego no concelho do Funchal, que deverá ser progressivamente afinada em função da quantificação do emprego público (regional e municipal) que o Funchal absorve. Trata-se de uma das matérias essenciais para enquadrar a revisão do PDM, pois o concelho do Funchal atrai população residente de outros concelhos.

O quinto capítulo está focado na análise autónoma da base turística do concelho explorando toda a informação disponível sobre o sector e sobre a sua evolução mais recente. Compreende-se esta opção atendendo sobretudo ao papel central que a atividade turística assume no modelo de desenvolvimento económico da Região e à sua projeção sobretudo na cidade.

O capítulo sexto analisa a situação do concelho em matéria habitacional procurando entender se a prospetiva de carências e de pressão potencial de procura alinham ou não com a tendência mais geral que se antevê de gestão inteligente e equilibrada de um processo de contração /estabilização da dinâmica que conduziu a última década.

Em coerência com esta análise, o capítulo sétimo concentra-se no estudo dos equipamentos de suporte à vida urbana e concelhia em geral, destacando-se também aqui a necessidade de ajustamento da oferta de equipamentos ao cenário demográfico e à emergência de novas necessidades ditadas não só por essa evolução mas também pela evolução de padrões de preferência e de sustentabilidade.

O volume encerra com uma análise de síntese sobre o que é a projeção das condições económicas e sociais determina em termos de principais desafios para a revisão do PDM.

## 2. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

A previsão da evolução futura da população do Funchal, bem como da sua estrutura etária, apresentada nesta secção, foi realizada através da aplicação do Método das Coortes Sobreviventes. Trata-se de um método que permite conhecer a repartição da população futura por sexo e grupo etário, a partir da formulação de hipóteses de evolução de um conjunto de variáveis demográficas, designadamente a mortalidade, natalidade e migrações.

No caso em análise, as projeções demográficas começaram por ser realizadas à escala da RAM pelo facto da precisão dos resultados da aplicação do Método das Coortes Sobreviventes se encontrar bastante dependente da existência de inércia populacional, muito embora o concelho do Funchal concentre mais de 40% da população residente na Região. Os resultados obtidos foram, depois, criteriosamente distribuídos pelos diferentes concelhos da RAM. Note-se, no entanto, que nesta secção apenas se abordou o caso do concelho do Funchal.

### 2.1. Evolução Previsível da População Natural da RAM

Esta subsecção apresenta os resultados das projeções demográficas realizadas à escala da RAM. Tomou-se como ano horizonte da análise o ano de 2021, que corresponde, aproximadamente, ao ano em que terminará o período de vigência do novo PDM.

A tabela seguinte apresenta a evolução da população real da RAM, por sexo e grupo etário, ao longo dos anos censitários de 1981, 1991 e 2001. O quadro mostra a existência de um ligeiro acréscimo de população ao longo da década de 80, seguido de um decréscimo substancial de população, avaliado em cerca de 8500 pessoas, ao longo da década de 90. Os resultados preliminares dos Censos 2011, recentemente disponibilizados pelo INE, mostram, por outro lado, que entre 2001 e 2011 a população da RAM aumentou de 245011 pessoas para 267938 pessoas – o que se traduz numa variação populacional apreciável de aproximadamente 23000 pessoas em apenas uma década.

A análise por grupo etário mostra, ainda, que à semelhança do que se passa no contexto nacional, a RAM tem sido alvo de um decréscimo substancial da população com idade inferior a 19 anos, resultante da tendência verificada ao longo das últimas duas décadas da diminuição das taxas de fecundidade, especialmente nas mulheres com idades compreendidas entre 20 e

29 anos. Este decréscimo da população jovem tem sido acompanhado por um acréscimo da população com idade superior a 65 anos (sendo este decréscimo mais acentuado no caso da população do sexo feminino), resultante da progressiva diminuição das taxas de mortalidade nestas idades e, portanto, do aumento da esperança de vida. Por fim, o quadro mostra um acréscimo substancial da população em idade ativa, especialmente da população com idade compreendida entre 30 e 49 anos ao longo das décadas de 80 e 90.

Com base na Tabela 1, bem como nos dados anuais dos nascimentos e óbitos por sexo e grupo etário entre 1981 e 2009, procedeu-se às projeções da população natural da RAM. Relativamente aos resultados obtidos, que se encontram apresentados no Quadro 1.1.2., há que notar três situações distintas:

- Por um lado, os resultados obtidos para a população natural da RAM em 2006 correspondem a valores reais, dado que se conheciam os nascimentos e óbitos ocorridos entre 2001 e 2005;
- Por outro lado, os resultados obtidos para 2011 correspondem, por seu turno, a valores projectados, muito embora se espere que estes se aproximem dos valores reais da população natural em 2011, dado que se conheciam os nascimentos e óbitos ocorridos entre 2006 e 2009. Isto significa que apenas se procedeu às projeções dos acontecimentos ocorridos em 2010;
- Por fim, os valores obtidos para 2016 e 2021 resultaram da aplicação direta do Método das Coortes Sobreviventes.

**Tabela 1 – População Residente na RAM por sexo e grupo etário**

	1981			1991			2001		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-4	12215	11636	23851	9027	8678	17705	7306	7020	14326
5-9	13333	13018	26351	10591	10207	20798	7799	7474	15273
10-14	13973	13701	27674	11914	11585	23499	8861	8441	17302
15-19	13083	14846	27929	12279	12606	24885	10026	9581	19607
20-24	9248	11437	20685	10721	11194	21915	9770	9483	19253
25-29	7640	8512	16152	9587	10864	20451	9812	9703	19515
30-34	6001	7269	13270	8224	9288	17512	9360	9766	19126
35-39	5022	6906	11928	7324	8361	15685	9505	10443	19948
40-44	4980	7133	12113	6357	7275	13632	8073	8959	17032
45-49	5536	7715	13251	5127	6755	11882	7043	7836	14879
50-54	5290	7053	12343	4935	6913	11848	5866	6874	12740
55-59	4920	6408	11328	5234	7387	12621	4807	6570	11377
60-64	4027	5481	9508	4808	6766	11574	4391	6664	11055
65-69	3914	5319	9233	4092	5858	9950	4521	6819	11340

70-74	3286	4719	8005	3128	4614	7742	3520	5554	9074
75-79	1974	3229	5203	2325	3669	5994	2443	4069	6512
80-84	930	1790	2720	1289	2405	3694	1275	2460	3735
>85	364	936	1300	583	1456	2039	833	2084	2917
<b>Total</b>	<b>115736</b>	<b>137108</b>	<b>252844</b>	<b>117545</b>	<b>135881</b>	<b>253426</b>	<b>115211</b>	<b>129800</b>	<b>245011</b>

**Tabela 2 – Projeções da População Natural da RAM por sexo e grupo etário**

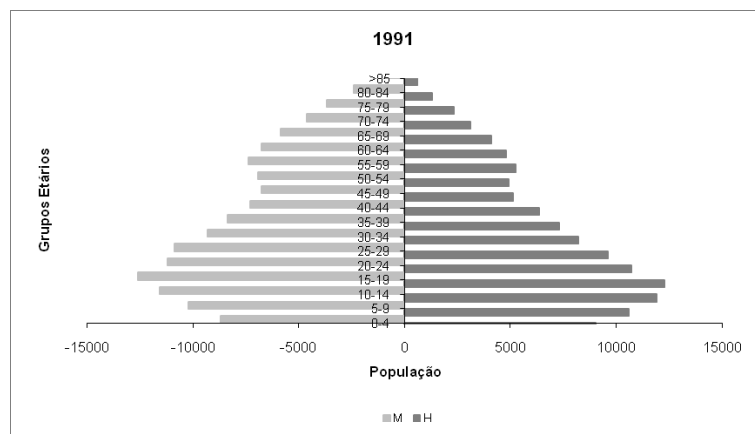
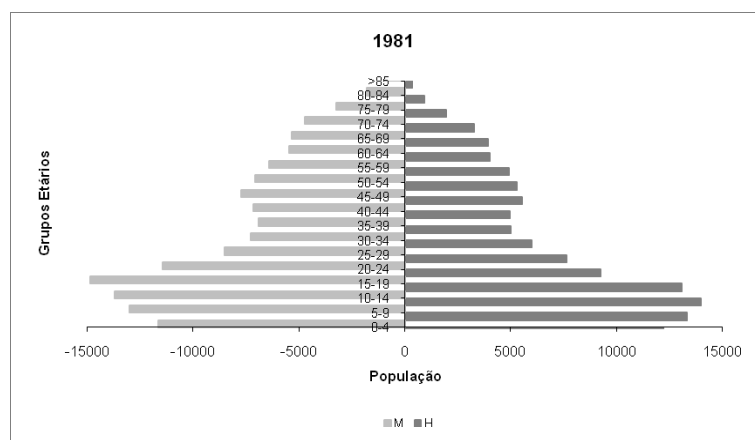
	2006			2011			2016			2021		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-4	7.886	7.507	15.393	6.736	6.238	12.974	5.446	5.143	10.589	4.718	4.453	9.172
5-9	7.250	6.965	14.215	7.845	7.482	15.327	6.695	6.236	12.931	5.420	5.142	10.562
10-14	7.784	7.465	15.249	7.244	6.957	14.201	7.842	7.472	15.314	6.694	6.228	12.921
15-19	8.850	8.431	17.281	7.772	7.457	15.229	7.232	6.943	14.175	7.830	7.457	15.286
20-24	9.983	9.564	19.547	8.820	8.422	17.242	7.747	7.445	15.192	7.211	6.932	14.143
25-29	9.716	9.468	19.184	9.927	9.553	19.480	8.794	8.407	17.201	7.729	7.432	15.161
30-34	9.738	9.681	19.419	9.657	9.451	19.108	9.868	9.542	19.410	8.744	8.400	17.144
35-39	9.230	9.731	18.961	9.634	9.648	19.282	9.547	9.421	18.969	9.765	9.515	19.280
40-44	9.326	10.382	19.708	9.091	9.686	18.777	9.478	9.597	19.076	9.404	9.375	18.779
45-49	7.837	8.876	16.713	9.102	10.294	19.396	8.784	9.618	18.402	9.144	9.533	18.677
50-54	6.742	7.727	14.469	7.535	8.754	16.288	8.805	10.115	18.920	8.520	9.445	17.965
55-59	5.503	6.739	12.242	6.411	7.578	13.989	7.177	8.629	15.806	8.410	9.984	18.394
60-64	4.399	6.364	10.763	5.112	6.585	11.697	5.981	7.403	13.384	6.716	8.442	15.158
65-69	3.864	6.376	10.240	3.929	6.098	10.027	4.592	6.316	10.908	5.399	7.116	12.515
70-74	3.800	6.343	10.143	3.265	5.970	9.235	3.214	5.630	8.843	3.738	5.834	9.572
75-79	2.526	4.740	7.266	2.966	5.645	8.611	2.499	5.248	7.748	2.465	4.975	7.440
80-84	1.400	3.010	4.410	1.537	3.741	5.279	2.141	4.726	6.867	1.840	4.476	6.316
>85	412	1.428	1.840	518	1.681	2.199	908	3.185	4.093	1.334	4.612	5.946
<b>Total</b>	<b>116.246</b>	<b>130.797</b>	<b>247.043</b>	<b>117.102</b>	<b>131.240</b>	<b>248.342</b>	<b>116.751</b>	<b>131.078</b>	<b>247.828</b>	<b>115.080</b>	<b>129.352</b>	<b>244.432</b>

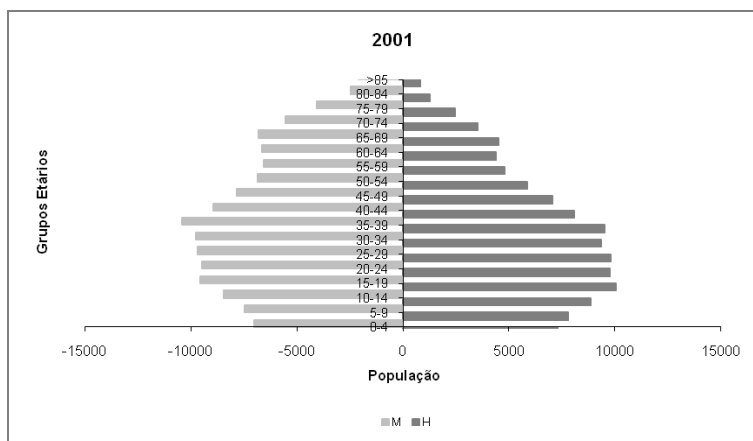
Os resultados das projeções da população natural da RAM mostram que, em 2021, o nível da população natural da Região se deverá situar na ordem das 244.500 pessoas. Os resultados revelam, ainda, um acréscimo pouco significativo de população entre 2001 e 2011, seguido de um decréscimo de população, de ordem semelhante, entre 2011 e 2021.

Os conjuntos de gráficos que se seguem apresentam, respetivamente, as pirâmides etárias da população real e projetada da RAM. A configuração das pirâmides etárias da RAM tem evoluído, por um lado, no sentido de perda de população pela base (i.e., de população jovem), que se justifica pela tendência de diminuição das taxas de fecundidade e pela tradição de saída de população ativa da região acompanhada do respetivo agregado familiar, e, por outro lado,

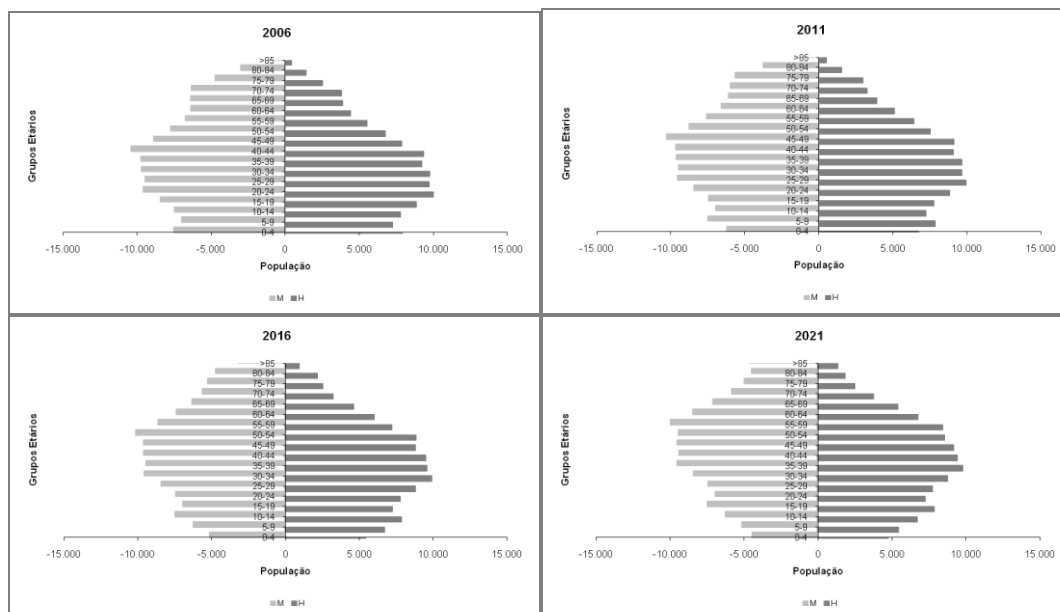
no sentido do aumento da população com idade superior a 65 anos, devido não só ao aumento da esperança de vida, como também à menor mobilidade deste tipo de população, em oposição à forte tradição de emigração da população mais jovem. A evolução da configuração das pirâmides etárias da RAM mostra também o aumento significativo da população em idade ativa nos próximos anos.

**Gráfico 1 - Pirâmides Etárias da População Real da RAM (1981-2001)**





**Gráfico 2 – Pirâmides Etárias da População Natural Projetada da RAM (2006-2021)**



## 2.2. Análise do Saldo Migratório e Resultante Evolução Previsível da População Real da RAM

Esta subsecção foca-se na análise do saldo migratório da RAM ocorrido nas décadas de 80 e 90. Esta análise tem como objetivo auxiliar a projeção da população real da RAM para os próximos anos.

O cálculo do saldo migratório foi realizado com base na comparação dos valores reais da população natural da RAM calculada por sexo e grupo etário para 1991 e 2001, com os valores população real da RAM nesses mesmos anos, obtida através dos censos.

Os quadros seguintes apresentam, por um lado, os resultados do cálculo quinquenal da população natural da RAM para os sexos masculino e feminino, respetivamente, bem como os resultados obtidos para o saldo migratório de ambas as populações nas décadas de 80 e 90. Por seu turno, os gráficos que se seguem apresentam, respetivamente, a estrutura do saldo migratório para as populações masculina e feminina nessas mesmas décadas.

Os resultados mostram que o saldo migratório se tem caracterizado, em ambas as décadas, por uma forte tradição de saída de população da RAM – que é, aliás, bastante típica de contextos insulares. O nível do saldo migratório não sofreu alterações substanciais nas duas décadas em análise. Note-se que, na década de 80, o nível do saldo migratório se situava na ordem das 16440 pessoas, ao passo que na década de 90 esse nível passou para 15865 pessoas. Por outro lado, também a estrutura do saldo migratório não se modificou consideravelmente entre as décadas de 80 e 90, caracterizando-se, em linhas gerais, pela forte saída de população com idades compreendidas entre 19 e 35 anos, acompanhada do respetivo agregado familiar, bem como pelo retorno da população idosa (sendo este fenómeno mais visível no caso da população masculina).

O conhecimento da estrutura do saldo migratório, por sexo e grupo etário, em duas décadas passadas não permite, no entanto, estabelecer um padrão de evolução futura da estrutura etária migratória passível de ser adicionado às projeções da população natural, de forma a obter uma estimativa da evolução previsível da população real, por sexo e grupo etário, da RAM. Note-se, no entanto, que, em termos absolutos, a estrutura etária migratória não alterará significativamente as pirâmides etárias da população natural projetada, na medida em que o peso do saldo migratório na média da população real em cada uma das décadas consideradas era de cerca de 6,5%.



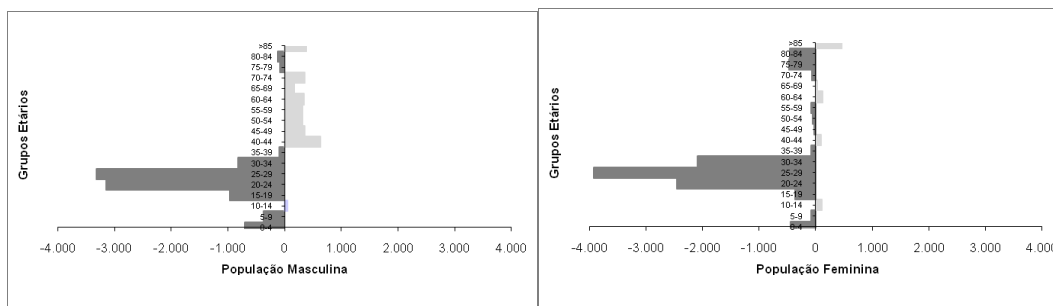
**Tabela 3 - Saldo Migratório da população masculina da RAM, por grupo etário**

	Pop. Real		Pop. Natural		Pop. Real		Pop. Natural		Pop. Real		Saldo Migratório	
	1981	1986	1991	1991	1996	2001	2001	2001	Década 80	Década 90		
0-4	<b>12.215</b>	11.177	9.732	<b>9.027</b>	8.576	8.053	<b>7.306</b>		-705	-747		
5-9	<b>13.333</b>	11.896	10.969	<b>10.591</b>	8.896	8.467	<b>7.799</b>		-378	-668		
10-14	<b>13.973</b>	13.267	11.865	<b>11.914</b>	10.562	8.885	<b>8.861</b>		49	-24		
15-19	<b>13.083</b>	13.932	13.244	<b>12.279</b>	11.884	10.534	<b>10.026</b>		-965	-508		
20-24	<b>9.248</b>	13.001	13.862	<b>10.721</b>	12.190	11.844	<b>9.770</b>		-3.141	-2.074		
25-29	<b>7.640</b>	9.146	12.904	<b>9.587</b>	10.625	12.124	<b>9.812</b>		-3.317	-2.312		
30-34	<b>6.001</b>	7.537	9.042	<b>8.224</b>	9.479	10.538	<b>9.360</b>		-818	-1.178		
35-39	<b>5.022</b>	5.873	7.413	<b>7.324</b>	8.081	9.352	<b>9.505</b>		-89	153		
40-44	<b>4.980</b>	4.904	5.719	<b>6.357</b>	7.151	7.913	<b>8.073</b>		638	160		
45-49	<b>5.536</b>	4.842	4.767	<b>5.127</b>	6.149	6.917	<b>7.043</b>		360	126		
50-54	<b>5.290</b>	5.257	4.620	<b>4.935</b>	4.890	5.877	<b>5.866</b>		315	-11		
55-59	<b>4.920</b>	4.941	4.915	<b>5.234</b>	4.632	4.558	<b>4.807</b>		319	249		
60-64	<b>4.027</b>	4.486	4.465	<b>4.808</b>	4.816	4.265	<b>4.391</b>		343	126		
65-69	<b>3.914</b>	3.458	3.919	<b>4.092</b>	4.194	4.291	<b>4.521</b>		173	230		
70-74	<b>3.286</b>	3.243	2.772	<b>3.128</b>	3.329	3.382	<b>3.520</b>		356	138		
75-79	<b>1.974</b>	2.389	2.400	<b>2.325</b>	2.293	2.372	<b>2.443</b>		-75	71		
80-84	<b>930</b>	1.045	1.405	<b>1.289</b>	1.435	1.386	<b>1.275</b>		-116	-111		
>85	<b>364</b>	207	196	<b>583</b>	390	554	<b>833</b>		387	279		
<b>Total</b>	<b>115.736</b>	<b>120.603</b>	<b>124.210</b>	<b>117.545</b>	<b>119.572</b>	<b>121.312</b>	<b>115.211</b>		<b>-6.665</b>	<b>-6.101</b>		

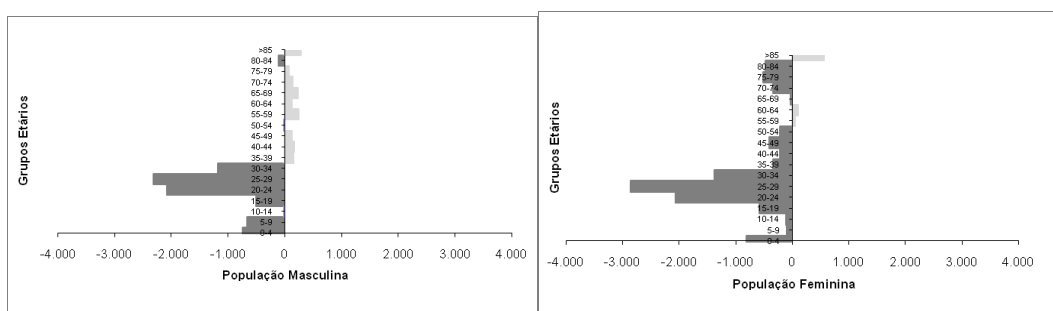
**Tabela 4 – Saldo Migratório da população feminina da RAM, por grupo etário**

	Pop. Real	Pop. Natural		Pop. Real	Pop. Natural		Pop. Real	Saldo Migratório	
	1981	1986	1991	1991	1996	2001	2001	Década 80	Década 90
0-4	<b>11.636</b>	10.436	9.125	<b>8.678</b>	7.632	7.839	<b>7.020</b>	-447	-819
5-9	<b>13.018</b>	11.490	10.285	<b>10.207</b>	8.561	7.572	<b>7.474</b>	-78	-98
10-14	<b>13.701</b>	12.998	11.471	<b>11.585</b>	10.189	8.548	<b>8.441</b>	114	-107
15-19	<b>14.846</b>	13.682	12.975	<b>12.606</b>	11.573	10.169	<b>9.581</b>	-369	-588
20-24	<b>11.437</b>	14.813	13.653	<b>11.194</b>	12.585	11.549	<b>9.483</b>	-2.459	-2.066
25-29	<b>8.512</b>	11.405	14.792	<b>10.864</b>	11.164	12.564	<b>9.703</b>	-3.928	-2.861
30-34	<b>7.269</b>	8.483	11.375	<b>9.288</b>	10.832	11.145	<b>9.766</b>	-2.087	-1.379
35-39	<b>6.906</b>	7.230	8.440	<b>8.361</b>	9.242	10.788	<b>10.443</b>	-79	-345
40-44	<b>7.133</b>	6.847	7.179	<b>7.275</b>	8.311	9.175	<b>8.959</b>	96	-216
45-49	<b>7.715</b>	7.063	6.783	<b>6.755</b>	7.225	8.241	<b>7.836</b>	-28	-405
50-54	<b>7.053</b>	7.610	6.959	<b>6.913</b>	6.650	7.097	<b>6.874</b>	-46	-223
55-59	<b>6.408</b>	6.871	7.461	<b>7.387</b>	6.752	6.525	<b>6.570</b>	-74	45
60-64	<b>5.481</b>	6.167	6.642	<b>6.766</b>	7.185	6.557	<b>6.664</b>	124	107
65-69	<b>5.319</b>	5.127	5.827	<b>5.858</b>	6.450	6.849	<b>6.819</b>	31	-30
70-74	<b>4.719</b>	4.850	4.679	<b>4.614</b>	5.360	5.898	<b>5.554</b>	-65	-344
75-79	<b>3.229</b>	3.938	4.140	<b>3.669</b>	3.901	4.587	<b>4.069</b>	-471	-518
80-84	<b>1.790</b>	2.112	2.869	<b>2.405</b>	2.682	2.933	<b>2.460</b>	-464	-473
>85	<b>936</b>	704	1.000	<b>1.456</b>	1.435	1.528	<b>2.084</b>	456	556
<b>Total</b>	<b>137.108</b>	<b>141.827</b>	<b>145.656</b>	<b>135.881</b>	<b>137.729</b>	<b>139.564</b>	<b>129.800</b>	<b>-9.775</b>	<b>-9.764</b>

**Gráfico 3 – Estrutura do Saldo Migratório Masculino e Feminino na Década de 80**



**Gráfico 4 - Estrutura do Saldo Migratório Masculino e Feminino na Década de 90**



Os resultados preliminares dos Censos 2011 mostram, como se viu, que entre 2001 e 2011 houve um acréscimo substancial de população na RAM, indiciando que a estrutura do saldo migratório futuro não se assemelhará à estrutura do saldo migratório nas décadas de 80 e 90. De facto, se tomarmos em consideração as projeções da população natural da RAM, o nível da população natural da Região em 2011 seria de 248342 pessoas. Entrando com os resultados preliminares dos Censos 2011, a população real da Região é de 267938 pessoas, pelo que entre 2001 e 2011 o saldo migratório da RAM se caracterizou pela entrada de cerca de 20000 pessoas na Região. Isto significa que, relativamente às décadas de 80 e 90, o saldo migratório da RAM na primeira década do séc. XXI sofreu alterações não só no que toca à estrutura (que se inverteu), como também ao nível dos fluxos migratórios (que passou de cerca de -15000 para +20000).

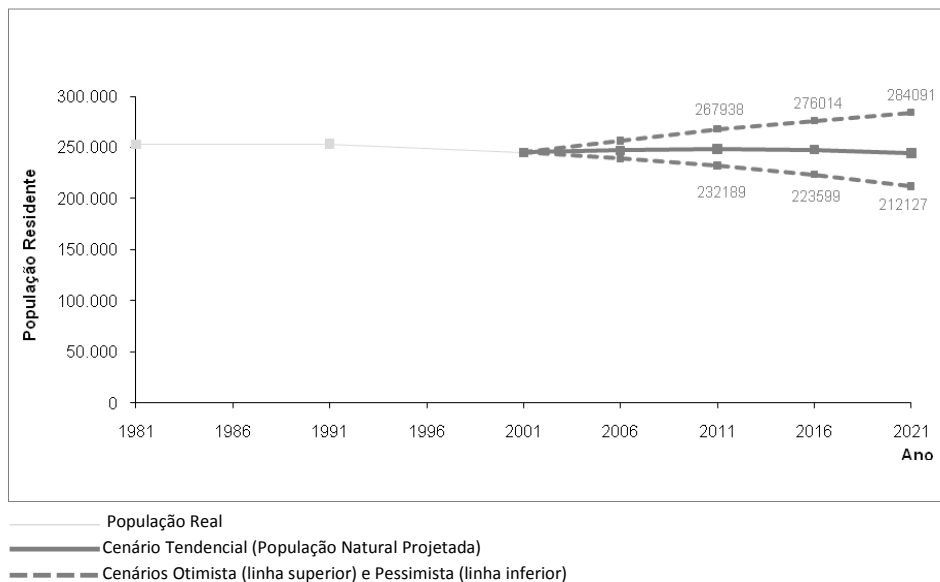
No entanto, tanto no caso de saída de população da região nas décadas de 80 e 90, como no caso de entrada de população na região na primeira década do séc. XXI, é importante notar que o peso do saldo migratório na média da população real em cada uma das décadas foi de apenas 6,5-7,5%. Isto significa que, em termos absolutos, a estrutura etária migratória não alterará significativamente as pirâmides etárias da população natural projetada para 2016 e 2021.

De qualquer forma, ainda que se espere que o efeito do saldo migratório futuro na estrutura etária da população natural não venha a ser significativo, em termos globais o fenómeno

migratório não pode ser desprezado na análise da evolução previsível da população real da RAM. Note-se que o nível dos fluxos migratórios da RAM nas décadas de 80 e 90 era de 2 a 4 vezes superior à variação da população residente registada nessas mesmas décadas. Entre 2001 e 2011, por seu turno, ambos os indicadores apresentaram valores semelhantes – da ordem das 20000 pessoas.

Por este motivo, a análise da evolução previsível da população real da RAM na próxima década tomou em consideração três cenários de evolução possíveis – pessimista, tendencial e otimista, que se encontram apresentados no Gráfico 1.2.3. O cenário pessimista considera que os efeitos da atual conjuntura económica e financeira nacional e internacional terão efeitos negativos na economia regional Madeirense, que se traduzirão na saída de pessoas da Região. Admite-se, neste caso, que o nível e estrutura do saldo migratório na próxima década serão semelhantes àqueles que ocorreram nas décadas de 80 e 90. Este cenário permitiu traçar o limite inferior da evolução previsível da população real da RAM até 2021, que nos mostra que a RAM perderá população na próxima década. O cenário tendencial considera que a indústria turística, que se encontra já bastante enraizada na economia regional Madeirense, será capaz de atenuar os efeitos negativos da atual conjuntura económica e financeira e de gerar, portanto, o emprego necessário para a população residente. Neste cenário admite-se que os fenómenos migratórios na RAM se anularão na próxima década, sendo que neste caso a população real crescerá à mesma taxa da população natural. Por fim, o cenário otimista considera que a indústria turística continuará a crescer na próxima década, promovendo a entrada de população na Região, à semelhança do que aconteceu entre 2001 e 2011. Admite-se, neste caso, a inversão do nível e estrutura do saldo migratório observado nas décadas de 80 e 90. Este cenário permitiu traçar a linha superior da evolução previsível da população real da RAM até 2021, que nos mostra que a população residente da RAM continuará a crescer na próxima década.

**Gráfico 5 – Estimativa da População Real da RAM**

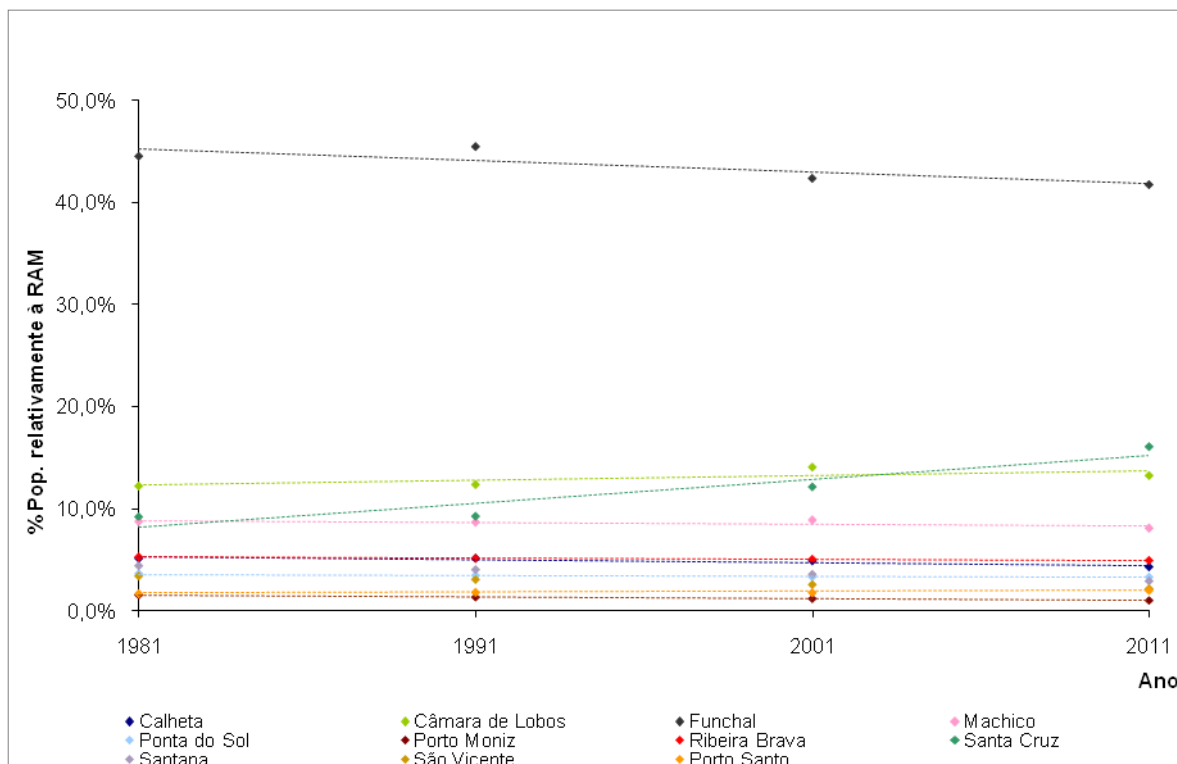


De qualquer forma, tomando em conta, por um lado, a atual conjuntura económica nacional e internacional e, por outro, a mudança na estrutura do saldo migratório operada entre a década de 90 e a primeira década do séc. XXI, parece-nos que o cenário mais provável de evolução da população real da RAM se situará entre o cenário tendencial e o cenário otimista.

## 2.3. Evolução Previsível da População Natural do Funchal

Esta subsecção apresenta os resultados das projeções demográficas realizadas à escala concelhia. O cálculo destas projeções baseou-se na distribuição criteriosa dos valores projetados da população natural da RAM pelos diferentes concelhos de residência. Esta subsecção apresenta apenas os resultados obtidos para o concelho do Funchal.

**Gráfico 6 – Quotas de Distribuição Concelhia da População Real da RAM**

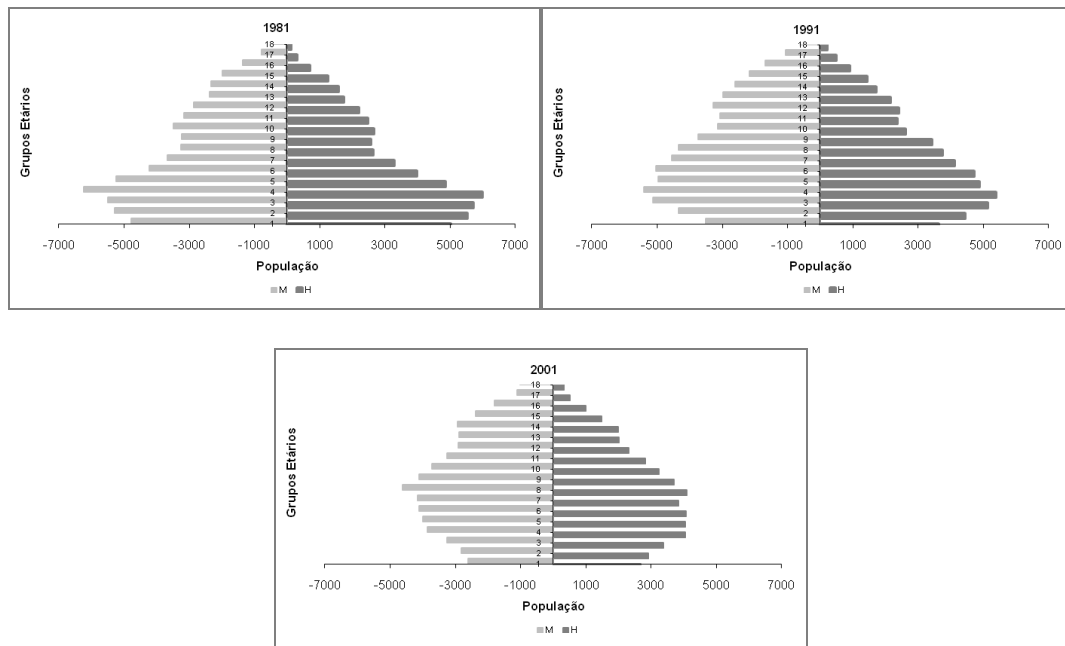


A distribuição concelhia das projeções da população natural da RAM tomou como base o gráfico seguinte, que apresenta a evolução das quotas de distribuição da população real da RAM pelos diferentes concelhos de residência entre 1981 e 2011. Os resultados revelam que, nas últimas duas décadas, não se tem assistido a alterações significativas na forma como a população se tem distribuído pelos diferentes concelhos de residência. Apenas o concelho do Funchal apresenta uma pequena tendência de perda de população a favor dos seus concelhos vizinhos – nomeadamente Câmara de Lobos e Santa Cruz, que correspondem aos concelhos para onde tem crescido a cidade do Funchal nas últimas décadas.

**Tabela 5 – População Real e População Natural Projetada para o Funchal**

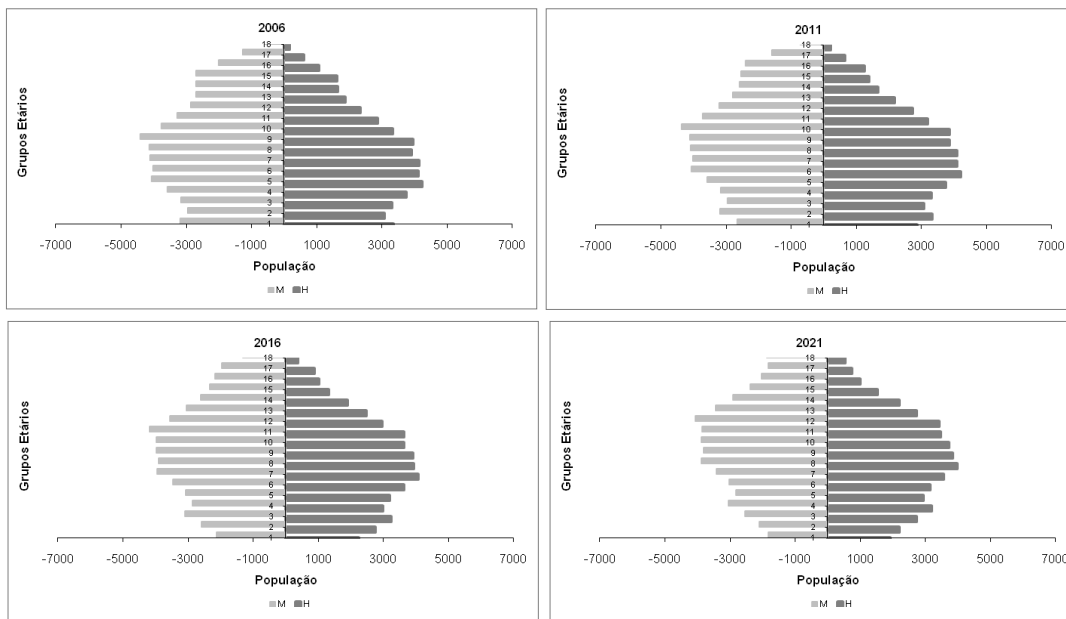
	População Real			População Natural Projetada			
	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2021
0-4	9801	7145	5288	6531	5505	4373	3735
5-9	10806	8791	5722	6032	6504	5340	4302
10-14	11201	10261	6648	6470	6026	6325	5262
15-19	12219	10793	7903	7333	6462	5854	6225
20-24	10099	9847	8040	8294	7316	6274	5760
25-29	8206	9759	8168	8140	8265	7104	6175
30-34	6946	8647	7977	8240	8108	8016	6982
35-39	5893	8083	8715	8045	8181	7834	7852
40-44	5796	7169	7831	8362	7967	7878	7648
45-49	6150	5755	6955	7092	8230	7600	7607
50-54	5644	5429	6085	6139	6911	7814	7317
55-59	5041	5668	5207	5194	5936	6528	7491
60-64	4124	5138	4896	4567	4963	5528	6173
65-69	3896	4330	4924	4345	4254	4505	5097
70-74	3248	3613	3866	4304	3919	3652	3898
75-79	2049	2583	2779	3083	3654	3200	3030
80-84	1086	1552	1609	1871	2240	2836	2572
>85	541	840	1348	781	933	1690	2422
<b>Total</b>	<b>112746</b>	<b>115403</b>	<b>103961</b>	<b>104823</b>	<b>105374</b>	<b>102352</b>	<b>99548</b>

**Gráfico 7 – Pirâmides Etárias da População Real do Funchal (1981-2001)**





**Gráfico 8 – Pirâmides Etárias da População Natural Projetada do Funchal (2006-2021)**



De seguida, procedeu-se às projeções da população real do Funchal para a próxima década. O cálculo destas projeções baseou-se na distribuição da população real da RAM pelos diferentes concelhos da Região de acordo com a evolução previsível das quotas de distribuição concelhia da população da RAM (ver novamente Gráfico 6). Por outro lado, o cálculo tomou em conta os três cenários possíveis de evolução – pessimista, tendencial e otimista, apresentados anteriormente para o caso da RAM. Os resultados das projeções para os anos de 2016 e 2021 encontram-se apresentados no quadro seguinte.

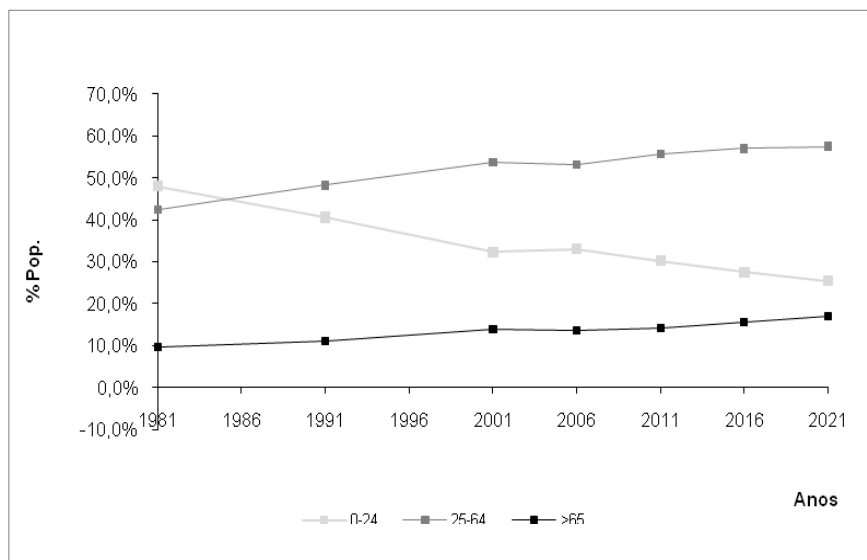
**Tabela 6 – População Real Efetiva e Projetada do Funchal**

	População Real Efetiva				População Real Projetada	
	1981	1991	2001	2011	2016	2021
Cenário Pessimista					92345	86391
Cenário Tendencial	112746	115403	103961	112015	102352	99548
Cenário Optimista					113992	115700
<b>Total</b>	<b>148507</b>	<b>162005</b>	<b>164532</b>	<b>170487</b>	<b>170535</b>	<b>169988</b>

Tendo em conta que, tal como mencionado anteriormente, o cenário mais provável de evolução da RAM se situará entre o cenário tendencial e o cenário otimista, é possível dizer que a população real do Funchal em 2021 se deverá situar entre as 110000-116000 pessoas. Isto indicia que, na próxima década, o concelho do Funchal não verá a sua população aumentar de forma significativa relativamente a 2011.

Por fim, procedeu-se a uma análise mais detalhada dos resultados das projeções demográficas do Funchal. Na leitura dos parágrafos que se seguem deve-se tomar em conta que a população respeitante aos anos de 1981, 1991 e 2001 corresponde à população real do Funchal, ao passo que a população respeitante aos anos de 2006, 2011, 2016 e 2021 corresponde à população natural projetada do Funchal. O Gráfico seguinte mostra a evolução da população correspondente aos seguintes grupos etários: 0-24 anos (designada, neste relatório, de população jovem); 25-64 anos (população adulta); e >65 anos (população idosa). Os resultados revelam, por um lado, a diminuição acentuada da população jovem no Funchal, que em 1981 representava cerca de 48% da população residente no concelho e em 2021 representará, aparentemente, apenas 25,4% da população residente. Há que sublinhar, no entanto, que se a próxima década se caracterizar pela entrada de população na Região, ainda que a um nível inferior àquele que se registou na primeira década do séc. XXI, então é provável que a percentagem de população jovem no Funchal em 2021 seja superior ao valor projetado. Note-se que os fluxos de migratórios envolvem, em geral, não só o movimento de população em idade ativa, como também o movimento de população com idade inferior a 15 anos. Ainda assim, tomando em conta o impacto pouco significativo que a entrada de população na Região terá na evolução da população real do Funchal, não se espera que a percentagem de população jovem do concelho na próxima década venha a ser muito superior àquela que nos é dada pelas projeções da população natural do Funchal.

**Gráfico 9 – Evolução das Quotas de População Jovem, Adulta e Idosa no Funchal**



Por outro lado, os resultados revelam uma tendência de crescimento moderado da população idosa no Funchal, que representava em 1981 cerca de 9,6% da população residente no concelho e que duplicará, aparentemente, até 2021. Tendo em conta que os fluxos migratórios não envolvem, em geral, o movimento de população idosa, então é possível dizer que a entrada previsível de população na Região na próxima década não irá afetar significativamente os valores projetados para a percentagem de população idosa do concelho do Funchal, obtidos com base na evolução previsível da sua população natural. O aumento da população idosa no concelho do Funchal terá implicações sérias no dimensionamento da rede de serviços de apoio à terceira idade, revelando a necessidade de se proceder, potencialmente, à sua expansão nos próximos anos.

No que toca, por fim, à evolução da população adulta, e, em certa medida, da população potencialmente ativa (embora se esteja a excluir deste grupo etário a população com idade entre os 15 e os 24 anos), os resultados mostram que a população com idade compreendida entre 25 e 64 anos continuará a crescer nos próximos anos. Isto explica o fenómeno de alargamento da faixa central da estrutura etária da população – que se encontra, aliás, bastante visível na evolução da configuração das pirâmides etárias do Funchal entre 1981 e 2021. A análise das implicações que este crescimento da população adulta terá no mercado de trabalho será feita na próxima subsecção.

## 2.4. Pressão Previsível Sobre o Mercado de Trabalho

Esta subsecção foca-se na análise da pressão sobre o mercado de trabalho que resultará da evolução previsível da população natural. Para 2006, 2011, 2016 e 2021, a análise incide sobre a população natural projetada pelo facto de se desconhecer a estrutura futura do saldo migratório, por sexo e grupo etário (tal como explicado no ponto 1.2). A análise exclui, portanto, a pressão exercida pelos fluxos migratórios no mercado de trabalho. No entanto, sempre que possível, tomar-se-á em conta que a evolução da população real do Funchal na próxima década será caracterizada pela entrada de população na Região, que, tal como foi dito, envolverá sobretudo o movimento de população em idade activa.

Os quadros seguintes mostram a evolução da população potencialmente activa da RAM e Funchal, respetivamente.

**Tabela 7 – Evolução da População Potencialmente Ativa da RAM, por sexo**

	População Real			População Natural projetada			
	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2021
Homens	65747	74596	78653	81324	83060	83414	83473
Mulheres	82760	87409	85879	86963	87427	87121	86515
<b>Total</b>	<b>148507</b>	<b>162005</b>	<b>164532</b>	<b>168287</b>	<b>170487</b>	<b>170535</b>	<b>169988</b>

**Tabela 8 - Evolução da População Potencialmente Ativa do Funchal, por sexo**

	População Real			População Natural projetadas			
	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2021
Homens	32403	35829	34170	34507	35244	34449	33995
Mulheres	37715	40459	37607	36899	37096	35981	35234
<b>Total</b>	<b>70118</b>	<b>76288</b>	<b>71777</b>	<b>71406</b>	<b>72340</b>	<b>70430</b>	<b>69230</b>

Os resultados mostram, por um lado, uma tendência de aumento da população potencialmente activa na RAM entre 2001 e 2011, seguida de uma tendência de estabilização nos anos seguintes. Por outro lado, indiciam que a população potencialmente activa do concelho do Funchal permanecerá estável na próxima década. Tendo em conta, no entanto, a entrada previsível de população em idade activa na próxima década, ainda que a uma escala menor do que aquela que se registou entre 2001 e 2011, então é possível inferir que a população potencialmente activa do Funchal sofrerá um aumento entre 2011 e 2021. No entanto, não se espera que esse aumento seja significativo.

Para além disso, a análise da evolução dos níveis de concentração de população potencialmente activa no Funchal, que em 1981 concentrava cerca de 47% da população potencialmente activa da RAM e em 2021 concentrará, aparentemente, cerca de 41%, mostra

uma tendência de desconcentração do mercado de trabalho do Funchal para outros concelhos da RAM.

Os quadros seguintes apresentam a evolução da população com idade entre 25 e 64 anos da RAM e Funchal, respetivamente. Os resultados, que excluem da análise a população em idade escolar (15-24 anos), revelam uma variação positiva de cerca de 15000 pessoas entre 2001 e 2021 para a RAM e de cerca de 2000 pessoas para o Funchal. Neste último caso, e à semelhança da evolução potencialmente ativa do concelho, os resultados mostram, ainda, uma tendência de estabilização dos níveis de população com idade entre 25 e 64 anos a partir de 2011. No entanto, aludindo uma vez mais às considerações feitas acima no que toca aos fluxos de entrada de população na Região, é possível inferir que a população com idade entre 25 e 64 anos no Funchal tenderá a aumentar, ainda que de forma pouco significativa, entre 2011 e 2021.

**Tabela 9 – Evolução da População com Idade entre 25-64 anos da RAM, por sexo**

	População Real			População Natural projetada			
	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2021
Homens	43416	51596	58857	62491	66468	68434	68432
Mulheres	56477	63609	66815	68968	71547	72734	72126
<b>Total</b>	<b>99893</b>	<b>115205</b>	<b>125672</b>	<b>131459</b>	<b>138016</b>	<b>141168</b>	<b>140558</b>

**Tabela 10 – Evolução da População com Idade entre 25-64 anos do Funchal, por sexo**

	População Real			População Natural projetada			
	1981	1991	2001	2006	2011	2016	2021
Homens	21567	25567	26080	26516	28203	28263	27870
Mulheres	26233	30081	29754	29264	30358	30038	29374
<b>Total</b>	<b>47800</b>	<b>55648</b>	<b>55834</b>	<b>55780</b>	<b>58562</b>	<b>58301</b>	<b>57244</b>

Em termos globais, a análise mostra que a pressão sobre o mercado de trabalho do Funchal tenderá a aumentar, ainda que de forma pouco significativa, entre 2011 e 2021, sendo que essa pressão será sobretudo exercida pela entrada de nova população na RAM na próxima década. Ainda assim, tomando em conta a aparente diminuição dos níveis de concentração de população potencialmente ativa no Funchal entre 1981 e 2021, é possível inferir que as maiores pressões sobre o mercado de trabalho se farão sentir, provavelmente, nos concelhos com maiores taxas de crescimento de população (i.e., Santa Cruz e Câmara de Lobos).



## 3. MODELO DE ABORDAGEM

### 3.1. Nota preliminar

A análise da base económica do concelho do Funchal de suporte ao processo de revisão do PDM é precedida de uma reflexão sobre o modelo económico e de competitividade da RAM que orientou o processo de crescimento económico e de aumento sustentado do rendimento per capita na última década e esteve na base da convergência real da Região face ao Continente.

Entende-se, assim, que as transformações visíveis nesse período no concelho do Funchal e particularmente na Cidade são o reflexo espacial desse modelo de desenvolvimento, tendo gerado elementos de pressão sobre o PDM atualmente em vigor que interessa avaliar se tenderão a agudizar-se no futuro próximo ou se, pelo contrário, dificilmente serão intensificáveis.

A resposta a essa questão exige, compreensivelmente, uma avaliação prospetiva sucinta do modelo global de desenvolvimento que se projeta espacialmente no concelho, tendo em vista antever impactos espaciais esperados e a necessidade da sua regulação por via da política de ordenamento do território a consagrar na revisão do PDM.

A análise da informação das Contas Regionais e alguns trabalhos realizados pela Quaternaire Portugal para a RAM permitiram confirmar que ela foi protagonista de um vigoroso processo de convergência real, destacando-se claramente no contexto das regiões portuguesas. A sua taxa média anual de crescimento do PIB regional de 7,5 % constitui um indicador claro desse processo de convergência, traduzindo-se em 2007 em indicadores reveladores desses resultados (em termos de paridade de poder de compra): 128.8 % do PIB pc nacional e 97 % da UE27. Esta performance de crescimento coexistiu com uma elevada taxa de utilização de recursos humanos, visível, respetivamente, na elevada taxa de emprego (66,1% em 2007, contra 67,1 % a nível nacional) e na baixa taxa de desemprego (6,8% em 2007) no plano nacional e da União Europeia.

Este vigoroso processo de convergência real foi acompanhado de um aumento progressivo do grau de terciarização da economia regional, com relevância dos sectores de atividades imobiliárias, da administração pública, do comércio, da construção e da hotelaria e restauração que organizam o coração da economia regional e que apresentam no Funchal uma clara concentração dessas manifestações. O modelo configura um padrão de especialização regional típico de situações de forte desenvolvimento turístico e de um esforço prolongado de investimento público em infraestruturas básicas não só ao serviço da qualidade de vida dos

residentes, mas também da própria excelência turística. Esta evolução não tem impedido o crescimento do emprego na indústria transformadora, embora não tão significativo como o observado na base terciária, mas que revela alguma capacidade de diversificação da base produtiva regional.

No dealbar de uma nova década de desenvolvimento, no qual não pode ficar-se indiferente aos impactos da crise internacional e à necessidade de promover uma recuperação sustentada dos efeitos por ela produzidos, é hoje evidente que a consolidação do processo de desenvolvimento da RAM e do seu município de referência passa por uma mudança de paradigma.

O nível de excelência de infraestruturação já atingido na Região de suporte à qualidade de vida residencial e à capacidade de acolhimento turístico constitui uma plataforma bastante favorável aos esforços de promoção de novas componentes do desenvolvimento.

Para além da necessidade de consolidar em termos de perfil de procura e de massa de visitantes a excelência turística reconhecida na região, a Região depara-se com novas exigências de competitividade, de inovação, de incorporação de conhecimento e de sustentabilidade no seu processo de desenvolvimento.

Se observarmos a diversidade de projetos protagonizados por diferentes entidades do Governo Regional (por exemplo do IDR) e de entidades regionais como, por exemplo, o Madeira Tecnopolo, a AREAM, o CEIM e o CITMA e a própria atividade do município do Funchal (por exemplo, o projeto CIVITAS – MIMOSA e o patrocínio/animação de múltiplos eventos em torno da sustentabilidade) pode concluir-se que a perceção do novo paradigma está presente e ativa na Região.

Acresce que de acordo com realizações conseguidas nos últimos períodos de programação e no atual, a Região encontra-se num processo irreversível de melhoria de qualificações, fornecendo ao novo modelo os recursos humanos e de inteligência necessários, não esquecendo o seu potencial de atracção de novos residentes qualificados.

Esta observação permite ainda concluir que existe vontade e quadro institucional (pese embora desenvolvimentos organizacionais que são necessários) para acolher o novo paradigma, centrado nos temas da inovação, do conhecimento e na valorização da sustentabilidade, designadamente ambiental.

Ora, de acordo com o nosso entendimento e visão da Região, esta mudança de paradigma, pelas instituições que o protagonizarão e pelas implicações espaciais que determina, projetar-se-á essencialmente na capitalidade regional e no território municipal do Funchal.

Assim, em primeiro lugar, o novo paradigma de desenvolvimento exige a plena valorização da plataforma de internacionalização que o Funchal representa, em termos da sua dinâmica cosmopolita e da sua capacidade de presença e participação ativa em redes internacionais por via das entidades e organizações nele residentes. As características de cidade cosmopolita,



convivial (reforçada por projetos na área da mobilidade sustentável) e ambientalmente atrativa são fundamentais para liderar o processo de construção de novas fases de desenvolvimento, com maior apelo à inovação e ao conhecimento.

- Compactação;
- Mobilidade sustentável;
- Conservação e proteção da qualidade do patamar de infraestruturas já alcançado;
- Convivialidade do espaço público urbano;
- Inovação e eficiência energética;
- Gestão proactiva dos riscos naturais;
- Monitorização do impacto de cargas turísticas;
- Incorporação de conhecimento na gestão urbana e territorial.

Por estas razões, a revisão do PDMF pode ser metodologicamente pioneira na abertura de um novo ciclo de planeamento municipal, consagrando uma estratégia de ordenamento do território compatível com o novo paradigma de desenvolvimento que o município deve liderar na Região.

Noutro plano, a revisão do PDM suscita questões de integração na estratégia de ordenamento do território do acolhimento e dinamização de atividades económicas. Estabilizado que está o propósito de consolidar a excelência turística da Região, com forte incidência no Funchal, coloca-se a questão de promoção /regulação /consolidação de atividades económicas complementares da fileira turística: terciário comercial (comércio por grosso e retalho), construção civil e promoção imobiliária e indústrias transformadoras de fornecimento de bens e serviços à fileira turística.

Questões como a avaliação dos padrões de localização das atividades existentes e das relações entre a qualidade do espaço público e algumas destas atividades (comércio a retalho, restauração e bares e indústria transformadora, por exemplo) merecerão à revisão do PDM uma atenção particular.

Essas questões devem também ser equacionadas à luz da já referida mudança de paradigma, tendo em conta que a estratégia e as políticas de ordenamento do território à escala municipal constituem um instrumento parcelar de intervenção, que devem ser completadas por um quadro coerente de políticas de dinamização económica e de incentivo do investimento privado.

## 3.2. Modelo de desenvolvimento económico da RAM e seus impactos espaciais no concelho do Funchal

O esquema da página seguinte procura simultaneamente descrever o modelo de desenvolvimento económico da RAM na última década e o seu impacto espacial no concelho do Funchal, designadamente na Cidade.

No centro do esquema, emerge a interação fundamental entre a estratégia de excelência turística e as atividades de construção e imobiliárias, que constitui o cerne de todo o processo de geração de rendimento na economia regional. Essa interação é ainda responsável por uma quota muito significativa da absorção de emprego e, no caso das atividades turísticas, tende em momentos de procura nacional e internacional elevada a pressionar ascendentemente as remunerações salariais, efeito que não é totalmente despiendo do ponto de vista da emergência de outras atividades económicas, pois tende a desincentivá-las.

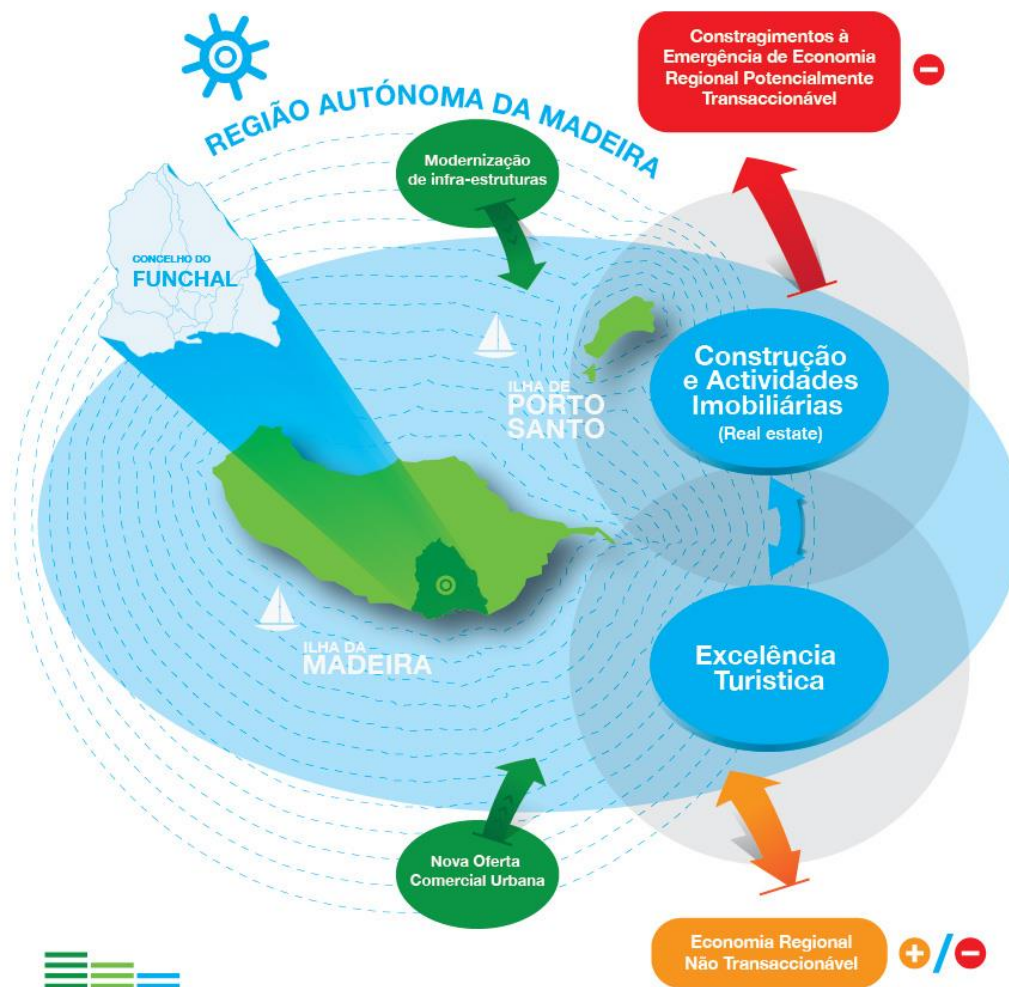
O pujante processo de modernização de infraestruturas físicas observado na RAM tem de ser compreendido à luz desta interação, pois tem incidência não só na qualificação de dotação infraestrutural que se pretende associar à excelência turística, como tende a consolidar o sector de construção e imobiliária.

Este modelo articula-se depois com a qualificação da própria oferta comercial urbana, designadamente com a emergência de novas áreas comerciais, seja em articulação com atividades hoteleiras, seja em associação com novos modelos de penetração no mercado imobiliário. A emergência de nova oferta comercial urbana tende a coexistir com processos de qualificação da oferta existente (mediante processos de urbanismo comercial, por exemplo), mas o que é fundamental reconhecer é que ela se insere claramente no reforço da interação central do modelo.

A projeção espacial deste modelo no concelho e na Cidade do Funchal é inequívoca e marca sem dúvida a transformação operada nos tempos mais recentes.

A pergunta óbvia a colocar do ponto de vista da revisão do PDM é a de saber que margens de evolução tem este modelo.

Tabela 11 – Modelo de desenvolvimento económico da RAM e base económica do concelho do Funchal



Em primeiro lugar, como é compreensível, a vulnerabilidade do modelo à volatilidade da procura turística internacional é significativa. Essa vulnerabilidade tem dois mecanismos a considerar.

O primeiro (efeito quantidade) diz respeito às flutuações da procura em termos de massa de visitantes. Mesmo admitindo alguma substituição possível entre procura internacional e nacional, qualquer prolongamento de situação de crise de procura tende a gerar a diminuição da taxa de utilização da capacidade produtiva (dotação de equipamentos), com sérios reflexos na sustentabilidade económica dos empreendimentos e na capacidade de retenção de emprego. Não só a atividade turística se ressentir como todas as atividades comerciais urbanas

de suporte estarão sob esse efeito, tendendo compreensivelmente a gerar dificuldades à continuidade do “boom” imobiliário. A atual situação de crise internacional insere-se neste mecanismo de vulnerabilidade, agravada pelo facto do período de forte austeridade na economia do continente dificultar o efeito de substituição da procura internacional pelo turismo interno.

Mas a vulnerabilidade da procura turística tem ainda que enfrentar um outro mecanismo, que poderemos classificar como um efeito-preço. Os mercados de excelência turística estão sujeitos a uma concorrência cada vez mais apertada, com a emergência de destinos longínquos de grande exotismo, explorando vantagens salariais típicas de destinos recentemente entrados no mercado. Assim, uma tendência possível é o sector hoteleiro de qualidade superior ser compelido a praticar preços inferiores aos que um destino de excelência justificaria para combater essa concorrência mais apertada. O efeito dominó descendente que essa prática tende a provocar sobre a restante capacidade hoteleira é demolidor, provocando uma forte compressão da receita total também com reflexos penalizadores na sustentabilidade económica dos empreendimentos.

O segundo fator de evolução possível prende-se com a capacidade da economia regional (designadamente a não transacionável, mas também a transacionável como o vinho da Madeira) se articular com a atividade turística. Essa articulação está mais facilitada no período de “boom” de construção hoteleira, pois em torno do contributo central da construção civil (metalomecânica ligeira, por exemplo) e também de outras atividades inerentes à montagem das unidades hoteleiras (mobiliário, por exemplo) é sempre possível a atividade económica regional beneficiar da atividade turística, nunca esquecendo a produção alimentar local. Os pontos de interrogação constantes do diagrama apresentado querem significar que a interação tenderá a ser sempre limitada, não esquecendo que o risco de alguns consumos intermédios poderem ser importados do continente não pode ser ignorado.

O terceiro fator de evolução possível é talvez o mais problemático e diz respeito à tese profusamente desenvolvida em trabalhos sobre ilhas com vocação turística segundo a qual este modelo tende a gerar estrangulamentos sérios à emergência de atividades transacionáveis. Quer por via do impacto que a interação “excelência turística – construção e atividades imobiliárias” provoca em regra sobre os salários médios, quer ainda por via do aumento dos preços relativos dos bens não transacionáveis, as atividades transacionáveis potencialmente emergentes enfrentam não só as desvantagens dos mercados periféricos e custos de transporte associados mas também condições desfavoráveis de competitividade no seu arranque. Em períodos de “boom” turístico-imobiliário é praticamente impossível encontrar atividades alternativas com níveis mais elevados de lucratividade potencial, pelo que a diversificação produtiva tende a transformar-se numa impossibilidade real. As produções de vinho e de bordados, transacionáveis por natureza, assumem neste modelo alguma especificidade, pois a sua articulação com as atividades turísticas pode-lhes proporcionar condições complementares de escoamento de produção.

Resta considerar a hipótese de incorporação de níveis mais intensivos de conhecimento e inovação no modelo atual, integrando por exemplo as componentes da eficiência energética e da construção sustentável na relação central “excelência turística – construção e atividades imobiliárias”. Esta hipótese de evolução pressupõe alguma capacidade instalada na Região em termos de massas críticas de conhecimento e visa, através da sua generalização, criar condições de diversificação mais por contiguidade face ao modelo atual do que por uma transformação radical do perfil de especialização dominante na economia regional. Este modelo configura uma alternativa real, havendo evidências de que tem manifestações pontuais em algumas ilhas com características similares como, por exemplo, as Canárias. No entanto, se bem que haja condições na Região para que experiências neste domínio possam avançar, a nossa avaliação é a de que ele pode contribuir para algum incremento de sustentabilidade, sem contudo gerar uma alternativa global à transição em que o modelo instalado se encontra.

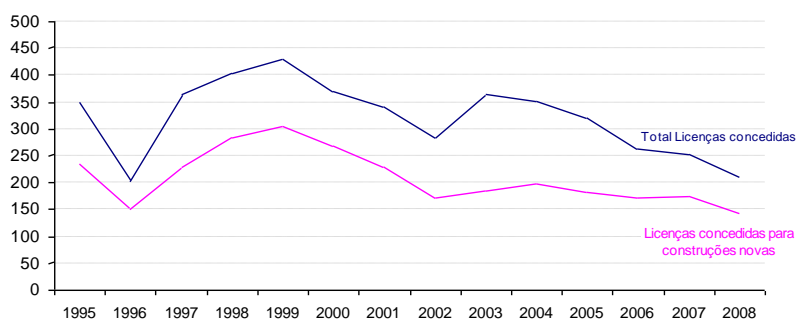
Resta dizer que esta modalidade de evolução é ainda compatível com a focagem da oferta turística em nichos mais específicos de mercado, como o seriam, por exemplo, a aposta na relação turismo-saúde-envelhecimento. No entanto, o não êxito (relativamente recente) de uma unidade hoteleira criada na Região para disputar esse nicho de mercado tenderá a moderar o aparecimento de outros projetos nesta fileira, comprometendo assim a credibilidade dessa tendência.

Confrontando as margens de evolução possível atrás consideradas, pode concluir-se que, do ponto de vista dos impactos espaciais do modelo de desenvolvimento da RAM no concelho e Cidade do Funchal, eles terão já sido em grande medida produzidos.

Tendo em conta simplesmente a situação de transição determinada pela adaptação às novas condições de procura internacional e de concorrência nos tipos de destinos para os quais a Madeira tem vocação, a tendência de ocupação de espaço concelhio não será nunca a de incremento relevante, mas antes pelo contrário de estabilização ou mesmo de “*shrinking*” (contração potencial), dada a situação de eventual excesso de oferta que pode emergir com a confirmação das dificuldades atuais que atravessam o sector. Tal situação, a verificar-se, exigirá uma atenta monitorização, pois a degradação de espaços que pode seguir-se ao eventual encerramento de algumas unidades poderá ter efeitos penalizadores sobre a imagem urbanística da Cidade, que deve ser rigorosamente preservada, senão valorizada. Note-se que a eventualidade de ocorrência de um processo de contração estará sempre ligada um fenómeno de emigração.

Independentemente desta questão merecer tratamento mais aprofundado, a evolução do indicador “Licenciamento de construção” sugere a desaceleração atrás mencionada:

**Gráfico 10 – Evolução das licenças concedidas totais e para construções novas, no Funchal**



Fonte: INE, Estatísticas da Construção

Nenhuma das restantes alternativas de evolução implicam efeitos espaciais relevantes do ponto de vista da ocupação de território que o modelo de desenvolvimento económico implica. A análise complementar que os trabalhos de revisão do PDM realizarão das condições efetivas de ocupação de zonas industriais e de zonas de acolhimento empresarial será suficiente para monitorizar as condições de consumo de espaço das atividades não diretamente ancoradas na interação “excelência turística – construção e atividades imobiliárias”. Qualquer um dos cenários considerados não tenderá a fazer proliferar significativamente novas atividades. Mesmo o eventual incremento de atividades com maior intensidade de ciência e tecnologia já dispõe no concelho das infraestruturas tecnológicas (TECNOPÓLO) e de incubação associadas. De qualquer modo, a já referida análise das condições efetivas de ocupação de zonas industriais e de acolhimento empresarial determinará a eventual necessidade de redimensionamento dos espaços previstos pela Câmara Municipal. Também complementarmente, a análise urbana permitirá identificar a eventual existência de atividades manufactureiras (ou outras) situadas em zonas centrais que exijam realocização, dada a sua eventual incompatibilidade com outras funções urbanas

É neste contexto que assume particular relevo o papel que a Zona Franca da Madeira (Centro Internacional de Negócios da Madeira – CINM) pode desempenhar. Dedicaremos na secção seguinte um espaço de reflexão ao CINM e à sua entidade gestora Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), concessionária do CINM. Independentemente de saber que contributo tem a atividade do CINM para a geração do PIB regional da RAM (questão que tem gerado alguma controvérsia e deu mesmo origem a um estudo específico realizado pelo INE por solicitação do Governo Regional relativo ao período 2000-2002), o que importa sobretudo discutir é qual o contributo do CINM para a diversificação da economia regional. O CINM constitui um instrumento potencial para geração na RAM de atividades com maior incorporação de conhecimento e de recursos humanos qualificados. Para além da própria estrutura de recursos humanos da SDM (cerca de 30 quadros técnicos), o perfil de empresas e serviços por cuja atracção o CINM se bate através de uma estratégia intensa de marketing internacional e de uma rede de correspondentes no exterior representa um potencial de diversificação e de maior incorporação de conhecimento na economia regional.

Assim, para além de saber do peso que o CINM representa na economia regional e da diferenciação entre as atividades não financeiras e de financeiras que o integram, o que parece essencial é a avaliação do seu papel como fator ao serviço de um novo modelo de desenvolvimento económico para a Região, capaz de ir além da já mencionada interação entre a excelência turística e a atividade imobiliária.

É sob essa orientação que lhe dedicaremos uma secção própria de análise nas páginas seguintes.

### 3.3. Domínios complementares de análise

Face às conclusões da secção anterior, através de uma adequada ilustração cartográfica, a representação dos impactos espaciais do modelo de desenvolvimento económico da RAM no concelho do Funchal não oferece dificuldades de maior. A localização das principais unidades hoteleiras, os principais focos de concentração imobiliária, a moderna rede de infraestruturas, particularmente viárias, os principais núcleos da nova oferta comercial urbana e as principais zonas de concentração de atividade empresarial não turística constituirão os fatores de representação mais relevantes, projetando inequivocamente as principais âncoras do modelo de desenvolvimento económico da RAM no concelho.

Que domínios complementares de análise podem ser explorados com relevo para esta primeira fase dos trabalhos de revisão do PDM?

Nos capítulos seguintes, desenvolvem-se essencialmente dois tópicos:

- Com base em tratamentos sucintos dos Quadros de Pessoal do MTSS, por estabelecimentos e freguesia, realiza-se uma primeira aproximação ao emprego concelhio; com a limitação dos Quadros de Pessoal abrangerem apenas trabalhadores por conta de outrem, importa na medida da informação disponível ensaiar uma estimativa do emprego público (Governo Regional + Câmara Municipal + Organismos do Governo Central representados na RAM), já que o Funchal é representativo a este nível, dada a sua capitalidade regional; no que respeita ao trabalho por conta de outrem, indicadores simples de densidade (pessoal ao serviço por residente) e de peso (concentrações por freguesia de pessoal ao serviço) serão calculados e objeto de representação cartográfica; a comparação expedita com valores os mais atualizados possível de população ativa residente permitirá uma aproximação ao que o concelho do Funchal significa como centro de absorção de emprego;

- Realiza-se também uma caracterização complementar da atividade turística, dada a sua relevância no modelo de desenvolvimento económico atrás conceptualizado.

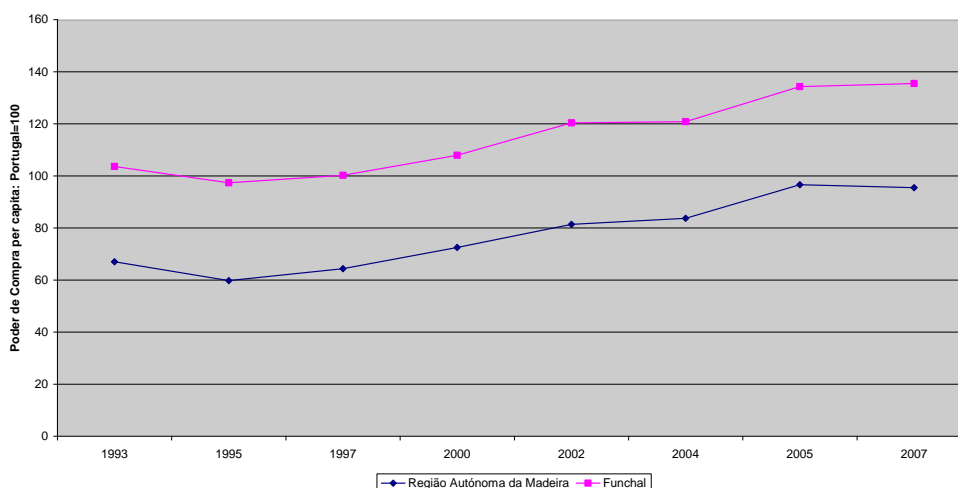
A interação com os restantes domínios técnicos do trabalho determinará a eventual decisão de realizar alguns trabalhos complementares.

## 3.4. Potencial e estrutura económica do concelho do Funchal

### 3.4.1. Uma aproximação ao rendimento concelhio

Na ausência de um indicador fiável do produto interno bruto concelhio (absoluto e per capita), a utilização do indicador INE “Poder de Compra per capita” funciona como uma proxy necessariamente imperfeita do rendimento gerado no concelho. O gráfico seguinte ilustra essa evolução.

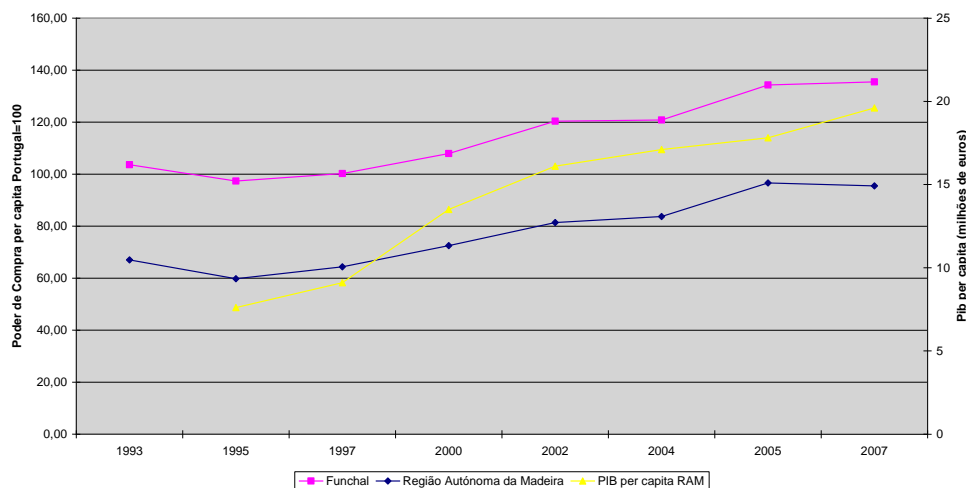
**Gráfico 11 – Evolução do poder de compra per capita (RAM vs Funchal)**



No sentido de permitir a análise comparada da evolução do poder de compra per capita com a do PIB per capita (disponível apenas para a RAM), completa-se o gráfico anterior com a inclusão de um novo eixo de ordenadas em que se representa o PIB per capita da Região.



**Gráfico 12 – Poder de compra per capita e PIB per capita RAM**



A posição relativa do Funchal destaca-se em termos de poder de compra per capita quando comparada com a evolução da RAM nessa mesma variável. Por outro lado, a evolução do poder de compra per capita concelhio apresenta uma evolução mais lenta do que a do PIB per capita regional, assumindo mesmo nos períodos 2002-2004 e 2005-2007 uma relativa estabilização. De qualquer modo, é visível a evolução operada a partir de 1995 e, nessa evolução, o concelho do Funchal assume uma forte representatividade.

Independentemente de saber o rumo de evolução do modelo de desenvolvimento económico da RAM, sobretudo no contexto de pós-crise internacional generalizada, a sua consolidação teve no concelho do Funchal a sua principal projeção e é esse elemento que deve ser destacado.

É por essa razão que se torna sensível a antevisão dos padrões de evolução do modelo de desenvolvimento da Região para a projetar do ponto de vista dos efeitos que tenderá a implicar no concelho e na Cidade. O processo de revisão do PDM exige essa perceção.

Os aspetos anteriormente considerados prolongam-se no que respeita a indicadores de atividade empresarial. As 12892 empresas registadas no Funchal, embora em matéria de estrutura e dimensão empresarial não apresentem diferenças consideráveis face à RAM, os indicadores recolhidos<sup>1</sup> evidenciam a concentração económica que o concelho representa: uma densidade empresarial incomparavelmente mais elevada, volumes de negócio por empresa mais elevados e indicadores de concentração empresarial mais significativa.

<sup>1</sup> Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira, 2009

**Tabela 12 - Indicadores empresariais Funchal versus RAM**

Indicador	RAM	Funchal
Densidade de empresas	27,3	169,4
% de empresas individuais	53,59	47,47
% de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	99,9	99,9
Idem com menos de 10 pessoas ao serviço	94,2	94,1
Pessoal ao serviço por empresa	3,8	4,3
Volume de negócios por empresa	333,7	444,1
Indicador % de concentração de volume de negócios nas 4 maiores empresas	15,9	20,2
Indicador % de concentração do VAB nas 4 maiores empresas	16,7	21,0

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, 2009

### 3.4.2. Estrutura económica

Em termos de empresas por localização das respetivas sedes, o quadro seguinte ilustra a estrutura comparativa da RAM e do Funchal (CAE Rev. 3, 2008).

**Tabela 13 - Estrutura económica Funchal versus RAM – Empresas por sede de localização**

Secção CAE Rev3	Estrutura RAM	Estrutura Funchal (%)	Quota (%) Funchal
A03 - Pesca e aquicultura	0,3	0,0	7,8
B - Indústrias extrativas	0,1	0,1	43,8
C - Indústrias transformadoras	4,5	3,5	46,4
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,0	0,1	77,8
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,1	0,2	87,5
F - Construção	9,7	6,8	41,4
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	21,4	21,0	58,0
H - Transportes e armazenagem	5,0	4,1	48,2
I - Alojamento, restauração e similares	9,8	7,8	47,1
J - Atividades de informação e de comunicação	1,2	1,5	73,5
L - Atividades imobiliárias	3,3	4,3	77,5
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13,5	18,0	78,6
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,6	5,5	70,1
P - Educação	3,6	3,6	59,1
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	6,4	7,2	66,8
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3,9	3,9	60,1
S - Outras atividades de serviços	12,7	12,4	57,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>58,9</b>

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, INE, 2009; As divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. são excluídas pelo âmbito da informação SCIE do INE

O conjunto construção, alojamento e restauração e comércio abrange 36% das empresas concelhias, quota à qual se adiciona a relevante percentagem da classe M – atividades de consultoria científica, técnica e similares (18%) que constitui aliás a quota mais expressiva do Funchal (79%) em relação ao total da Região. Parte destas atividades está ancorada no modelo

global atrás exposto e uma outra parte veicula uma janela de oportunidade para uma diversificação produtiva e para uma economia de serviços internacionalizada.

Em termos de pessoal ao serviço, a estrutura económica não é substancialmente diferente, embora a componente de alojamento e restauração tenha uma relevância mais elevada em termos de emprego e a consultoria perda quota nesta variável.

Fora do núcleo central do já analisado modelo económico, só o sector da saúde e apoio social apresenta um peso relevante, continuando a indústria transformadora a ter uma expressão muito reduzida, na linha do que foi exposto quando da apresentação do modelo global.

Com excepção compreensível do sector da construção e das indústrias extrativas, todas os grandes ramos assumem no Funchal um nível de concentração muito relevante.

**Tabela 14 – Estrutura económica Funchal versus RAM – Pessoal ao serviço**

Secção CAE Rev3	Estrutura RAM	Estrutura Funchal (%)	Quota (%) Funchal
A03 - Pesca e aquicultura	0,3	0,0	7,8
B - Indústrias extrativas	0,1	0,1	43,8
C - Indústrias transformadoras	4,5	3,5	46,4
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,0	0,1	77,8
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,1	0,2	87,5
F - Construção	9,7	6,8	41,4
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	21,4	21,0	58,0
H - Transportes e armazenagem	5,0	4,1	48,2
I - Alojamento, restauração e similares	9,8	7,8	47,1
J - Atividades de informação e de comunicação	1,2	1,5	73,5
L - Atividades imobiliárias	3,3	4,3	77,5
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13,5	18,0	78,6
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,6	5,5	70,1
P - Educação	3,6	3,6	59,1
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	6,4	7,2	66,8
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3,9	3,9	60,1
S - Outras atividades de serviços	12,7	12,4	57,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>58,9</b>

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, INE, 2009; As divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. são excluídas pelo âmbito da informação SCIE do INE

No quadro seguinte, o exercício é realizado para a variável volume de negócios.

Este quadro é comprometido por razões de sigilo estatístico nas secções mais infraestruturais da CAE Rev3. Os valores da estrutura económica respeitantes às atividades que constituem o núcleo central do modelo económico mantêm a sua posição relevante, reforçando-a: são responsáveis por cerca de 62% do volume de negócios gerado no concelho, registando-se que as atividades de consultoria voltam a ganhar expressão comparativamente ao que se observava na variável emprego.

**Tabela 15 – Estrutura económica Funchal versus RAM – Volume de negócios**

Secção CAE Rev3	Estrutura RAM	Estrutura Funchal (%)	Quota (%) Funchal
A03 - Pesca e aquicultura	0,1	0,0	9,8
B - Indústrias extrativas	0,3	0,2	41,6
C - Indústrias transformadoras	5,7	3,3	45,6
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2,7	...	...
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,8	...	...
F - Construção	<b>13,0</b>	<b>7,9</b>	<b>47,5</b>
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	<b>41,9</b>	<b>45,1</b>	<b>84,4</b>
H - Transportes e armazenagem	5,5	5,8	82,5
I - Alojamento, restauração e similares	<b>7,7</b>	<b>7,1</b>	<b>72,9</b>
J - Atividades de informação e de comunicação	1,2	1,6	98,5
L - Atividades imobiliárias	2,0	2,1	85,5
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	<b>9,5</b>	<b>11,9</b>	<b>97,7</b>
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,7	4,1	88,4
P - Educação	0,2	0,2	79,6
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	4,3	5,3	97,0
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,7	0,8	88,4
S - Outras atividades de serviços	0,7	0,6	67,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>78,4</b>

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, INE, 2009; As divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. são excluídas pelo âmbito da informação SCIE do INE

Finalmente, no quadro seguinte o exercício completa-se para a variável valor acrescentado bruto (VAB).

O peso do núcleo central é ligeiramente inferior a 50%, mas mantém contudo uma proeminência no contexto do valor acrescentado global gerado no concelho, embora também ligeiramente inferior ao observado na RAM como um todo.

**Tabela 16 – Estrutura económica Funchal versus RAM – VAB**

Secção CAE Rev3	Estrutura RAM	Estrutura Funchal (%)	Quota (%) Funchal
A03 - Pesca e aquicultura	0,3	0,0	1,2
B - Indústrias extrativas	0,4	0,2	39,7
C - Indústrias transformadoras	7,1	5,3	57,2
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3,8	...	...
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,7	...	...
F - Construção	<b>14,8</b>	<b>8,5</b>	<b>44,6</b>
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	<b>22,0</b>	<b>24,2</b>	<b>85,6</b>
H - Transportes e armazenagem	12,0	12,7	82,0
I - Alojamento, restauração e similares	<b>13,0</b>	<b>12,7</b>	<b>75,4</b>
J - Atividades de informação e de comunicação	2,1	2,7	98,6
L - Atividades imobiliárias	2,0	2,3	90,3
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	<b>4,8</b>	<b>5,7</b>	<b>91,3</b>
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,4	5,0	89,1
P - Educação	0,2	0,2	82,5
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	9,7	12,3	97,5
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,5	1,8	91,6
S - Outras atividades de serviços	1,2	1,1	69,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>77,5</b>

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, INE, 2009; As divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. são excluídas pelo âmbito da informação SCIE do INE

A generalidade dos 4 critérios confirma assim a relevante presença do núcleo central do modelo económico da RAM no concelho do Funchal. A exploração dos dados de consumo de energia elétrica proporciona também uma aproximação a essa perspetiva.

O consumo não doméstico apresenta no Funchal um peso inclusivamente superior ao da iluminação em edifícios públicos, o que está de acordo (dada a definição desse tipo de consumo) com o núcleo central do modelo cuja presença no Funchal temos vindo a confirmar.

**Tabela 17 – Consumo de energia elétrica 2008 por tipo de consumo Funchal versus RAM – VAB**

Tipo de Consumo	RAM	Funchal	Quota (%) Funchal
Doméstico	261 013 677	107 308 987	41,1
Iluminação vias públicas	88 869 964	19 629 458	22,1
Idem edifícios públicos	63 673 825	33 771 523	53,0
Agricultura	6 175 808	566 145	9,2
Indústria	98 183 051	24 899 775	25,4
Não doméstico (inclui outros sectores económicos excluindo agricultura, indústria e transportes)	373 710 359	237 649 125	63,6
Total	891 626 684	423 825 013	

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, 2009

O quadro seguinte fornece uma aproximação necessariamente imperfeita à participação do concelho nos mecanismos do comércio internacional, com dados obtidos por operador económico e com a distinção entre mecanismos de simples expedição e entrada (comércio intracomunitário) e de exportação /importação (comércio extracomunitário). A limitação dos dados aos movimentos de mercadorias é de registar, pois como vimos na apresentação do modelo global e das suas limitações, a produção de transacionáveis é penalizada com emergência dificultada.

Em coerência com todos os elementos anteriormente enunciados, o peso do Funchal na RAM em termos de entradas de mercadorias é praticamente o dobro do que o observado nas saídas, com desvio claramente mais acentuado na relação exportações/importações do que na relação expedições/entradas.

**Tabela 18 – Comércio internacional declarado de mercadorias por sede de operador (milhares de €)**

Tipo de Consumo	RAM	Funchal	Quota (%) Funchal
Saídas totais	59 785	26 486	44,3
Expedições	26 816	13 166	49,1
Exportações	32 969	13320	40,4
Entradas totais	149 585	122 974	82,2
Chegadas	126 275	102 051	80,8
Importações	23 310	20 923	89,8

Fonte: Anuário Estatístico da RAM, 2009

A informação disponibilizada para o Funchal não permite para o concelho do Funchal individualizar por tipo de produtos os movimentos realizados.

Do ponto de vista da RAM, os produtos alimentares e bebidas ocupam um peso relevantíssimo nas saídas para o mercado comunitário, ao passo que são os fornecimentos industriais não

especificados (categoria residual) e as máquinas com exceção do material de transporte a ocupar o lugar de relevo nas saídas extracomunitárias.

### 3.4.3. Dinâmica de resposta aos Sistemas de Incentivos

Com base em informação disponibilizada pelo IDR, Autoridade de Gestão do Programa Intervir +, apresenta-se no quadro seguinte a dinâmica de investimento revelada pelo concelho do Funchal em contraponto com a observada na RAM no período de 2008 a 2010 (31 de Dezembro) no âmbito dos sistemas de incentivos cofinanciados pelo FEDER no âmbito daquele PO Regional. Deve-se ter em conta que, pela primeira vez, neste período de programação, a RAM tem completa autonomia em matéria de sistema de incentivos. Ao contrário do que se verificou noutros períodos anteriores, em que pelo menos as maiores empresas da Região podiam candidatar-se ao PO PRIME, neste período as candidaturas são exclusivamente regionais, tendo por isso especial acuidade a informação sistematizada.

Em termos de valor de investimento elegível, o sector da hotelaria e restauração responde no Funchal por cerca de 22,3% do investimento total elegível no concelho, que absorve por sua vez cerca de 65% do total do investimento considerado elegível em toda a Região. Para além da hotelaria e restauração, o sector do comércio lidera o investimento elegível com cerca de 40%, o que evidencia bem a sua representatividade, com largo destaque para o comércio a retalho. As atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares surgem também bem representadas, confirmando ideias já anteriormente afluídas. As indústrias transformadoras continuam a representar um peso menos saliente, alinhando claramente com o que se observa a nível da RAM, embora o investimento elegível no Funchal represente cerca de 50% do total na Região.

Estes valores continuam a ilustrar a relevância do modelo global de desenvolvimento da Região, projetado com grande clareza no Funchal, agora do ponto de vista da dinâmica do investimento cofinanciado, podendo assim concluir-se que o modelo procura aproveitar estas oportunidades para consolidar posições e resistir ao ambiente externo menos favorável.



**Tabela 19 – Dinâmica do investimento cofinanciado**

Secção e CAE a 2 dig	RAM		Funchal		RAM	Funchal	Proporção Inv. Eleg. Face ao Inv. Eleg. Da RAM
	Nº Projectos	Investimento Elegível (Euros)	Nº Projectos	Investimento Elegível (Euros)	Investimento elegível por projecto(euros)	Investimento elegível por projecto(euros)	
10 - Indústrias alimentares	18	6.076.372,05	8	2.108.694,34	337.576,23	263.586,79	34,7
11 - Indústria das bebidas	2	752.813,83	2	752.813,83	376.406,92	376.406,92	100,0
13 - Fabricação de têxteis	2	280.276,52	2	280.276,52	140.138,26	140.138,26	100,0
16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cesteria e de espartaria	3	792.352,53	0	0	264.117,51	0	0,0
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados	4	1.122.674,86	4	1.122.674,86	280.668,72	280.668,72	100,0
20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	2	181.616,12	1	114.816,12	90.808,06	114.816,12	63,2
25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	7	1.450.416,89	3	673.057,34	207.202,41	224.352,45	46,4
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões	2	439.327,98	0	0	219.663,99	0	0,0
32 - Outras indústrias transformadoras	2	175.911,58	2	175.911,58	87.955,79	87.955,79	100,0
33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1	172.957,73	0	0	172.957,73	0	0,0
<b>C - Indústrias transformadoras</b>	<b>43</b>	<b>11.444.720,09</b>	<b>22</b>	<b>5.228.244,59</b>	<b>266.156,28</b>	<b>237.647,48</b>	<b>45,7</b>
36 - Captação, tratamento e distribuição de água	1	62.747,81	0	0	62.747,81	0	0,0
38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	3	375.908,70	0	0	125.302,90	0	0,0
<b>E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição</b>	<b>4</b>	<b>438.656,51</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>109.664,13</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
41 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	12	3.376.520,23	7	2.111.206,42	281.376,69	301.600,92	62,5
42 - Engenharia civil	4	610.931,31	2	368.253,40	152.732,83	184.126,70	60,3
43 - Actividades especializadas de construção	21	3.201.473,97	7	752.400,99	152.451,14	107.485,86	23,5
<b>F - Construção</b>	<b>37</b>	<b>7.188.925,51</b>	<b>16</b>	<b>3.231.860,81</b>	<b>194.295,28</b>	<b>201.991,30</b>	<b>45,0</b>
45 - Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	24	7.192.150,04	13	4.984.890,80	299.672,92	383.453,14	69,3
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	35	8.225.857,56	25	6.183.563,74	235.024,50	247.342,55	75,2
47 - Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	111	22.445.904,18	90	17.339.501,74	202.215,35	192.661,13	77,3
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	170	37.863.911,78	128	28.507.956,28	222.728,89	222.718,41	75,3
49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	2	315.115,85	2	315.115,85	157.557,93	157.557,93	100,0
52 - Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes(inclui manuseamento)	5	1.355.067,94	3	585.566,62	271.013,59	195.188,87	43,2
<b>H - Transportes e armazenagem</b>	<b>7</b>	<b>1.670.183,79</b>	<b>5</b>	<b>900.682,47</b>	<b>238.597,68</b>	<b>180.136,49</b>	<b>53,9</b>
55 - Alojamento	27	14.009.729,89	13	9.679.876,74	518.878,88	744.605,90	69,1
56 - Restauração e similares	63	9.371.165,02	38	6.292.326,44	148.748,65	165.587,54	67,1
<b>I - Alojamento, restauração e similares</b>	<b>90</b>	<b>23.380.894,91</b>	<b>51</b>	<b>15.972.203,18</b>	<b>259.787,72</b>	<b>313.180,45</b>	<b>68,3</b>
58 - Actividades de edição	1	225.212,00	1	225.212,00	225.212,00	225.212,00	100,0
60 - Actividades de rádio e de televisão	1	44.595,41	1	44.595,41	44.595,41	44.595,41	100,0
61 - Telecomunicações	1	5.550.000,00	0	0	5.550.000,00	0	0,0
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	9	2.055.005,64	9	2.055.005,64	228.333,96	228.333,96	100,0
63 - Actividades dos serviços de informação	4	1.568.929,05	3	1.399.074,77	392.232,26	466.358,26	89,2
<b>J - Actividades de informação e de comunicação</b>	<b>16</b>	<b>9.443.742,10</b>	<b>14</b>	<b>3.723.887,82</b>	<b>590.233,88</b>	<b>265.991,99</b>	<b>39,4</b>
68 - Actividades imobiliárias	6	437.431,61	3	157.636,13	72.905,27	52.545,38	36,0
<b>L - Actividades imobiliárias</b>	<b>6</b>	<b>437.431,61</b>	<b>3</b>	<b>157.636,13</b>	<b>72.905,27</b>	<b>52.545,38</b>	<b>36,0</b>
69 - Actividades jurídicas e de contabilidade	29	4.597.548,15	25	4.255.308,95	158.536,14	170.212,36	92,6
70 - Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	3	366.885,18	3	366.885,18	122.295,06	122.295,06	100,0
71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	13	1.409.997,08	11	1.272.103,09	108.461,31	115.645,74	90,2
72 - Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	2	1.029.868,41	2	1.029.868,41	514.934,21	514.934,21	100,0
73 - Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	3	187.895,06	3	187.895,06	62.631,69	62.631,69	100,0
74 - Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5	364.402,19	2	116.073,53	72.880,44	58.036,77	31,9
75 - Actividades veterinárias	1	67.260,04	0	0	67.260,04	0	0,0
<b>M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares</b>	<b>56</b>	<b>8.023.856,11</b>	<b>46</b>	<b>7.228.134,22</b>	<b>143.283,14</b>	<b>157.133,35</b>	<b>90,1</b>
77 - Actividades de aluguer	4	375.453,70	2	174.804,84	93.863,43	87.402,42	46,6
79 - Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	3	804.750,65	3	804.750,65	268.250,22	268.250,22	100,0
80 - Actividades de investigação e segurança	1	353.116,28	1	353.116,28	353.116,28	353.116,28	100,0
81 - Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	8	3.391.102,22	6	2.639.334,47	423.887,78	439.889,08	77,8
82 - Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	4	1.000.015,20	4	1.000.015,20	250.003,80	250.003,80	100,0
<b>N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio</b>	<b>20</b>	<b>5.924.438,05</b>	<b>16</b>	<b>4.972.021,44</b>	<b>296.221,90</b>	<b>310.751,34</b>	<b>83,9</b>
86 - Actividades de saúde humana	1	247.280,00	1	247.280,00	247.280,00	247.280,00	100,0
<b>Q - Actividades de saúde humana e apoio social</b>	<b>1</b>	<b>247.280,00</b>	<b>1</b>	<b>247.280,00</b>	<b>247.280,00</b>	<b>247.280,00</b>	<b>100,0</b>
93 - Actividades desportivas, de diversão e recreativas	5	474.567,37	4	429.651,07	94.913,47	107.412,77	90,5
<b>R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas</b>	<b>5</b>	<b>474.567,37</b>	<b>4</b>	<b>429.651,07</b>	<b>94.913,47</b>	<b>107.412,77</b>	<b>90,5</b>
95 - Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	1	28.667,64	1	28.667,64	28.667,64	28.667,64	100,0
96 - Outras actividades de serviços pessoais	16	3.385.941,45	9	964.664,34	211.621,34	107.184,93	28,5
<b>S - Outras actividades de serviços</b>	<b>17</b>	<b>3.414.609,09</b>	<b>10</b>	<b>993.331,98</b>	<b>200.859,36</b>	<b>99.333,20</b>	<b>29,1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>472</b>	<b>109.953.216,92</b>	<b>316</b>	<b>71.592.889,99</b>	<b>232.951,73</b>	<b>226.559,78</b>	<b>65,1</b>

No sentido de avaliar o que é que representa esta dinâmica de investimento cofinanciado do ponto de vista da sua relação com a situação instalada, procurámos construir indicadores simples de reatividade, que consistem em comparar a dinâmica do investimento elegível atrás mencionado com valores de referência nos sectores considerados. Esses valores de referência podem ser quer o pessoal ao serviço, quer o próprio VAB, tudo dependendo da disponibilidade de informação e da compatibilização dos níveis de desagregação da informação “sistema de incentivos” e das variáveis de referência. A tabela seguinte apresenta os principais resultados obtidos.

**Tabela 20 - Reatividade sectorial em termos de investimento cofinanciado**

Secção da CAE Rev3	Indicador de reactividade - Funchal			Indicador de reactividade - RAM				
	Inv. Elegível, 2008 a 31/12/2010	Pessoas ao serviço, média anual no período 2000 a 2006 (MTSS_QP)	Indicador reactividade: Investimento Elegível por Pessoa ao Serviço	Inv. Elegível, 2008 a 31/12/2010 (€)	VAB média de 1995 a 2006 (€)	Emprego média de 1995 a 2006	Indicador reactividade: Investimento Elegível por VAB	Indicador reactividade: Investimento Elegível por Emprego
C - Indústrias transformadoras	5.228.244,59	2.989	1.749,16	11.444.720,09	122.503.040	10.500	0,0934	1.089,97
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição		802	0,00	438.656,51	72.480.320	1.100	0,0061	398,78
F - Construção	3.231.860,81	4.998	646,63	7.188.925,51	286.663.907	19.300	0,0251	372,48
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	28.507.956,28	9.015	3.162,28	37.863.911,78	393.815.154	16.500	0,0961	2.294,78
H +J- Transportes e armazenagem; Actividades de informação e de comunicação	4.624.570,29	3.241	1.426,90	11.113.925,89	228.830.969	5.500	0,0486	2.020,71
I - Alojamento, restauração e similares	15.972.203,18	7.659	2.085,42	23.380.894,91	222.161.175	12.000	0,1052	1.948,41
L +M+N- Actividades imobiliárias;Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;Actividades administrativas e dos serviços de apoio	12.357.791,79	3.599	3.433,67	14.385.725,77	535.954.212	6.400	0,0268	2.247,77
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	247.280,00	1.200	206,07	247.280,00	148.258.855	5.300	0,0017	46,66
R+S - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas; Outras actividades de serviços	1.422.983,05	1.477	963,43	3.889.176,46	69.321.991	3.900	0,0561	997,22
<b>Total Geral</b>	<b>71.592.889,99</b>	<b>35.795</b>	<b>2.000,08</b>	<b>109.953.216,92</b>	<b>2.796.664.233</b>	<b>116.800</b>	<b>0,0393</b>	<b>941,38</b>

Fonte: IDR Madeira - INTERVIR+; MTSS-Quadros Pessoal; INE- Contas Regionais

Os valores dos indicadores obtidos para o Funchal e para a RAM não são diretamente comparáveis pois as variáveis de referência não são por razões estatísticas similares. As estruturas obtidas são, porém, comparáveis, observando-se alguma homogeneidade de resultados.

Assim, quer no Funchal quer na RAM, as actividades de imobiliária e de consultoria técnica (agrupadas) e o comércio em geral apresentam os valores de reatividade mais elevados, seguidos em ambos os casos pelo alojamento e restauração. Poder-se-ia esperar talvez uma maior expressão de reatividade do sector hoteleiro e de restauração (proxy da atividade turística), mas o período considerado (2008-2010) permite situar confortavelmente os dados obtidos. Como é compreensível, o valor do investimento elegível tende a ser mais elevado em

projetos de raiz (construção de novas unidades hoteleiras e de restauração). Ora, no período considerado, pode dizer-se que a Região já se encontrava praticamente em estabilização de oferta, daí que com grande probabilidade os investimentos apoiados serão essencialmente de projetos de modernização, reapetrechamento, inovação, eficiência energética e outras dimensões com menor peso infraestrutural. Daí que, compreensivelmente, os valores de reatividade surjam em conformidade com esta situação.

No quadro seguinte, procurámos ainda comparar a estrutura do investimento elegível 2008-2010 para as secções da CAE consideradas no quadro anterior com os seus pesos na estrutura produtiva regional:

**Tabela 21 – Estrutura sectorial do investimento elegível cofinanciado 2008-2010 versus estrutura sectorial do VAB e do emprego – RAM - Funchal**

Secções CAE Rev3	Estrutura Investimento elegível RAM	Estrutura Investimento elegível Funchal	Estrutura do VAB 2007 RAM	Estrutura do emprego 2007 RAM	Estrutura do pessoal ao serviço 2009 Funchal
C - Indústrias transformadoras	10,4	7,3	3,1	6,3	4,4
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,4	0,0	1,5	1,4	0,6
F - Construção	6,5	4,5	9,8	13,9	9,6
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	34,4	39,8	14,6	14,7	23,4
H +J- Transportes e armazenagem; Atividades de informação e de comunicação	10,1	6,5	8,9	12,9	7,8
I - Alojamento, restauração e similares	21,3	22,3	8,1	12,1	19,0
L +M+N- Atividades imobiliárias; Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	13,1	17,3	21,1	6,5	14,2
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,2	0,3	5,2	6,0	8,2
R+S - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Outras atividades de serviços	3,5	2,0	1,3	2,8	4,6
<b>Total Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Tratamento a partir de informação IDR – Intervir +; INE – Contas Regionais e Quadros de Pessoal do MTSS

Como é compreensível, as condições de elegibilidade dos sistemas de incentivos influenciam a comparação realizada, podendo determinar o não acesso ao cofinanciamento, pelo que os dados devem ser olhados com cautela.

O comércio em geral ganha preponderância na estrutura do investimento elegível, adquirindo um peso bem mais elevado do que o que representa na estrutura regional e concelhia. O sector hoteleiro e de restauração também se destaca. A indústria transformadora recupera alguma preponderância e a secção L+M+N, devido aos desvios observados entre o seu peso em termos de VAB e de emprego, tem uma interpretação menos consistente, embora revele dinâmica de cofinanciamento.

## **3.5. Papel do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)**

### **3.5.1. Notas preliminares**

O CINM constitui a expressão institucional da chamada Zona Franca da Madeira, criada pelo Decreto-Lei nº 500/80 de 20 de Outubro e cuja concessão foi adjudicada em 1987 à Sociedade de Desenvolvimento da Madeira S.A. (SDM) em regime de serviço público e por um prazo de 30 anos.

A atividade do CINM tem sido desenvolvida em torno de quatro domínios de intervenção:

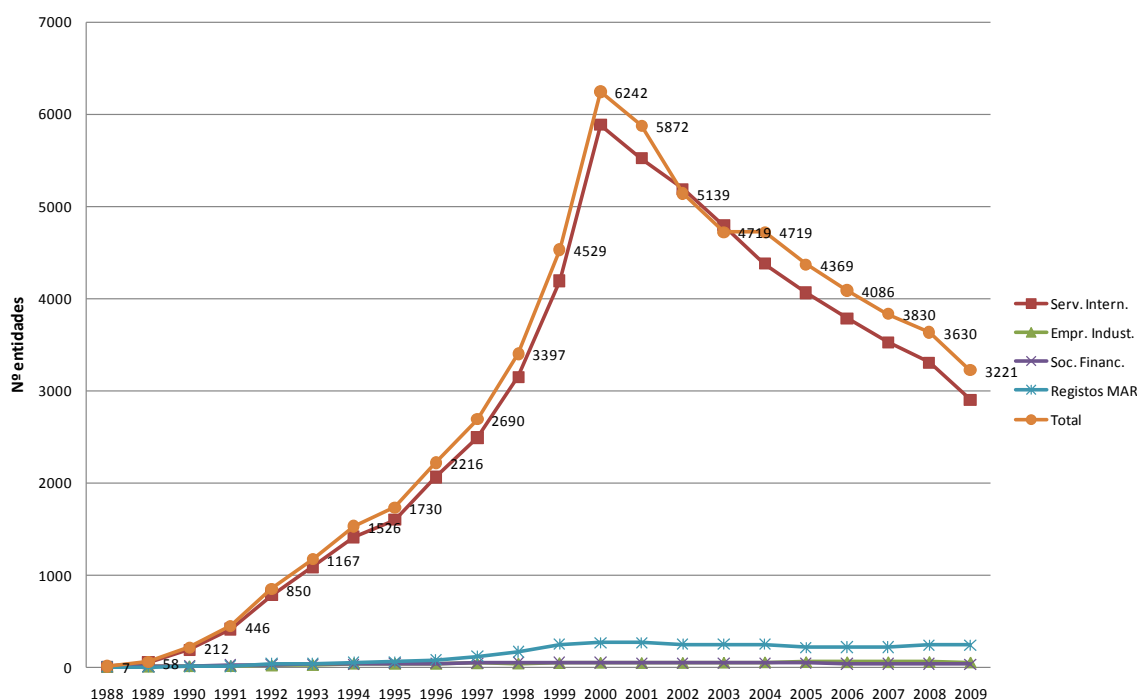
- A zona franca industrial;
- O Centro de Serviços Financeiros;
- O Centro de Serviços Internacionais;
- O Registo Internacional de Navios – MAR.

Tal como consta da informação pública disponibilizada on line pela Secretaria Regional do Plano e Finanças do Governo Regional, há que ter em conta que, na sequência de decisão emanada da Comissão Europeia de 11.12.2002, a aceitação de novos licenciamentos na área dos serviços financeiros, seguros e resseguros deixou de ser possível. Esta informação é crucial para compreender a evolução do número e tipo de atividades licenciadas pelo CINM.

O CINM integra a chamada “white list” da OCDE de centros internacionais de negócios confirmando a estratégia da instituição de se apresentar em regime de transparência e de plena adaptação às normas da UE, OCDE e OMC, demarcando-se do estatuto de paraíso fiscal comum noutras entidades desta natureza. Essa posição não invalida como é óbvio que o CINM se apresente com um conjunto de incentivos essencialmente fiscais e orientados para a atracção de investimento externo.

O tratamento da informação disponibilizada em termos públicos do número e tipo de entidades licenciadas pelo CINM ao longo do seu período de existência permite-nos dar conta do predomínio manifesto da atividade de captação de serviços internacionais como o principal domínio da sua atividade.

**Gráfico 13 – Evolução do nº de entidades licenciadas no CINM (1988-2009)**



Como decorre do gráfico anterior, o ano de 2000 marca um ponto de viragem na dinâmica de licenciamento dos quatro tipos de entidades que integram o negócio do CIM, evidenciando praticamente todas as categorias uma tendência para o decréscimo e não apenas a atracção de entidades financeiras. Apenas a atracção de empresas industriais tem mantido uma tendência de não diminuição.

A SDM refere na sua página internet a existência em 31.12.2008 de cerca de “3.400 entidades licenciadas dedicadas a atividades no âmbito dos serviços internacionais e do sector industrial, estas últimas instaladas na Zona Franca Industrial”, com predomínio manifesto de entidades de serviços internacionais (cerca de 84%), seguindo-se a grande distância as entidades de

“shipping” (7%) e de SGPS (4,7%). Em Julho de 2010, em notícia tratada pelo Jornal Expresso sobre a negociação em Bruxelas para o alargamento do regime de benefícios fiscais, a SDM referia a existência de 2981 sociedades na zona franca. No desenvolvimento do trabalho, espera-se que seja possível atualizar esta informação, confirmando se o potencial de atracção está estabilizado ou, se pelo contrário, a situação de crise internacional tenderá a fazer reduzir o número de entidades sediadas no CINM.

Com dados disponíveis para 31.12.2007, a informação respeitante a emprego gerado pelo CINM é a seguinte:

**Tabela 22 – Postos de trabalho CINM**

Sector de atividade	Postos de trabalho
Serviços financeiros (a)	170
Zona franca industrial	820
Serviços internacionais (a)	1 868
SUB-TOTAL	2 858
Registo de navios mar (b)	1 477
TOTAL	4 335

(a) Emprego direto e indireto; (b) Tripulantes dos navios registados

FORNE: Página Web SDM: [http://www.sdm.pt/O\\_CINM.aspx?ID=679](http://www.sdm.pt/O_CINM.aspx?ID=679)

### 3.5.2. Contributo para o PIB regional

Para além da questão suscitada ao longo dos anos de 2009 e 2010 com a negociação com Bruxelas do alargamento dos benefícios fiscais associados ao CINM e com o tema da despesa fiscal esgrimido entre o Governo Regional e o Ministério das Finanças, a atividade do CINM tem suscitado um outro debate que consiste na medida do seu contributo para o PIB regional. A esta questão não é naturalmente indiferente o processo acelerado de crescimento do PIB *per capita* na RAM, já analisado nos gráficos nº 2 e 3.

Em nosso entender, o contributo do CINM não pode ser subestimado, como aliás o prova o estudo específico realizado pelo INE para o período 2000-2002. Mas esse contributo não invalida a afirmação anteriormente realizada de que a evolução do PIB *per capita* regional não pode ser dissociada da já referida interação entre a excelência turística e as atividades imobiliárias. O papel do CINM deve ser entendido para além do seu contributo relevante para o PIB regional como um instrumento que pode ajudar a contrariar as dificuldades do modelo

instalado gerar endogenamente condições de diversificação e de incorporação de níveis mais intensivos de conhecimento e de recursos humanos mais qualificados.

**Tabela 23 – Contributos do CINM para a geração do PIB regional**

CONTRIBUTO %	2000	2001	2002
PIB	21	18	21
VAB preços constantes	21	18	21
Atividades não financeiras	17	17	20
Atividades financeiras	70	48	49

FONTE: Estudo sobre o PIB da RAM 2000-2002, INE

O estudo do INE aponta para um contributo das atividades do CINM para o PIB regional ligeiramente superior a 1/5, o que constitui um dado expressivo. Como esse cálculo foi realizado praticamente no ponto de viragem da evolução do número de entidades licenciadas e como se assiste também a partir dessa data a uma convergência da economia regional é de estimar que esse contributo, embora se mantenha a dois dígitos, tenha descido entretanto. Só uma atualização do estudo do INE permitirá avaliar essa possível evolução descendente.

Do ponto de vista dos estudos de suporte à revisão do PDMF o que interessa salientar para além desse contributo é o papel que o CINM pode assumir como elemento favorável à diversificação da economia regional. Sabendo que o Funchal constitui a principal projeção do modelo económico da RAM, será também no Funchal que tenderão a manifestar-se as consequências positivas do CINM como fator de diversificação e incorporação de conhecimento no modelo económico da RAM. Essas consequências positivas tenderão a ocorrer independentemente da localização do empreendimento: a sede social da SDM situa-se no Funchal e as instalações físicas da zona franca no Machico. Mas será toda a economia terciária do concelho que tenderá a articular-se com o referido potencial do CINM.

O desenvolvimento do trabalho permitirá certamente recolher elementos de aprofundamento desta questão.





## 4. O EMPREGO

### 4.1. Nota preliminar

Este capítulo é de difícil operacionalização, sobretudo se o objetivo for uma medida rigorosa do emprego absorvido pelo concelho do Funchal, tal como já foi oportunamente referido. A existência de uma fonte relativamente atualizada como a dos Quadros de Pessoal do MTSS se tem a virtude de nos proporcionar informação com alguma fiabilidade, tem também a enorme desvantagem de se limitar à variável “trabalho por conta de outrem”. Assim, não só fica por cobrir a componente do emprego por conta própria, como escapa também a relevante presença do emprego público no concelho, cuja expressão não pode ser ignorada (Autarquia, serviços do Governo Regional e do Governo da República).

Nestas condições, a aproximação ao emprego concelhio será concretizada em termos progressivos ao longo do trabalho. Primeiro, equacionaremos a informação proveniente dos Quadros de Pessoal do MTSS que serão confrontados, em confronto necessariamente imperfeito, com a dimensão do emprego regional para avaliar do seu significado.

Tentaremos depois, na medida da disponibilidade de informação, ensaiar uma estimativa do emprego público no concelho, embora seja de prever neste caso importantes limitações. Como estaremos em 2011 em ano de recenseamento à população, é provável que a disponibilização de dados provisórios nos possa ajudar a contornar as dificuldades previsíveis.

### 4.2. Do emprego regional ao emprego concelhio

A RAM apresentava, segundo a fonte do Inquérito ao Emprego, em 2009 uma população empregada de 118 700 pessoas, a que correspondia uma taxa de emprego de 58,1%, uma das mais elevadas do País (só a Região Centro apresentava uma taxa mais elevada, 61,1%), para uma taxa de atividade de 51,8%, uma das mais baixas do País (só o Alentejo, 48,7% e o Algarve, 51,7% apresentavam valores mais baixos). Os valores para 2010 (Inquérito ao Emprego, 4º Trimestre de 2010<sup>2</sup>) eram os seguintes:

---

<sup>2</sup> Publicados em Fevereiro de 2011.

- População empregada – 119 800
- Taxa de emprego<sup>3</sup> – 58,6%
- Taxa de atividade<sup>4</sup> – 63,3%.

A estes valores da população empregada correspondia uma massa de desempregados de 9 700 pessoas (8 100 pessoas em 2010) para taxas de desemprego de 7,6% e 7,4%, respetivamente, em 2009 e 2010.

Estes últimos valores são relevantes para a nossa análise, na medida em que, pela primeira vez, a taxa de desemprego recuou, o que sugere alguma capacidade de recuperação da Região face ao movimento descendente e efeitos da proatividade de intervenção regional, largamente com o apoio comunitário FSE por via do PO Rumos. Veremos mais adiante que os dados do desemprego registado não confirmam em 2010 esta inversão. A confirmação desta tendência constituirá um dado essencial para se avaliar em que medida o núcleo central do modelo económico revela condições de consolidação e resiliência face ao entorno desfavorável que tende a enfrentar.

Para efeito da comparação com os valores dos Quadros de Pessoal do MTSS (QP- MTSS), em 2009 a percentagem de empregados por conta de outrem era de 84,8% (cerca de 100 650 pessoas) e os trabalhadores por conta própria de 14,9% (cerca de 17 680 pessoas).

O fenómeno da inatividade (com 15 ou mais anos) apresentava também um comportamento de recuo, aliás já observado desde o início da década de 2000, representando, em 2010, 75 100 pessoas.

Para compreendermos o alcance futuro da informação dos QP-MTSS, podemos cotejar a seguinte informação para a RAM:

- Emprego por conta de outrem – Inquérito ao Emprego – 100 650
- Trabalhadores por conta de outrem QP-MTSS – 71 820

O desvio encontrado prende-se seguramente com o emprego público regional e local, empregos agrícolas não registados nos QP-MTSS e emprego associado a empresários que não descontam para a segurança social. Tendo em conta a taxa de cobertura dos QP-MTSS em termos de emprego por conta de outrem ( $71820/100650 = 71,4\%$ ), poderemos fazer uma estimativa necessariamente grosseira para o total do emprego por conta de outrem no

---

<sup>3</sup> Definida pelo IE-INE como a relação entre a população empregada e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

<sup>4</sup> Definida pelo IE-INE como o peso da população activa sobre o total da população.

Funchal, aplicando essa taxa ao valor dos trabalhadores por conta de outrem registados nos QP-MTSS para o Funchal.

Assim:

**TCO (Funchal) MTSS / 0,714 = 43 092 /0,714= 60 353 ≈ Emprego por conta de outrem no Funchal**

Resta estimar a que percentagem de trabalhadores por conta própria podemos associar o Funchal. Se admitíssemos que o peso do trabalho por conta própria no Funchal era similar ao que representa em termos de trabalhadores por conta de outrem (60%), teríamos um valor de cerca de 10608 empregos. É difícil encontrar um critério para situar o valor desta percentagem. Poder-se-á dizer que o trabalho por conta própria tenderá a ser mais elevado em contexto de serviços urbanos mais disseminados, justificação que levar-nos-ia a estimar um peso mais elevado do que os 60% para o trabalho por conta própria no Funchal. Digamos que 70% do trabalho por conta própria na RAM estará concentrado no Funchal. É discutível.

Mantendo a taxa de 60%, a estimativa (grosseira) do emprego para o Funchal seria:

TOC + TCP = 60 353 + 10 608 = 70 961 empregos.

É provável que o valor encontrado o seja por excesso, mas o desenvolvimento dos trabalhos permitirá sistematizar informação adicional suscetível de afinar progressivamente esta estimativa agora realizada.

### 4.3. Estrutura do emprego concelhio (Pessoal ao serviço)

Com as limitações atrás referidas, a abordagem aos QP-MTSS é a única que nos permite uma aproximação credível à estrutura sectorial do concelho do Funchal.

Os números obtidos para o ano de 2009 revelam a já esperada concentração terciária no concelho do Funchal, que constitui a melhor expressão do modo como o modelo global de desenvolvimento da RAM se projeta no concelho.

O quadro seguinte analisa a estrutura do emprego por conta de outrem a um dígito da classificação de atividades económicas.

**Tabela 24 - Estrutura sectorial de estabelecimentos e pessoal ao serviço 2009, concelho do Funchal**

Secção CAE	Estabelecimentos		Trabalhadores	
	Número	%	Número	%
A - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, LORESTA E PESCA	20	0,4	104	0,2
B - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	11	0,2	76	0,2
C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1.909		1.909	4,4
D - ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO	467	9,1	671	1,6
E - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO	15	0,3	261	0,6
F - CONSTRUÇÃO	452	8,8	4.157	9,6
G - COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	1.606	31,4	10.066	23,4
H - TRANSPORTES E ARMAZENAGEM	241	4,7	2.481	5,8
I - ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	758	14,8	8.203	19,0
J - ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO	79	1,5	864	2,0
K - ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS	173	3,4	1.060	2,5
L - ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	172	3,4	526	1,2
M - ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	431	8,4	1.720	4,0
N - ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO	213	4,2	3.882	9,0
O - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	8	0,2	113	0,3
P - EDUCAÇÃO	70	1,4	1.471	3,4
Q - ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL	225	4,4	3.519	8,2
R - ACTIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS	87	1,7	786	1,8
S - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS	301	5,9	1.223	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>5.121</b>	<b>100,0</b>	<b>43.092</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal do MTSS, 2009

O conjunto constituído pelo comércio em sentido lato e pelo alojamento e restauração organiza claramente a distribuição rondando os 20 000 empregos, evidenciando bem a articulação turismo -comércio.

A comparação que foi possível realizar entre os QP-MTSS de 2003 e 2009 permite confirmar que, com aumento ligeiro do Pessoal ao Serviço de 2003 para 2009 em termos globais, o referido núcleo central perdeu ligeiramente importância relativa, sobretudo devido à diminuição do peso do alojamento e restauração. São valores que vão na linha das considerações gerais atrás produzidas sobre a evolução do modelo económico.

Com as devidas cautelas impostas pela necessidade de aumentar o nível de agregação de classes para minimizar a não comparabilidade das CAE utilizadas nos QP – MTSS de 2003 e 2009, é visível no quadro seguinte a queda do emprego na IT, a já referida queda do alojamento e restauração e o peso crescimento das atividades imobiliárias e serviços às empresas e saúde. Os números continuam a revelar coerência com a evolução projetada do modelo global.

**Tabela 25 - Variação da estrutura sectorial do Pessoal ao Serviço 2003, 2009, concelho do Funchal**

Secção CAE Rev3	2003 %	2009 %
A - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA	0,1	0,0
B - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	0,2	0,2
C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	7,2	4,4
D - ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO	2,2	2,2
E - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO	13,5	9,6
F - CONSTRUÇÃO	0,2	0,2
G - COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	23,5	23,4
H - ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	21,7	19,0
I - TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	7,9	7,8
J - ACTIVIDADES FINANCEIRAS	2,3	2,5
K - ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	10,7	14,2
L - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL (OBRIGATÓRIA)	0,2	0,3
M - EDUCAÇÃO	2,9	3,4
N - SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	3,4	8,2
O - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	4,2	4,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal do MTSS, 2009

No sentido de conhecer mais em pormenor a composição do TOC em 2009, trabalhámos a informação a dois dígitos no sentido de identificar ramos que apresentassem no Funchal pelo menos 700 empregos, captando níveis de notoriedade. A informação obtida consta da tabela seguinte.

A única novidade assinalar com esta desagregação é o aparecimento das atividades ligadas ao tratamento de jardins, que sugere alguma expressão dessa atividade no concelho.

**Tabela 26 - Ramos a 2 dígitos com pelo menos 700 trabalhadores**

Secção CAE Rev3	2009
10 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES	861
41 - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA (DESENVOLV.PROJECTOS DE EDIFÍCIOS); CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	2 084
42 - ENGENHARIA CIVIL	742
43 - ACTIVIDADES ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO	1.330
45 - COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO, DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	1.031
46 - COMÉRCIO POR GROSSO (INCLUI AGENTES), EXCEPTO DE VEICULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	2.342
47 - COMÉRCIO A RETALHO, EXCEPTO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	6.693
49 - TRANSPORTES TERRESTRES E TRANSPORTES POR OLEODUTOS OU GASODUTOS	1.459
55 - ALOJAMENTO	4.708
56 - RESTAURAÇÃO E SIMILARES	3.495
64 - ACTIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS, EXCEPTO SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	881
69 - ACTIVIDADES JURÍDICAS E DE CONTABILIDADE	888
80 - ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA	871
81 - ACTIVIDADES RELACIONADAS COM EDIFÍCIOS, PLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS	1 473
85 - EDUCAÇÃO	1.471
86 - ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA	2.682

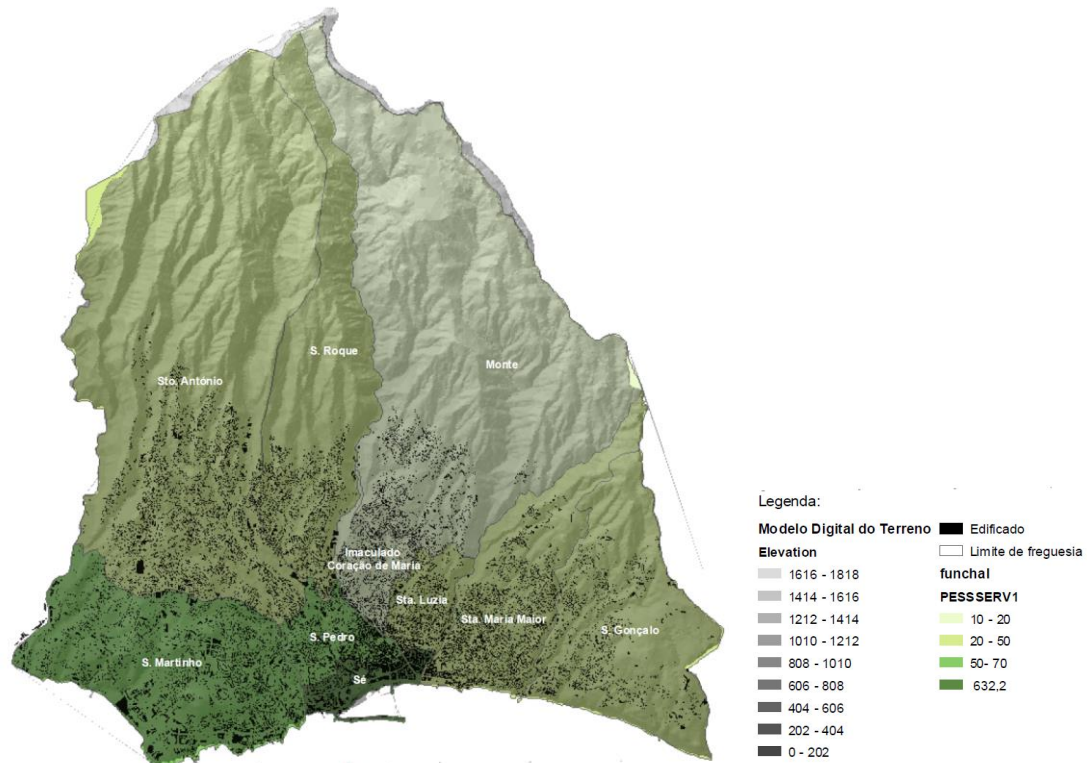
Fonte: Quadros de Pessoal do MTSS, 2009

#### 4.4. Distribuição espacial do emprego por freguesia

A análise da distribuição espacial do emprego (QP-MTSS) por freguesia é realizada com base em dois tipos de indicadores: de densidade espacial do emprego, cruzando o volume de pessoal ao serviço registado com a população residente e de concentração desse emprego, calculando os pesos de cada freguesia na absorção espacial desse emprego.

A representação cartográfica destas variáveis é realizada atendendo à orografia do concelho que constitui um importante elemento de condicionamento dos padrões de localização de atividade económica, inscrevendo ainda nos cartogramas a mancha de edificado.

**Tabela 27 – Densidade do emprego por freguesia**



#### 4.4.1. Desemprego

Tal como já foi anteriormente referido, de acordo com o mais recente Inquérito ao Emprego INE, a taxa de desemprego na RAM apresentou pela primeira vez, depois de uma larga sequência, valor inferior ao do ano anterior (7,4% em 2010 contra 7,6% em 2009). A futura confirmação desta tendência constitui um elemento de grande relevância para avaliar das consequências estruturais que a transição do modelo económico da Região implicará em termos de mercado de trabalho.

A limitação do Inquérito ao Emprego INE de não permitir validamente uma análise por concelho impossibilita a projeção dessa questão para o concelho do Funchal, obrigando a recorrer aos dados do desemprego registado.

A evolução desta variável não confirma a informação proporcionada pelo Inquérito ao Emprego. O desemprego registado continuou em 2010 a aumentar (na RAM e no Funchal),

colocando por isso uma interrogação sobre a nossa hipótese de trabalho anteriormente enunciada.

Com os elementos disponíveis não é possível avaliar a distinção entre componentes conjuntural (induzida pela crise de procura sobretudo no sector alojamento e restauração) e estrutural (derivada da transição (adaptação) do modelo económico).

**Tabela 28 - Evolução do desemprego registado, RAM e concelho do Funchal**

	Variável / ano	RAM	Funchal
2006	Total	8 464	3 630
	Com <25 anos de idade	1 640	675
	Longa duração (> 1 ano)	245	77
2007	Total	8 773	3 630
	Com <25 anos de idade	1 584	623
	Longa duração (> 1 ano)	177	61
2008	Total	9 302	3 920
	Com <25 anos de idade	1 654	663
	Longa duração (> 1 ano)	133	51
2009	Total	13 718	5 517
	Com <25 anos de idade	2 309	891
	Longa duração (> 1 ano)	377	109
2010	Total	15 648	6 355
	Com <25 anos de idade	2 620	993
	Longa duração (> 1 ano)	530	176

Fonte: IRE /CRE

O Funchal tem oscilado a sua representatividade em termos de desemprego registado em torno dos 40% do total da RAM, alinhando claramente com a evolução do fenómeno a nível da Região. Nem o desemprego jovem, nem o de longa duração apresentam no concelho dimensões preocupantes, embora partilhem da tendência de aumento observada desde 2006.



## 5. A ACTIVIDADE TURÍSTICA

O turismo assume-se claramente como uma das atividades económicas de maior expressão na RAM, constituindo um elemento fulcral no núcleo base do seu modelo de desenvolvimento e um dos fatores que mais contribuiu para o seu crescimento económico. Efetivamente, a relevância do turismo no modelo de desenvolvimento económico e de competitividade da RAM, em contexto de revisão do PDMF, justifica uma caracterização complementar da atividade turística, que atente, em particular, aos aspetos que maior influência e impactos poderão gerar no território, e que permita analisar, de forma sustentada, quais as margens de progressão existentes e qual o grau de sustentabilidade do modelo presente.

A sustentabilidade de um destino está intimamente relacionada com a sua relação com o território, com a forma como a sua exploração e gestão são harmónicas com a sua preservação, não apenas do ponto de vista ambiental/espacial mas também do ponto de vista económico e social. A sustentabilidade é, em última instância, o propósito máximo de um destino turístico como o Funchal, e apesar de se tratar de um conceito que não é facilmente traduzível em elementos quantitativos e mensuráveis, é possível analisar um conjunto de indicadores que permitem avaliar não apenas a evolução da atividade turística, mas também a sua pressão sobre o território e a sociedade.

Para a realização desta caracterização foram mobilizadas as seguintes fontes estatísticas:

- Instituto Nacional de Estatística (INE),
- Turismo de Portugal (TP),
- Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo da Macaronésia (SIET-MAC),
- Secretaria Regional de Turismo e Transportes da Madeira (SRTT/DRT).

No decorrer da análise efetuada verificaram-se algumas inconsistências nos dados produzidos por estas fontes (nomeadamente, pelo INE e pela SRTT/DRT), e em muitos casos, tal é justificado pelo facto de a recolha dos dados ser relativa a diferentes tipologias de alojamento. Veja-se por exemplo, os valores apresentados para a capacidade de alojamento no período de 2005 a 2009, em que os valores da SRTT/DRT são claramente superiores aos do INE. Apesar de nos dados produzidos pela SRTT/DRT estarem incluídas duas tipologias de alojamento que não são consideradas pelo INE, nomeadamente, as moradias turísticas e o Turismo em Espaço Rural, ainda assim, mantém-se a discrepância de valores. Tal facto tem implicações na análise, pois conduz a conclusões contraditórias quanto à evolução da capacidade de alojamento da RAM. No entanto, dados os diferentes graus de abrangência temporal e desagregação providenciados por cada uma das fontes, em algumas situações optou-se por utilizar as duas, sendo sempre devidamente referenciadas.

## 5.1. A Imagem de Excelência e a Evolução da Oferta Turística

Nos últimos anos tem sido realizado um investimento significativo na concretização e operacionalização de infraestruturas de suporte à atividade turística, que associadas aos recursos naturais (e culturais) excecionais da Região, permitiram desenvolver uma estratégia de competitividade com vista à afirmação e consolidação da RAM enquanto destino turístico de excelência.

Uma aposta que passou também pela operacionalização de uma estratégia de comunicação e promoção muito forte, e pelo desenvolvimento de uma nova “Marca Madeira”, que apela para um conceito de ‘destino de excelência, mítico, de culto e tranquilidade’.

*“A nova marca Madeira assenta num posicionamento inovador de bem-estar e de descoberta de nós próprios como um todo. Este posicionamento, com uma carga emocional muito forte, leva-nos ao conceito revelador da Madeira como uma ilha holística. Madeira é muito mais do que uma ilha, é um lugar místico, de culto e de tranquilidade. Um lugar onde se descobre a natureza, ao mesmo tempo que nos descobrimos a nós próprios. Tal como nós, feitos da dualidade corpo e alma, a Madeira é feita de contrastes entre o Oceano profundo e as montanhas altas, o sol e a neve, o azul calmo do mar e as cores exuberantes das flores. É nesta paisagem de contrastes da Madeira, em perfeita harmonia, que encontramos o equilíbrio tão desejado entre o nosso corpo e a nossa mente. O novo posicionamento da Marca Madeira reflete-se numa imagem rejuvenescida e inspiradora e numa assinatura que fala por si. Body. Mind. Madeira” (Associação de Promoção da Madeira)*

Efetivamente, a Região viu reconhecido o estatuto de excelência pelo Centro Mundial de Excelência de Destinos (CED), organização tutelada pela agência das Nações Unidas para o turismo (Organização Mundial de Turismo, 2009). O SMED, Sistema de Medição de Excelência de Destinos, avalia a Sustentabilidade do Destino, a Governança, as Atividades e os Serviços, num total de 15 parâmetros, sendo que a RAM obteve a classificação de ‘*excellent performance*’ em 6 categorias (veja-se figura seguinte).

Importa contudo avaliar se a evolução da oferta turística, que depende essencialmente do investimento e vontade privada, se operou de forma consentânea com o esforço e investimento público, concretizado, entre outros, através da implementação das infraestruturas de suporte e estratégias de comunicação já referenciadas, e qual o grau de compatibilidade da evolução registada com aquela que se considera desejável em termos de sustentabilidade.

Figura 1 – Classificação da RAM no SMED

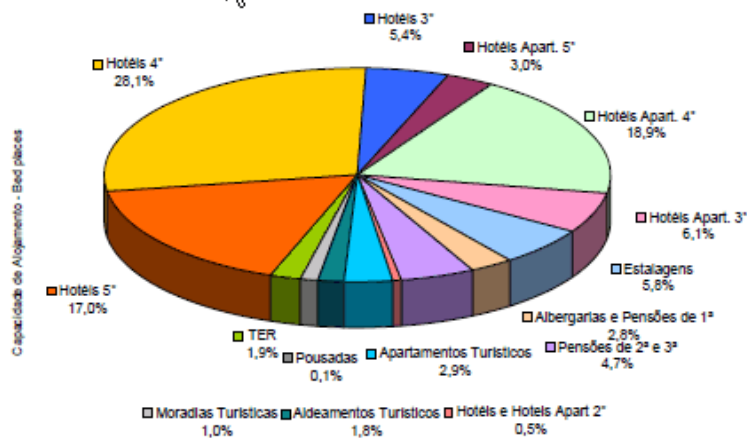


Fonte: SRTT/DRT

No âmbito da aplicação do SMED à RAM, e considerando o alojamento como uma das componentes essenciais da oferta turística, é de notar que esta é uma das categorias classificadas com o grau de excelência. O alojamento é efetivamente reconhecido como uma das áreas fortes da oferta turística da Região, e caracterizado pela preponderância de unidades de classificação superior (4\* e 5\*) e/ou de tipologia *resort*.

Como ilustrado pela figura seguinte, os hotéis de 4 e 5\* representam cerca de 45% da capacidade total de alojamento da RAM. Se acrescentarmos os hotéis-apartamento de 4 e 5\*, esta percentagem ascende a 67%, o que é ainda mais expressivo da aposta da Região na oferta de alojamento de qualidade, à qual está genericamente associada a qualidade de serviços e atendimento, o que tem contribuído para a afirmação da imagem de excelência turística da Região.

Gráfico 14 - Capacidade de Alojamento por Tipologia de Estabelecimento

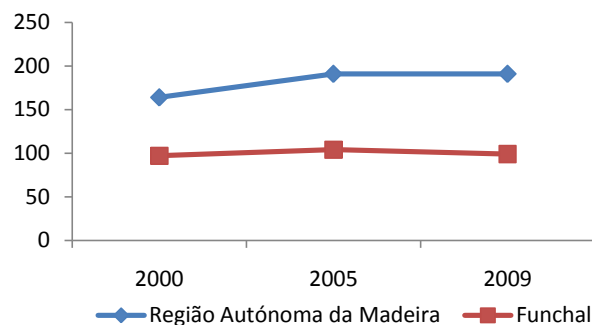


Fonte: SRTT/DRT

Em 2007, estas percentagens situavam-se nos 42,5 e 64,7% respetivamente, o que significa que pelo menos neste período (2007-2009) a tendência verificada foi no sentido de reforçar a oferta turística de alojamento de classificação superior.

No que diz respeito à evolução do número de **estabelecimentos hoteleiros** existentes no Funchal, e de acordo com os dados do INE, verificou-se uma ligeira quebra entre 2005 e 2009, que se traduziu, em termos absolutos, por uma redução de cinco estabelecimentos.

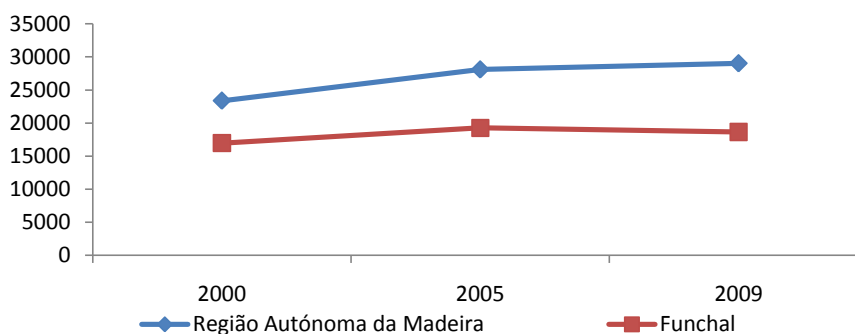
Gráfico 15 – Evolução do Número de Estabelecimentos Hoteleiros



Fonte: INE

A redução do número de estabelecimentos registada no Funchal foi acompanhada de uma redução da **capacidade de alojamento**, ainda que ligeira, mas que se traduz numa diminuição efetiva da oferta de alojamento turístico em estabelecimentos hoteleiros.

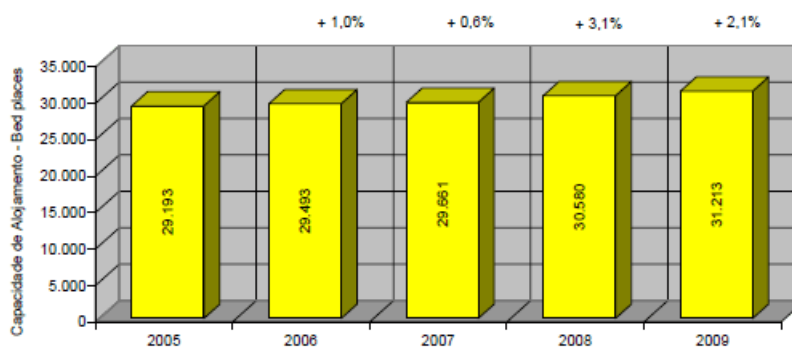
**Gráfico 16 – Evolução da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros**



Fonte: INE

Contudo, de acordo com os dados da SRTT/DRT, o número de estabelecimentos tem vindo a aumentar, tendo-se registado, no período entre 2005 e 2009, um acréscimo de 2020 camas. Como referido na nota introdutória, a SRTT/DRT contabiliza na sua análise da capacidade de alojamento, duas tipologias não contempladas pelo INE (moradias turísticas + TER), o que ainda assim não justifica plenamente a diferença nos valores totais, e nos conduz, como também já havia sido referido, a leituras e conclusões contraditórias, relativamente à evolução real da capacidade de alojamento no Funchal, que no período entre 2005 e 2009 aumenta, segundo a SRTT/DRT e diminui, segundo o INE.

**Gráfico 17 – Evolução da Capacidade de Alojamento Total da RAM**



Fonte: SRTT/DRT

É ainda interessante notar que a evolução registada na capacidade de alojamento total (SRTT/DRT) não se fez sentir de igual forma nas diferentes tipologias de estabelecimento, sendo evidente a diminuição da capacidade de alojamento em hotéis de 5\* e o aumento da mesma em hotéis de 4\*. Este facto pode indiciar uma aposta crescente em unidades de alojamento numa categoria ainda elevada, mas já não de 5\*, e à qual está associada a prática de preços comparativamente mais baixos.

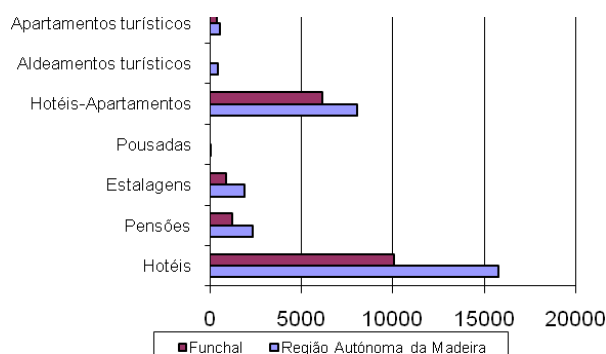
**Tabela 29 – Evolução da Capacidade de Alojamento da RAM, por Categorias**

	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2005
Hotéis 5*	5.313	5.305	4.805	5.532	5.298	-0,3
Hotéis 4*	7.435	8.079	7.795	8.219	8.759	17,8
Hotéis 3*	1.973	1.909	1.818	1.676	1.676	-15,1
Hotéis 2*	76	76	76	76	76	
Hotéis Apart. 5*	922	922	922	922	922	
Hotéis Apart. 4*	5.465	5.312	5.660	5.660	5.909	8,1
Hotéis Apart. 3*	1.918	1.828	1.920	1.854	1.898	-1,0
Hotéis Apart. 2*	90	90	90	90	90	
Apart. Turist. 5*	30	30	30	30	30	
Apart. Turist. 4*	395	395	459	459	459	16,2
Apart. Turist. 3*	222	224	224	222	222	
Apart. Turist. 2*	222	202	202	206	206	-7,2
Albergarias	468	468	468	422	422	-9,8
Pensões 1ª	452	452	438	438	438	-3,1
Pensões 2ª	1.309	1.309	1.237	1.237	1.237	-5,5
Pensões 3ª	200	228	242	242	242	21,0
Estalagens 5*	998	998	998	998	998	
Estalagens 4*	866	846	846	826	826	-4,6
Pousadas	29	29	29	29	29	
Aldeamentos Turist.			573	573	573	
Moradias Turísticas	313	280	298	324	324	3,5
Tur. de Hab. e Rural	497	511	531	545	579	16,5
<b>Total</b>	<b>29.193</b>	<b>29.493</b>	<b>29.661</b>	<b>30.580</b>	<b>31.213</b>	<b>6,9</b>

Fonte: SRTT/DRT

Os hotéis concentram a maior parte da capacidade de alojamento, quer ao nível da RAM, quer ao nível do concelho do Funchal, facto que, apesar da divergência nos valores, é corroborado quer pelos dados da SRTT/DRT quer pelos dados do INE.

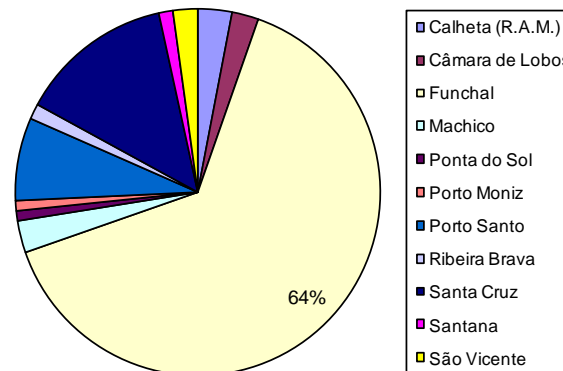
**Gráfico 18 – Capacidade de Alojamento por Tipologia de Estabelecimento Hoteleiro, 2009**



Fonte: INE

Verifica-se também que o Funchal continua a concentrar a maior parte (64%) da oferta turística de alojamento em estabelecimentos hoteleiros da RAM, o que demonstra claramente a relevância do município no contexto regional da atividade turística e consequentemente, no contexto económico da Região.

**Gráfico 19 – Distribuição da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros, 2009**



Globalmente, pode considerar-se que a evolução da oferta de alojamento turístico manteve uma linha de aposta nas unidades de tipologia ‘hotéis’ e em unidades de classificação elevada (4 e 5 \*), apesar de uma ligeira ‘inversão’ entre os hotéis de 5\*, que diminuíram ligeiramente, e os hotéis de 4\*, que registaram uma ligeira subida. Relativamente à evolução da capacidade total de alojamento turístico, e de acordo com os dados estatísticos disponíveis não é possível concluir se a evolução se traduziu no aumento ou na diminuição da capacidade de alojamento, fator relevante para a análise a efetuar em sede de revisão do PDMF, e que se deverá tentar esclarecer.

Efetivamente, o Plano de Ordenamento Turístico (POT, Cf. Volume 1) havia estabelecido limites relativamente à implantação de empreendimentos turísticos, com o objetivo de limitar a expansão da capacidade de alojamento e manter níveis razoáveis de sustentabilidade da atividade turística. No entanto, o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/M veio determinar a suspensão parcial do artigo 5.º e a suspensão do artigo 6.º das normas de execução do POT da RAM, por se considerar necessária a reavaliação dos critérios que determinaram os mecanismos de contenção relativamente às normas de execução de empreendimentos turísticos na cidade do Funchal:

*“... as condições de referência que conduziram à incorporação desse mecanismo de contenção estão alteradas, uma vez que não só houve redução de empreendimentos em funcionamento como não se concretizou grande parte das intenções de edificação que constituíram seu pressuposto, tendo perdido validade, assim como não foi absorvida pelos concelhos rurais a disponibilidade de camas que o POT lhes consignou. (...) é de relevante interesse público adequar o conteúdo das normas de execução do POT à nova realidade, decretando a suspensão da norma que estabelece os critérios a aplicar para os projetos de empreendimentos turísticos na cidade do Funchal, até à reavaliação e subsequente revisão deste instrumento de gestão territorial.” (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/M).*

Analisando novamente a evolução da capacidade de alojamento, verifica-se que, independentemente da fonte estatística considerada, ainda não foram atingidos os limites

máximos impostos pelo POT, sendo as percentagens de realização ligeiramente mais elevadas quando considerado o número de camas publicado pela SRTT/DRT, mas sempre abaixo dos 90%.

**Tabela 30 – Capacidade de Alojamento e Limites do POT**

Capacidade de Alojamento (Número de Camas)						
	2002 (INE)	2009 (INE)	Varição Absoluta 2009/2002	Varição Percentual 2009/2002	Limites Máximos 2012 (POT*)	% Realização 2009/2012
RAM	26.853	29.024	2.171	8,1%	39.000	74,4%
Ilha de Porto Santo	1.419	2.121	702	49,5%	4.000	53,0%
Ilha da Madeira	25.434	26.903	1.469	5,8%	35.000	76,9%
Funchal	18.475	18.660	185	1,0%	23.000	81,1%
Santa Cruz, Machico	4.238	4.776	538	12,7%	5.500	86,8%
Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Porta do Sol, Calheta	1.502	2.210	708	47,1%	4.000	55,3%
Santana, São Vicente, Porto Moniz	1.219	1.257	38	3,1%		

Fonte: INE

**Tabela 31 – Capacidade de Alojamento e Limites do POT (Dados da SRTT/DRT)**

	2009 (SRTT/DRT)	Limites Máximos 2012 (POT*)	% Realização 2009/2012
RAM	31.213	39.000	80,0%
Ilha de Porto Santo	2.069	4.000	51,7%
Ilha da Madeira	29.144	35.000	83,3%
Funchal	20.160	23.000	87,7%
Santa Cruz, Machico	4.880	5.500	88,7%
Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Porta do Sol, Calheta	2.566	4.000	64,2%
Santana, São Vicente, Porto Moniz	1.538	2.500	61,5%

Fonte: SRTT/DRT

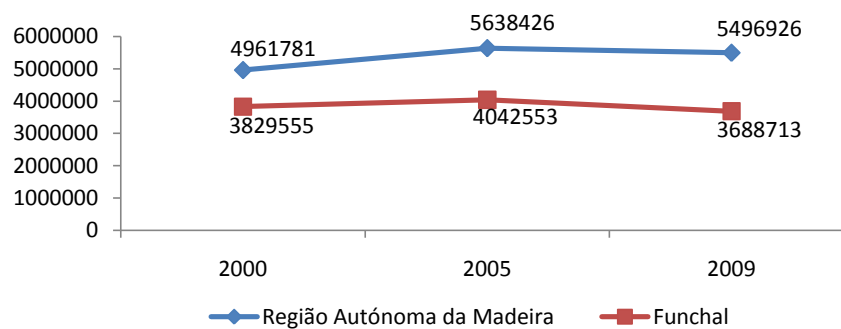
Contudo, considera-se prudente que as recomendações a apresentar neste contexto pela equipa de Revisão do PDM devam atender não apenas à taxa de execução destes limites, mas também a outros indicadores, que permitam aferir da pressão efetivamente exercida pela atividade turística, o que será analisado nas secções seguintes. Paralelamente, as recomendações devem ainda considerar a análise global do modelo económico, já que apesar da sua relevância, a atividade turística (e consequentemente, os seus limites territoriais) deve evoluir em função das necessidades globais do território e da sua base produtiva.



## 5.2. Caracterização da Procura Turística

No que diz respeito à evolução da procura turística, é possível verificar que as **dormidas** em estabelecimentos hoteleiros do Funchal registaram uma diminuição significativa entre 2000 e 2009, sendo contudo de referir que se tratou de uma evolução que seguiu uma trajetória ascendente entre 2000 e 2005, período a seguir ao qual se registou uma quebra bastante acentuada.

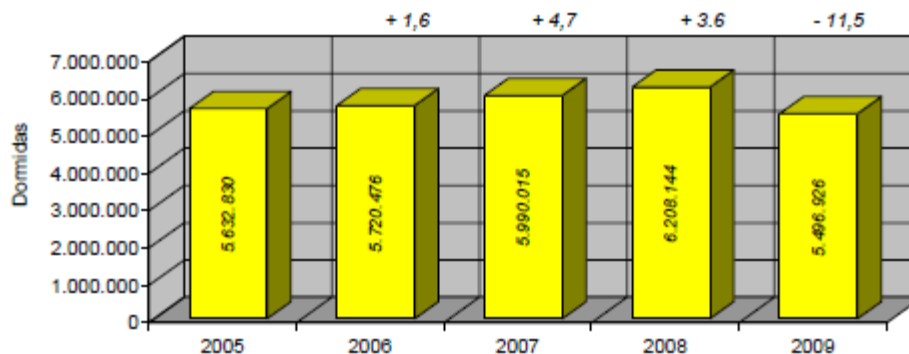
Gráfico 20 – Evolução das Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros



Fonte: INE

De acordo com os dados da SRTT/DRT, a quebra na evolução das dormidas atinge os 11,5%, e é observada entre 2008 e 2009. Ou seja, apesar da discrepância em alguns dos valores produzidos pelas duas fontes, a quebra nas dormidas em 2009 é visível e bastante significativa.

Gráfico 21 – Evolução das Dormidas, RAM

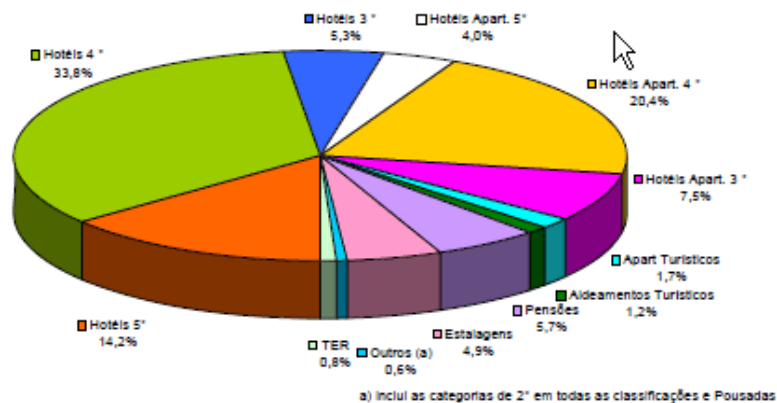


Fonte: SRTT/DRT

À semelhança do verificado na análise da distribuição da capacidade de alojamento por tipologia de estabelecimento, verifica-se, ao nível das dormidas, e de acordo com os dados da

SRTT/DRT, uma elevada concentração nas dormidas realizadas em hotéis da RAM, ultrapassando os 53%. Considerando que a maior parte dos hotéis da RAM estão localizados no Funchal, pode considerar-se que esta concentração das dormidas em hotéis mantém o mesmo padrão para o caso do município do Funchal.

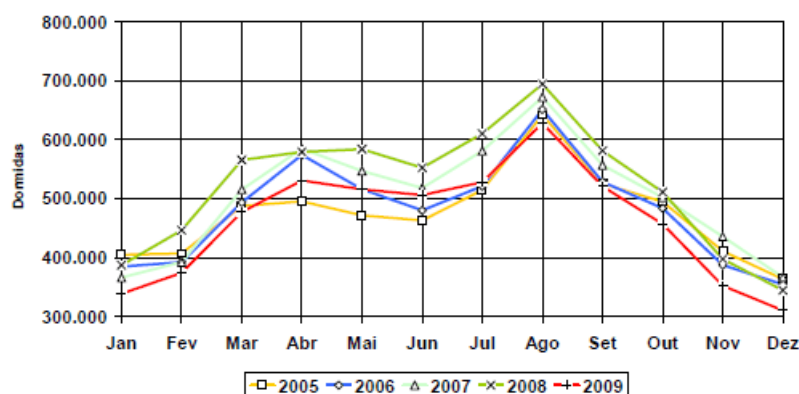
**Gráfico 22 - Distribuição das Dormidas por Tipo de Alojamento, RAM**



Fonte: SRTT/DRT

Em termos de sazonalidade das dormidas na RAM, verifica-se a manutenção de um padrão constante desde 2005 e a existência de dois picos, o principal em Agosto, e um outro entre Março e Maio. Considerando que o Funchal absorve grande parte das dormidas realizadas na RAM, poder-se-á considerar que a sazonalidade registada no Funchal será semelhante à observada na RAM.

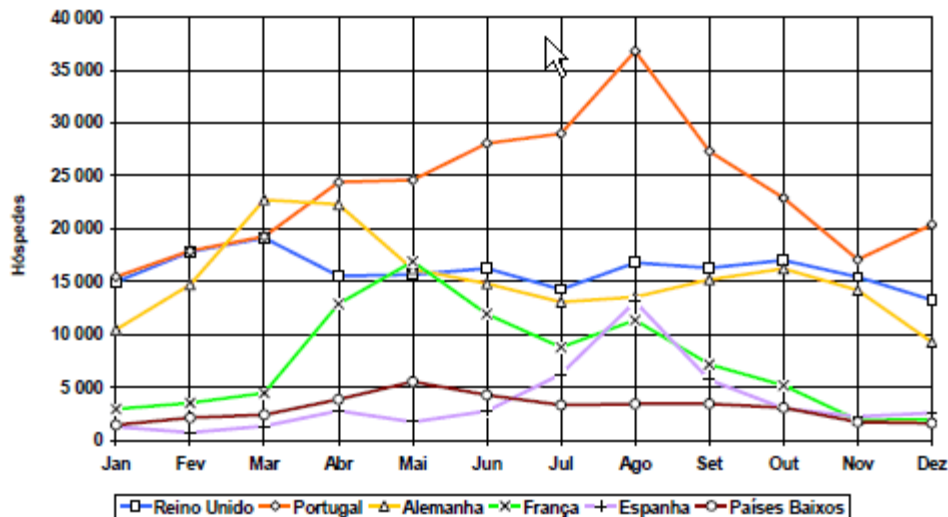
**Gráfico 23 - Sazonalidade das Dormidas, Empreendimentos Hoteleiros e TER**



Fonte: SRTT/DRT

Contudo, a sazonalidade não é igual para os diferentes mercados, sendo de notar que, de entre os seis principais mercados turísticos da RAM, o mercado inglês e alemão são aqueles que registam menor sazonalidade, em oposição ao mercado português, que revela uma sazonalidade muito acentuada.

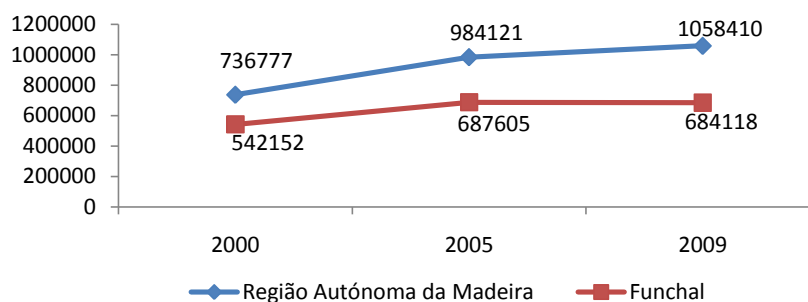
Gráfico 24 - Sazonalidade dos 6 Primeiros Mercados nos Estabelecimentos, segundo os Hóspedes



Fonte: SRTT/DRT

No que concerne ao número de **hóspedes** em estabelecimentos hoteleiros no Funchal verifica-se que o mesmo aumentou entre 2000 e 2005, mas diminuiu entre 2005 e 2009. Na RAM a tendência mantém-se ascendente, isto é, o número de hóspedes tem vindo a crescer de forma contínua, o que poderá indiciar uma maior distribuição geográfica do número de hóspedes em território da RAM, nomeadamente, com a recente subida de hóspedes na Ilha de Porto Santo, que tem ganho nos últimos anos uma significativa expressão, quer ao nível da oferta, quer ao nível da procura turística.

Gráfico 25 – Evolução dos Hóspedes em Estabelecimentos Hoteleiros

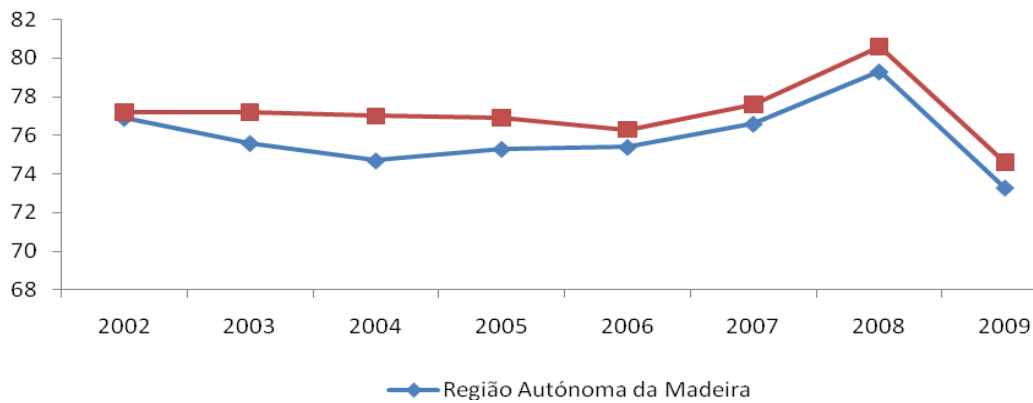


Fonte: INE

Sendo a atividade turística da RAM, e em particular do Funchal, fortemente dependente do mercado estrangeiro, é de realçar que apesar da quebra registada em 2009, a **percentagem de hóspedes estrangeiros** em estabelecimentos hoteleiros se situou sempre, desde 2002, acima dos 75%. Este dado permite confirmar a potencial vulnerabilidade da atividade turística face à

conjuntura internacional, fator que poderá, aliás, estar na base do decréscimo registado em 2009, dada a crise económica internacional que se começou a sentir, com maior expressão, nos últimos anos.

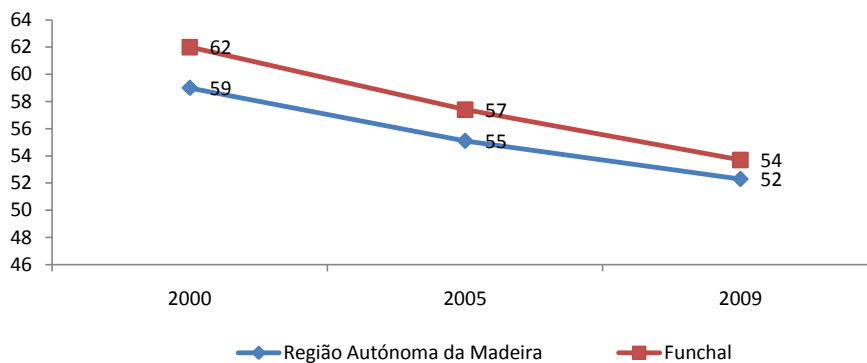
**Gráfico 26 – Evolução da Percentagem de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros**



Fonte: INE

A evolução da **taxa líquida de ocupação cama** nos estabelecimentos hoteleiros do Funchal registou, entre 2000 e 2009, uma evolução semelhante à registada para a RAM, e que se traduziu por um decréscimo relativamente acentuado.

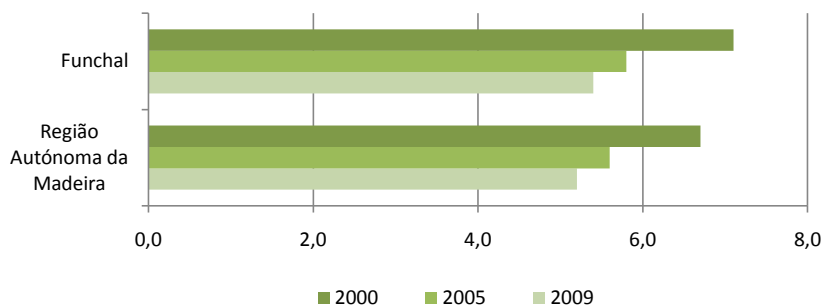
**Gráfico 27 – Evolução da Taxa Líquida de Ocupação Cama em Estabelecimentos Hoteleiros (%)**



Fonte: INE

A **estada média** em estabelecimentos hoteleiros do Funchal, à semelhança do verificado para a RAM, tem vindo a diminuir, passando de cerca de 7 noites em 2000, para 5 noites, em 2009.

**Gráfico 28 – Evolução da Estada Média em Estabelecimentos Hoteleiros (N.º noites)**



Fonte; INE

Globalmente, a procura turística no Funchal registou uma evolução negativa, tendo-se registado a diminuição do número de dormidas e de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, da taxa de ocupação e da estada média, que atingiu em 2009 o valor mais baixo desde 2002. Apesar de se registar internacionalmente uma tendência para a diminuição dos valores de estada média, justificados pelas alterações nos padrões de consumo dos turistas, que privilegiam a frequência das viagens em detrimento da respetiva duração, e pela dinâmica das companhias aéreas *low cost* que possibilitam viagens mais frequentes, estes efeitos não são habitualmente tão evidentes em destinos situados em ilhas e marcadamente associados a unidades de alojamento do tipo *resort*.

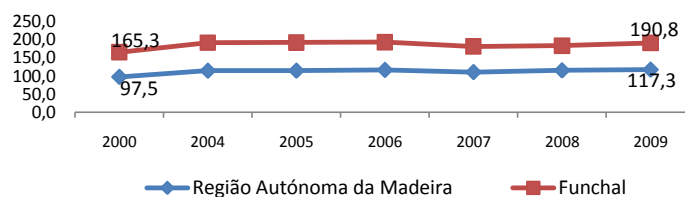
### 5.3. Indicadores de Sustentabilidade da Atividade Turística

Em contexto de revisão do PDMF, e como referido anteriormente, a caracterização da atividade turística deve permitir, essencialmente, avaliar os impactos da atividade no território, no sentido de identificar eventuais necessidades de ajustamento. Os indicadores seguidamente apresentados procuram assim dar nota da dinâmica espacial da atividade

turística no Funchal e na RAM, nomeadamente, em termos da pressão e concentração geográfica.

Considerando a evolução da capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes no Funchal, verifica-se que se registou um aumento desta capacidade, o que pode, à partida, ser justificado quer pelo aumento real da capacidade de alojamento, quer pela diminuição da população residente. Atendendo a que neste período, os residentes no Funchal diminuíram, pode concluir-se que o aumento deste indicador se deve não tanto ao aumento do número de camas, mas à redução da população residente. Aliás, considerando sempre os dados publicados pelo INE, e como já havia sido referido, no período em análise verificou-se realmente, uma redução da capacidade de alojamento. De qualquer forma, a evolução observada neste indicador permite concluir que em relação ao número de habitantes, a ‘pressão’ exercida pela existência de unidades de alojamento aumentou no período em análise.

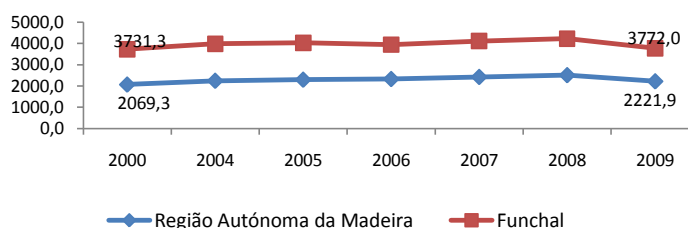
**Gráfico 29 – Evolução da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros, por 1000 Habitantes**



Fonte: INE

A evolução das dormidas por 100 habitantes regista também um ligeiro aumento, que como visto anteriormente, poderá estar fortemente relacionado com a diminuição da população residente no Funchal, mas que traduz também um aumento da presença de turistas a pernoitar no Funchal, em relação à sua população residente.

**Gráfico 30 – Evolução das Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros, por 100 Habitantes**



Fonte: INE

No que diz respeito à Intensidade Turística, e de acordo com os parâmetros de sustentabilidade estabelecidos pela Comissão Europeia (*Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI-EC, 1993*) verifica-se que o Funchal se situa num patamar considerado de turismo insustentável, apesar da ligeira melhoria registada entre 2005 e 2009.

**Tabela 32 – Indicadores de Sustentabilidade da Atividade Turística**

Unidades geográficas	Intensidade turística (It) (dormidas/1000)/(residentes/100)		Densidade da procura ((dormidas/365) / Km2)		Densidade da oferta (capacidade de alojamento / Km2)	
	2005	2009	2005	2009	2005	2009
<b>RAM</b>	2,3	2,2	19	19	35	36
<b>Funchal</b>	4,0	3,8	145	133	253	245

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e Estimativas anuais da população residente; Instituto Geográfico Português - Carta Administrativa Oficial de Portugal (versão 5.0 de 2005)

It <= 1,1 Turismo sustentável

1,1 < It < 1,6 Turismo pouco sustentável

It >= 1,6 Turismo insustentável

Paralelamente, os indicadores de densidade, quer da procura, quer da oferta, permitem confirmar o elevado grau de concentração/ densidade da atividade turística no concelho do Funchal.

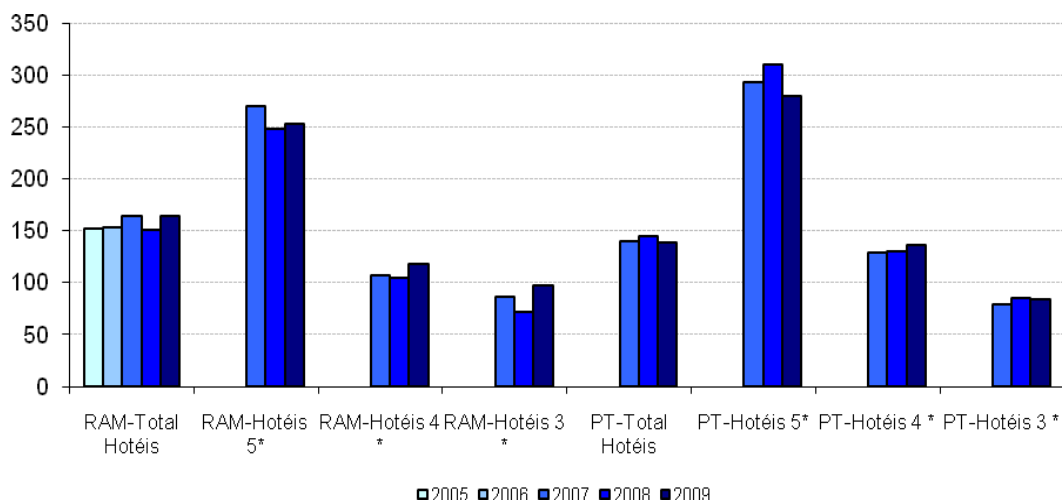
Frequentemente associados a destinos ‘maduros’ (ciclo de vida de destinos turísticos), estes indicadores merecem alguma reflexão, não tanto pelo facto de indiciarem a ‘saturação’ e ‘estabilização’ do crescimento da atividade turística, mas fundamentalmente pelo facto de esta conjuntura apontar para uma necessidade/ oportunidade de reposicionamento e de redefinição de estratégias turísticas para o Funchal.

Tal como em outros destinos maduros, e em particular, nos destinos (ilhas) cuja economia é fortemente dependente da atividade turística (SITEs: Small Island Tourism Economies), o culminar da curva de crescimento, ao qual corresponde precisamente, este estágio de maturidade, pode evoluir no sentido do declínio ou no sentido do rejuvenescimento, dependendo das estratégias definidas e das ações implementadas, constituindo consequentemente, uma oportunidade de ‘reinvenção’ do modelo atual e a aposta em novos segmentos e nichos de mercado, que explorem de forma mais exaustiva a cadeia de valor da atividade turística.

## 5.4. Caracterização da Dinâmica de Preços do Alojamento Turístico em Estabelecimentos Hoteleiros

No que diz respeito à dinâmica de preços, e tal como já foi referido anteriormente, é necessário verificar se o aumento da competitividade dos destinos turísticos tem ou não vindo a induzir uma redução dos preços praticados, nomeadamente, na hotelaria, e como vemos na figura abaixo, é possível observar que entre 2007 e 2009 se registou, efetivamente, uma ligeira descida dos preços médios ao balcão praticados nos hotéis de 5\* da RAM, e uma ligeira subida dos preços praticados nos hotéis de 3 e 4\*. É ainda interessante verificar que os preços médios na globalidade dos hotéis da RAM são superiores aos praticados em Portugal (valores médios). A interpretação dos dados não é conclusiva, até pela dimensão reduzida da série temporal em análise, de qualquer forma, parece ser evidente uma tendência para o ‘achatamento’ dos preços, que para já não está a conduzir ao ‘efeito dominó’, mas que pode estar a conduzir a uma mudança no padrão da oferta hoteleira da Madeira, que poderá por sua vez, vir a condicionar a manutenção da sua imagem de destino de excelência. Esta questão exigirá investigação empírica adicional, pois temos evidências (embora não testadas generalizadamente) da baixa de preços em unidades de 4 e 3\*.

**Gráfico 31 – Preços Médios ao Balcão de Aposento nos Hotéis de 3, 4 e 5\*, em Portugal, na Madeira e em Lisboa**



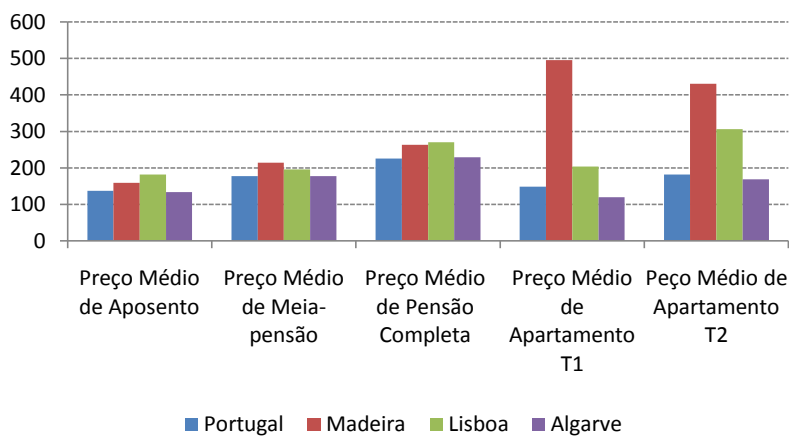
Fonte: TP

Outro dado interessante resulta da comparação dos preços praticados nas principais regiões turísticas de Portugal, a partir da qual é possível verificar que em média, os preços praticados na Madeira são dos mais elevados, apenas ultrapassados pelos preços praticados no Algarve, e



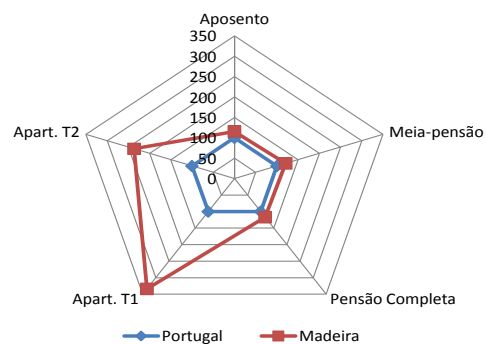
que no caso do preço médio ao balcão dos apartamentos T1 e T2, o preço médio praticado na Madeira é claramente superior.

**Gráfico 32 – Evolução dos Preços Médios ao Balcão de: aposento, meia-pensão, pensão completa e apartamentos T1 e T2, em 2009**



Fonte: TP

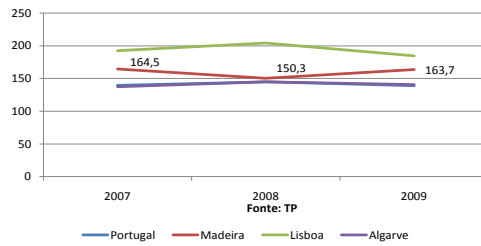
**Gráfico 33 – Disparidade dos Preços Médios da RAM face a Portugal (base 100), 2009**



Fonte: TP

Por fim, a análise da evolução do preço médio de aposento no período entre 2007 e 2009 permite verificar a existência de uma quebra no ano de 2008, seguida de uma recuperação que não permitiu contudo, o regresso aos valores praticados em 2007.

**Gráfico 34 – Evolução do Preço Médio de Aposento no período 2007 a 2009**



Fonte: TP

## 6. HABITAÇÃO

A avaliação da situação habitacional do Concelho do Funchal que se segue assume necessariamente um carácter geral, tendo como objetivo primeiro identificar as principais linhas de força que conformam a situação atual e a sua evolução previsível nos próximos anos.

De facto, o momento atual é particularmente ingrato para se fazerem estudos globais neste domínio (como aliás em vários outros), pelo facto de para estes serem imprescindíveis os elementos disponibilizados pelos Recenseamentos Gerais da População e, como se sabe, o último Recenseamento ocorreu já há dez anos. Tal significa, nomeadamente, que se torna menos interessante proceder a caracterizações pormenorizadas que assentem essencialmente nos referidos elementos, pela sua inevitável desatualização face ao momento presente.

Por outro lado, recordando que dentro de dias se realizará um novo Recenseamento, há que assinalar que, a cumprirem-se os calendários anunciados, serão disponibilizados, ainda durante o período de desenvolvimento dos trabalhos da presente Revisão do PDMF, pelo menos alguns resultados preliminares do mesmo; tal constituirá um instrumento inestimável de confirmação, ajustamento ou alteração das estimativas e perspetivas de evolução agora adiantadas.

Assim sendo, os desenvolvimentos que se seguem tomam como unidade territorial de análise o concelho do Funchal como um todo, sem desagregação de valores por freguesia, e centram-se na perspetivação de duas componentes fundamentais: por um lado, a evolução previsível da “pressão habitacional”, isto é, da geração de necessidades de habitação decorrente do aumento do número de famílias com residência habitual no Concelho; por outro lado, a evolução, entre 1991 e 2001, dos grandes números de caracterização da situação habitacional.

### 6.1. Evolução da pressão habitacional

O elemento determinante das necessidades habitacionais é o número de famílias residentes, uma vez que a cada família deve corresponder, desejavelmente, uma unidade autónoma de habitação (fogo). Ora, aquele número relaciona-se com os quantitativos da população residente através da dimensão média dos agregados familiares, variável que tem manifestado nas décadas mais recentes uma tendência regressiva acentuada.

Assim, para chegar a uma estimacão da evoluo provável do número de famílias residentes no Concelho do Funchal, houve que lançar mão das projeoes demográficas da populao residente (ver capítulo 2), por um lado, e que estabelecer o padrão provável de evoluo da dimensão média da família, por outro, conforme se explicita no quadro seguinte.

**Tabela 33 – Pressão habitacional prevista**

	1981	1991	2001	2004	2004	2009	2011	2021
<b>PORTUGAL</b>								
(a) Populao residente	9.852.841	9.862.540	10.356.117	-	10.524.145	10.637.713	-	-
(b) Famílias	2.919.001	3.147.403	3.650.757	-	-	-	-	-
(c) Dimensão média da família (a)/(b)	3,4	3,1	2,8	-	2,9	2,7	2,7	2,6
<b>RAM</b>								
(d) Populao residente	252.844	253.426	245.011	-	-	-	-	-
(e) Famílias	58.169	65.759	73.619	-	-	-	-	-
(f) Dimensão média da família (d)/(e)	4,35	3,85	3,33	-	-	-	-	-
<b>FUNCHAL</b>								
(g) Populao residente	112.746	115.403	103.961	124.736	104.100	97.793	104.369	99.805
(h) Famílias	25.417	29.661	31.581	39.102	32.531	32.598	35.989	35.645
(i) Dimensão média da família (g)/(h)	4,44	3,89	3,29	3,19	3,2	3,0	2,9	2,8
Legenda: Dados reais    Projeoes e estimativas do INE    Previsoes constantes dos estudos do PDM em vigor								
Projeoes e estimativas próprias (Revisão do PDM)    Valores estimados para a evoluo da dimensão média da família								

Relativamente  a forma como tem evoluído a dimensão média da família, os dados mais relevantes a retirar são:

- A sistemática reduo dos seus valores, qualquer que seja escala espacial considerada;
- A tendência (a fazer f nas projeoes do INE) para uma estabilizao a prazo,  escala nacional, em torno do valor de 2,6 pessoas/ família;
- Os valores consideravelmente mais elevados,  partida, que se verificam na Região e no Concelho, bem como a semelhança entre estes;
- A rápida convergência entre os valores da Região e Concelho, por um lado, e os valores nacionais.

Deste conjunto de constataoes inferiu-se assim um comportamento futuro da variável, no Concelho, que passa por já muito próximos das mdias nacionais previstas, mas ainda ligeiramente superiores (3,2 *versus* 2,9 em 2004; 2,9 *versus* 2,7 em 2011; 2,8 *versus* 2,6 em 2021).

Os quocientes entre os valores da população residente estimada e os anteriores apontam assim para um número total de famílias residentes da ordem, como máximos, dos 32600 em 2004, 36000 em 2011, e 35700 em 2021. Note-se que se tomaram os cenários mais optimistas para a evolução global da população, isto é, o desaparecimento do saldo migratório negativo verificado nos anos recentes.

A conclusão global deste exercício vai pois no sentido de uma **estabilização estrutural do número de famílias residente no Concelho do Funchal num quantitativo que não excederá os 36000**, com uma ligeira tendência para diminuição a um prazo mais dilatado, ou seja, de anulação da pressão habitacional.

## 6.2. Evolução da situação habitacional (1991 - 2001)

O sentido da evolução global da situação do Concelho no que respeita à problemática da habitação e do alojamento deteta-se a partir da consideração de algumas variáveis gerais que são objeto de tratamento sistemático nos Recenseamentos Gerais da População, pelo que a análise efetuada se centra na identificação e quantificação das diferenças entre as situações verificadas em 1991 e 2001, conforme o quadro seguinte.

**Tabela 34 – Evolução da situação habitacional**

Concelho do FUNCHAL	1991	2001	+/-
(a) Alojamentos familiares clássicos totais	30575	35105	<b>+4530</b>
(b) Alojamentos familiares clássicos (residência habitual)	27836	30443	<b>+2607</b>
(c) Alojamentos vagos (exceto para demolição)	1499	3108	<b>+1609</b>
(d) Famílias	29661	31581	<b>+1920</b>
(e) Famílias em alojamentos clássicos	29221	31152	<b>+1931</b>
(f) Famílias em alojamentos não clássicos	440	429	<b>-11</b>
(g) Famílias em excesso em alojamentos clássicos (e)-(b)	1385	709	<b>-676</b>
(h) Famílias mal alojadas (f)+(g)	1825	1138	<b>-687</b>

Ressaltam como aspetos relevantes das alterações observadas na década:

- Um aumento apreciável (+ 4.530 fogos) do parque habitacional total, que engloba os fogos de residência habitual e aqueles que apresentam uma ocupação apenas sazonal ou mesmo ocupante ausente, mas não estão disponíveis para ocupação por terceiros
- Um crescimento do número de alojamentos de residência habitual (+ 2.607) claramente superior ao aumento do número de famílias (+ 1.920)

- Um crescimento para mais do dobro dos fogos vagos disponíveis para venda ou arrendamento (de 1.499 para 3.108)
- Uma ligeiríssima diminuição do número de famílias em alojamentos precários (de 440 para 429)
- Uma redução para cerca de metade do número de famílias a partilhar o mesmo fogo (de 1.385 para 709)

Ou seja, o crescimento do parque habitacional disponibilizado para residência habitual superou com largueza a pressão habitacional verificada, em simultâneo com uma redução sensível das situações de maior carência (fogos precários e partilha de fogos), cujo quantitativo total é em 2001 já claramente inferior ao número de fogos presentes no mercado para venda ou arrendamento.

Assim, tudo aponta, já em 2001, no sentido de que as carências habitacionais que ainda se verificam não serem resultado de uma incapacidade de a oferta não ser capaz de acompanhar, em termos estritamente quantitativos, a procura de novas habitações; pelo contrário, cada vez mais o que acontece é a impossibilidade, por razões essencialmente financeiras, de as famílias carenciadas acederem aos “produtos” que o mercado lhes disponibiliza.

Daqui resulta a necessidade de serem prosseguidas as políticas sociais em curso vocacionadas para a disponibilização de habitação social ou económica e apoiadas, tal como tem vindo a ser realizado, em estudos detalhados de identificação das situações concretas de carência e de definição das respostas mais adequadas aos diferentes casos.

Nota: nos estudos de apoio do PDM em vigor era feito, por método indireto, um cálculo do número de famílias que viveriam em situação de sobrecupação, ou seja, em alojamentos com número de divisões inferior ao desejável face à dimensão do agregado familiar (eram então estimadas em cerca de 3.600). Ainda que não se tenha procedido agora a um cálculo semelhante (que teria de se reportar ao ano de 2001), tudo indica que também neste especto se estará a verificar uma melhoria em geral da situação, quanto mais não seja porque a redução acelerada da dimensão média das famílias terá como efeito uma “resolução automática” de parte destes casos. Será porém de todo o interesse repetir, a par de todos os restantes cálculos, este exercício específico quando forem conhecidos os resultados do Recenseamento do corrente ano imprescindíveis para o efeito.

## 7. EQUIPAMENTOS

A temática dos equipamentos coletivos assume um carácter fundamental ao nível do modelo de estruturação e organização do território concelhio, bem como, em termos mais amplos, na satisfação de necessidades fundamentais e na qualidade de vida da população residente. Nesta ótica, a análise desenvolvida prossegue duas finalidades distintas mas largamente complementares entre si:

- a primeira finalidade está relacionada com a avaliação de carências e necessidades de intervenção na rede de equipamentos coletivos do concelho, a qual permitirá introduzir os ajustamentos necessários do lado da oferta de modo a servir a procura de forma mais eficaz e eficiente;
- a segunda finalidade, por seu turno, está relacionada com o entendimento da rede de equipamentos coletivos (atual e prevista) enquanto meio privilegiado a mobilizar para a concretização do modelo territorial que venha a ser preconizado pelo novo PDM.

As tarefas desenvolvidas nesta fase inicial dos trabalhos visaram fundamentalmente proceder à caracterização da situação de partida para este novo ciclo do planeamento municipal, compreendendo a recolha, tratamento e sistematização de um vasto conjunto de informação de cariz quantitativo e qualitativo. A dimensão prospetiva que também se pretendeu associar a esta análise foi introduzida a partir do lado da procura, beneficiando para o efeito da informação de cariz prospetivo produzida no âmbito dos estudos demográficos de suporte à revisão do PDM (capítulo 1 deste volume). Da mesma forma, consideram-se de grande relevância os estudos temáticos relacionados com a análise da rede urbana do concelho, dada a sua importância para a interpretação da repartição espacial da rede de equipamentos existente e para a fundamentação locativa de decisões de investimento.

Os domínios temáticos/ sectoriais que foram analisados no âmbito do presente relatório são, designadamente, os seguintes:

- equipamentos desportivos;
- equipamentos educativos;
- equipamentos de saúde;
- equipamentos de apoio social;
- equipamentos culturais;
- outros equipamentos.

No final do documento procede-se ainda a uma síntese de conjunto da análise realizada, equacionando os problemas e as necessidades detetadas com o intuito de informar as opções de intervenção que serão vertidas no novo PDM do Funchal.

O mapa seguinte faz a localização dos equipamentos coletivos existentes no concelho do Funchal.

## 7.1. Equipamentos Desportivos

### 7.1.1. Caracterização da Oferta

O parque de equipamentos desportivos do concelho do Funchal é formado por 281 infraestruturas desportivas, especificamente por 11 grandes campos de jogos, 84 pequenos campos de jogos, 40 polidesportivos, 68 pavilhões e salas de desporto piscinas. Para além destes equipamentos, existem ainda 6 outros estabelecimentos que não se enquadram nestas classificações.

Relativamente aos equipamentos desportivos, uma grande percentagem destes são de carácter privado, embora alguns destes sejam no entanto de uso público. No caso dos pequenos campos de jogos, os campos polidesportivos são quase todos de carácter público, mas no que se refere aos 27 campos de ténis existentes apenas 4 destes são de uso público.

Quanto aos pavilhões e salas de desporto, esta tipologia integra os polidesportivos e os pavilhões e salas de desporto. Neste caso os 40 polidesportivos são todos de uso público, mas no caso dos 68 pavilhões e salas de desporto, está aqui integrada a categoria dos ginásios que são 34 sendo 24 de uso público.

No caso das piscinas, embora não seja fácil aferir quais são os públicos, exclui-se as que estão inseridas em hotéis, que são decididamente de uso privado, sendo que das 71 piscinas, apenas 17 serão de uso público. Destas, 4 unidades integram o Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal, localizado na zona da Penteadá.

A análise da repartição espacial dos equipamentos desportivos do concelho revela uma assinalável concentração na freguesia de S. Martinho, sendo também aí que se regista uma maior diversidade tipológica deste tipo específico de oferta. No extremo oposto, com menos equipamentos desportivos encontram-se as freguesias da Imaculado Coração de Maria (7), Monte e S. Gonçalo (10).



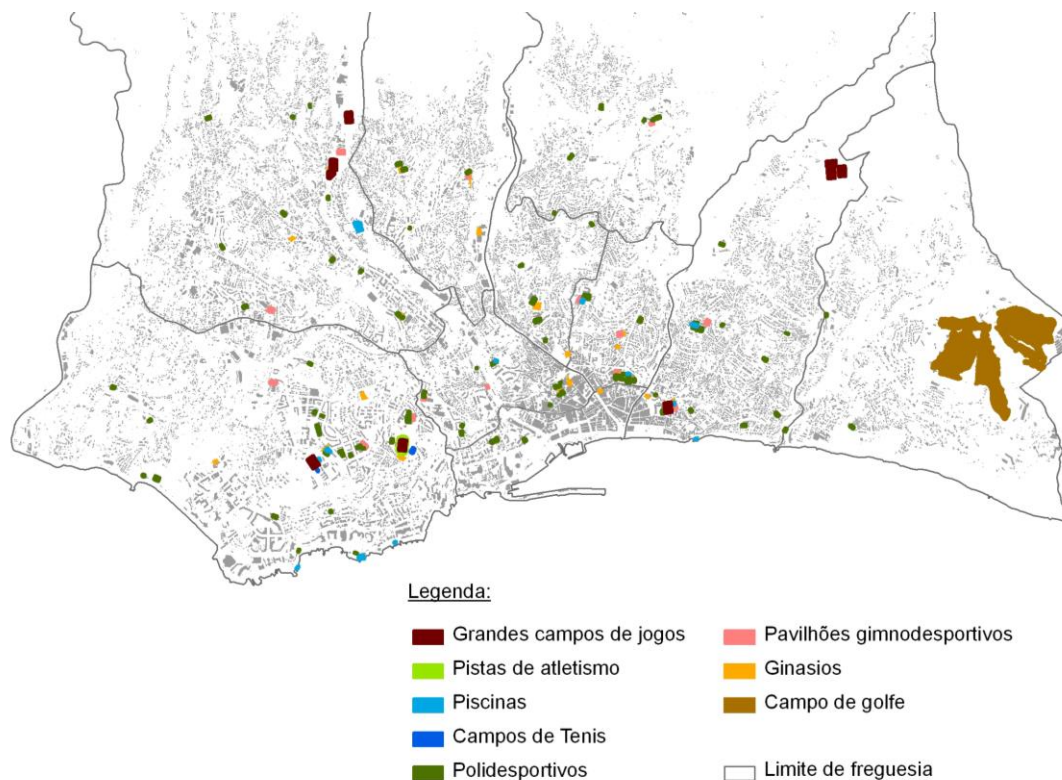
Relativamente aos equipamentos desportivos, segundo a classificação da DGOTDU, nos grandes campos de jogos inserem-se os campos de futebol de rãguebi e de hóquei, sendo que este tipo de equipamentos apenas existe nas freguesias de Santa Maria Maior, Santo António e São Martinho e são todos campos de futebol.

Os equipamentos desportivos designados de pavilhões e salas de desporto, que integram as salas de desporto polivalentes, os pavilhões polivalentes e os pavilhões desportivos existem em todas as freguesias, o mesmo acontecendo com os pequenos campos de jogos, que integram os campos de ténis e os polidesportivos.

No caso das piscinas, esta tipologia não se encontra presente nas freguesias de Imaculado Coração de Maria, Monte e Santo António.

No que se refere a pistas de atletismo, só existe uma na cidade, na freguesia de São Martinho.

**Figura 2 – Equipamentos desportivos no Funchal**



Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quatenaire Portugal

Na tipologia de outros equipamentos, a freguesia de São Martinho dispõe de um skate-park e a de São Gonçalo dispõem de um campo de golfe, dois picadeiros e um campo de obstáculos para a prática de hipismo e uma pista de automodelismo.

Claro está que a grande maioria dos equipamentos são privados, como é o caso da quase totalidade dos 28 campos de ténis existentes (inseridos no pequenos campos de jogos), dos ginásios privados que estão integrados na classificação de pavilhões e salas de desporto, e mesmo das piscinas, que pertencem quase todas a hotéis e clubes desportivos privados.

Analisando o conjunto de equipamentos desportivos, percebe-se que 45% são pequenos campos de jogos, grande parte pertencentes aos equipamentos escolares, piscinas (25%), grande parte privadas inseridas em hotéis e pavilhões (muitos destes gimnodesportivos escolares) e salas de desporto (ginásios e fitness club) (24%).

A variedade de equipamentos existente é relativamente limitada, sendo que atualmente se valoriza uma maior diversidade de oferta em termos de modalidades desportivas bem como a possibilidade de uma prática desportiva informal.

**Tabela 35 – Distribuição dos equipamentos desportivos por tipologia e freguesia**

	Imaculado Coração de Maria	Monte	Santa Luzia	Santa Maria Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
Grandes Jogos				4	3		4				11
Pavilhões e salas de desporto	2	1	9	9	7	1	28	2	8	1	68
Pequenos Jogos	5	9	12	12	12	3	45	16	4	6	124
Piscinas			3	4		1	51	4	1	7	71
Pistas de Atletismo							1				1
Outros						5	1				6
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>29</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>130</b>	<b>22</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>281</b>

Fonte: IDRAM, Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, 2001

Numa primeira análise, pode-se concluir que o concelho do Funchal carece de uma melhoria da oferta de Infraestruturas desportivas descobertas, nomeadamente campos de futebol e pistas de atletismo.

Contudo, deve ter-se também em conta outros indicadores desportivos, nomeadamente a demografia federada, as áreas de influência dos estabelecimentos de ensino, a densidade populacional.

Apesar de constituírem competências da Autarquia, muitos dos equipamentos desportivos têm sido promovidos pelo Governo Regional. De acordo com o Programa de Governo, no período 2007/2011 estão previstos investimentos na melhoria de alguma das estruturas desportivas (como no Polidesportivo do Colégio do Infante e no Campo do Encontro em São

Roque) e a construção de um Pavilhão Desportivo na Freguesia de Santo António. Está também em curso a remodelação e ampliação do Estádio dos Barreiros - campo de futebol destinado à prática de futebol de alta competição.

Em termos da beneficiação de instalações desportivas, prevê-se a beneficiação do Campo de jogos da Quinta Deão e do Campo de futebol de 5 da Nazaré.

De acordo com o plano e orçamento de 2011 da CMF está também previsto para o Funchal o desenvolvimento de dois grandes projetos ao nível dos equipamentos desportivos, o PROPED – Projecto de requalificação dos polidesportivos das escolas e o PRIEST – Projecto de instalação de energia solar térmica nas instalações desportivas e beneficiação dos balneários das escolas.

Será também promovida a requalificação de parques infantis do concelho, bem como a construção de campos de relva sintética, de 2 courts de *padel*, um ginásio ao ar livre.

De acordo com o Instituto do Desporto da RAM, as fragilidades existentes ao nível da rede de equipamentos desportivos do concelho do Funchal dizem respeito, sobretudo, à dificuldade de estacionamento junto a muitas das infraestruturas desportivas.

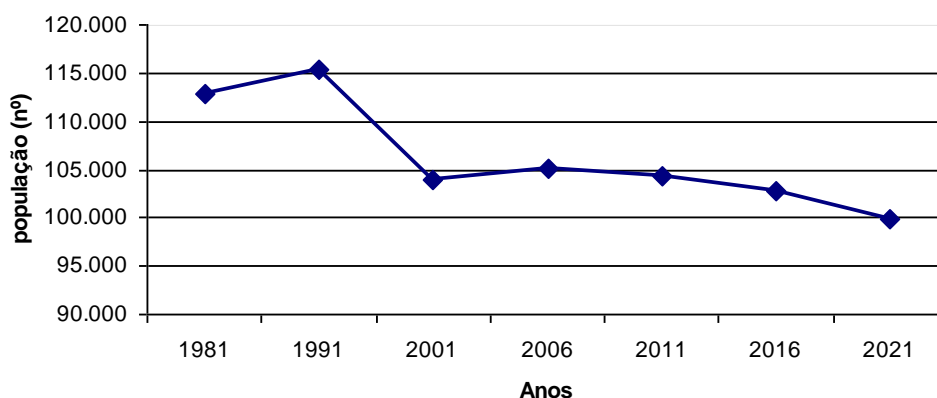
A carta das instalações desportivas artificiais da RAM traduz a realidade do parque desportivo regional e permite aferir que necessidades deverão ser tidas em conta, de acordo com os indicadores da mesma.

## 7.1.2. Caracterização da Procura

O exercício de caracterização da procura de equipamentos desportivos corresponde a uma tarefa confrontada com dificuldades de carácter diverso, seja pela inexistência ou falta de precisão da informação quantitativa de suporte, seja pela própria diversidade e grau de propensão dos diferentes grupos sociais à realização de práticas desportivas. Em qualquer caso, é sempre possível proceder a estimativas relativas à procura potencial dos equipamentos desportivos com base em informação de carácter demográfico mais geral e em referenciais técnicos de avaliação e programação da oferta neste domínio.

Neste contexto, uma primeira aproximação de carácter mais abrangente pode ser concretizada através da análise da evolução da população residente total no concelho, a qual, de acordo com as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, fornece a base fundamental para o dimensionamento da oferta de equipamentos desportivos (figura seguinte).

**Gráfico 35 – Evolução da População Residente no Concelho do Funchal (1991-2021)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e estimativas para os anos 2006 a 2021 conforme capítulo 2

Como se pode constatar a partir dos elementos apresentados, a evolução demográfica projetada (veja-se capítulo 2) aponta para a redução do efetivo populacional residente no concelho entre 2001 e 2021 em cerca de 4%.

Uma forma de avaliação frequentemente utilizada na apreciação da adequação quantitativa entre a oferta e a procura de equipamentos desportivos reside nos designados índices de comunidade, os quais estipulam um valor global de referência para aquilo que se pode considerar como uma boa dotação. Este valor global tem vindo a ser fixado em 4m<sup>2</sup> de superfície desportiva útil (superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática desportiva) por habitante, o qual resulta da adoção (por parte das autoridades portuguesas) das recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto da UNESCO.

**Tabela 36 – Normas para a programação dos equipamentos desportivos**

Tipo de equipamentos Desportivos	Área de influência	População Base	Superfície Desportiva (m2)
Grandes campos de jogos	2/3 km a pé ou 15/20 min em transportes públicos	mínimo 2500 hab	5000
Pistas de atletismo	2/4 km a pé ou 15/20 min em transportes públicos	mínimo 7500 hab	6000
Pequenos campos de jogos (inclui polidesportivos e campos de ténis)	0,5/1 km a pé ou 15/20 min em transportes públicos	mínimo 800 hab	800
Pavilhões e salas de desporto	2/4 km a pé ou 15/30 min em transportes públicos	mínimo 3000 hab	450
Piscinas cobertas	2/4 km a pé ou 15/30 min em transportes públicos	mínimo 5000 hab	150
Piscinas ao ar livre	2/3 km a pé ou 15/20 min em transportes públicos	mínimo 7500 hab	150

Fonte: Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, DGOTDU, 2002

No quadro seguinte estão indicados os limites de variação para os índices de superfície desportiva útil, em metros quadrados e o que estes índices representam em termos dos seus valores, se revelam um nível de equipamentos fraco, razoável ou bom, por exemplo.

**Tabela 37 – Limites de variação para os índices de superfície desportiva útil**

Nível	Limites de variação	Significado
1	0	Inexistente
2	0,01 a 1,99	Fraco
3	2,00 a 3,99	Razoável
4	4,00 a 7,99	Bom
5	>8	Excessivo
Nível	Limites de variação	Significado

Fonte: IDRAM, Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, 2001

**Tabela 38 – Limites de variação para os índices de superfície desportiva útil**

Equipamentos Desportivos	População Base	Superfície Desportiva (m2)	Dotação atual	Superfície Desportiva existente (m2)	SD útil per capita (pop de 2009)	Índice de referência por tipologia
Grandes Jogos	2500	5000	11	55000	0,56	2,00
Pavilhões e salas de desporto	3000	450	68	30600	0,31	0,09
Pequenos Jogos	800	800	124	99200	1,01	0,65
Piscinas	5000 a 7500	150	71	10650	0,11	0,02 a 0,04
Pistas de Atletismo	7500	6000	1	6000	0,06	1,20
<b>Total</b>			<b>281</b>	<b>201450</b>	<b>2,06</b>	

Fonte: DGOTDU (2002), Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos e IDRAM, Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, 2001

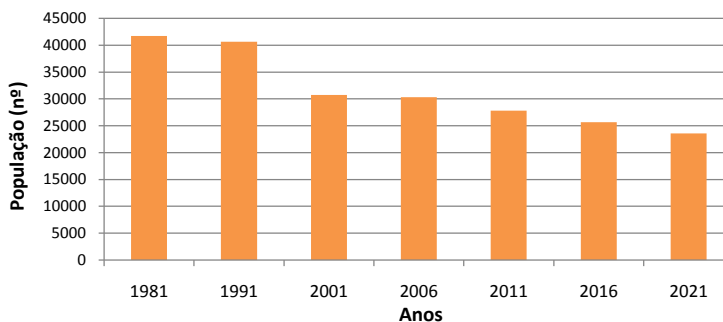
O concelho do Funchal apresenta um valor de 2,06m/hab (considerando a população recenseada em 2001 e a oferta existente em 2009). Analisando por tipologia dos equipamentos, e tendo em conta os índices de referência por tipologia de equipamentos percebemos que existe um défice nos equipamentos destinados a grandes jogos e pistas de atletismo, sendo que nos outros equipamentos a superfície útil per capita supera os índices de referência, em muito devido aos equipamentos privados, o que faz com que a Superfície Desportiva Útil do concelho seja razoável, contudo insuficiente quando comparado com os valores europeus.

Como é óbvio, a interpretação destes valores globais deve ser sempre encarada com especiais reservas, o que decorre não só do carácter meramente indicativo dos referenciais técnicos em apreço mas, igualmente, das especificidades locais do concelho. Pela sua relevância específica, considera-se importante avaliar aqui os aspectos relacionados com a estrutura etária da população residente no concelho e com o sistema de povoamento local.

Assim, e no que diz respeito ao primeiro desses aspetos, deverá frisar-se que o elevado grau de envelhecimento que define a estrutura demográfica local (47,5 idosos por cada 100 jovens em 2006), sendo em 2001 de 47,2 idosos por 100 jovens, combinando dinâmicas de sentido oposto no topo e na base da sua pirâmide etária (i.e. aumento da proporção de idosos e diminuição da proporção de jovens, respetivamente). Este é um dado que tende a refletir-se de forma negativa na procura efetiva dos equipamentos desportivos do concelho, dado que são os escalões etários mais jovens que demonstram tradicionalmente uma maior propensão à prática deste tipo de atividade.

A análise mais detalhada do segmento de população com 6 a 30 anos de idade vem confirmar esta ideia de retração da procura de equipamentos desportivos, uma vez que registou uma diminuição de -32% do seu efetivo entre 1991 e 2001 (ver gráfico seguinte). De acordo com as estimativas produzidas, admite-se que essa retração se venha a prolongar no horizonte temporal do novo PDM, situando-se em valores estarão acima dos -20% (-23%) entre 2001 e 2021.

**Gráfico 36 – Evolução da população residente no Concelho de Funchal com 6 a 30 Anos de Idade (1991-2021)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e estimativas para os anos 2006 a 2021 conforme capítulo 2

Já no que se refere à adequação dos equipamentos desportivos por freguesia, analisando a superfície útil existente em cada freguesia, segundo as Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Desportivos, percebemos a existência de assimetrias em termos da distribuição dos equipamentos desportivos.

Através da análise do quadro seguinte, onde se estabeleceu a relação entre a superfície desportiva existente por freguesia (em 2009) e a população residente em 2001, percebemos que pelos níveis de classificação acima referidos que apenas a freguesias de São Martinho se enquadra, pelo limite mínimo no nível 4, que representa um bom grau de dotação de equipamentos desportivos. As freguesias de Santa Luzia, Santa Maria e Sé inserem-se no nível 3, um nível de dotação razoável, sendo que as restantes apresentam um nível de dotação de

equipamentos desportivos fraco, onde a situação mais dramática se encontra nas freguesias de São Gonçalo, Imaculado Coração de Maria e São Roque.

**Tabela 39 – Limites de variação para os índices de superfície desportiva útil**

Equipamentos Desportivos	Grandes Jogos	Pavilhões e Salas de Desporto	Pequenos Jogos	Piscinas	Pistas de Atletismo	Dotação atual	Superfície Desportiva existente (m2)	Pop residente (2001)	SD útil per capita (pop freguesia de 2001)
Imaculado Coração de Maria		2	5			7	4900	6951	0,70
Monte		1	9			10	7650	7444	1,03
Santa Luzia		9	12	3		24	14100	6695	2,11
Santa Maria Maior	4	9	12	4		29	33650	13968	2,41
Santo Antonio	3	7	12			22	27750	21931	1,27
São Gonçalo		1	3	1		10	3000	7232	0,41
São Martinho	4	28	45	51	1	130	82250	20637	3,99
São Pedro		2	16	4		22	14300	7681	1,86
São Roque		8	4	1		13	6950	9274	0,75
Sé		1	6	7		14	6300	2148	2,93

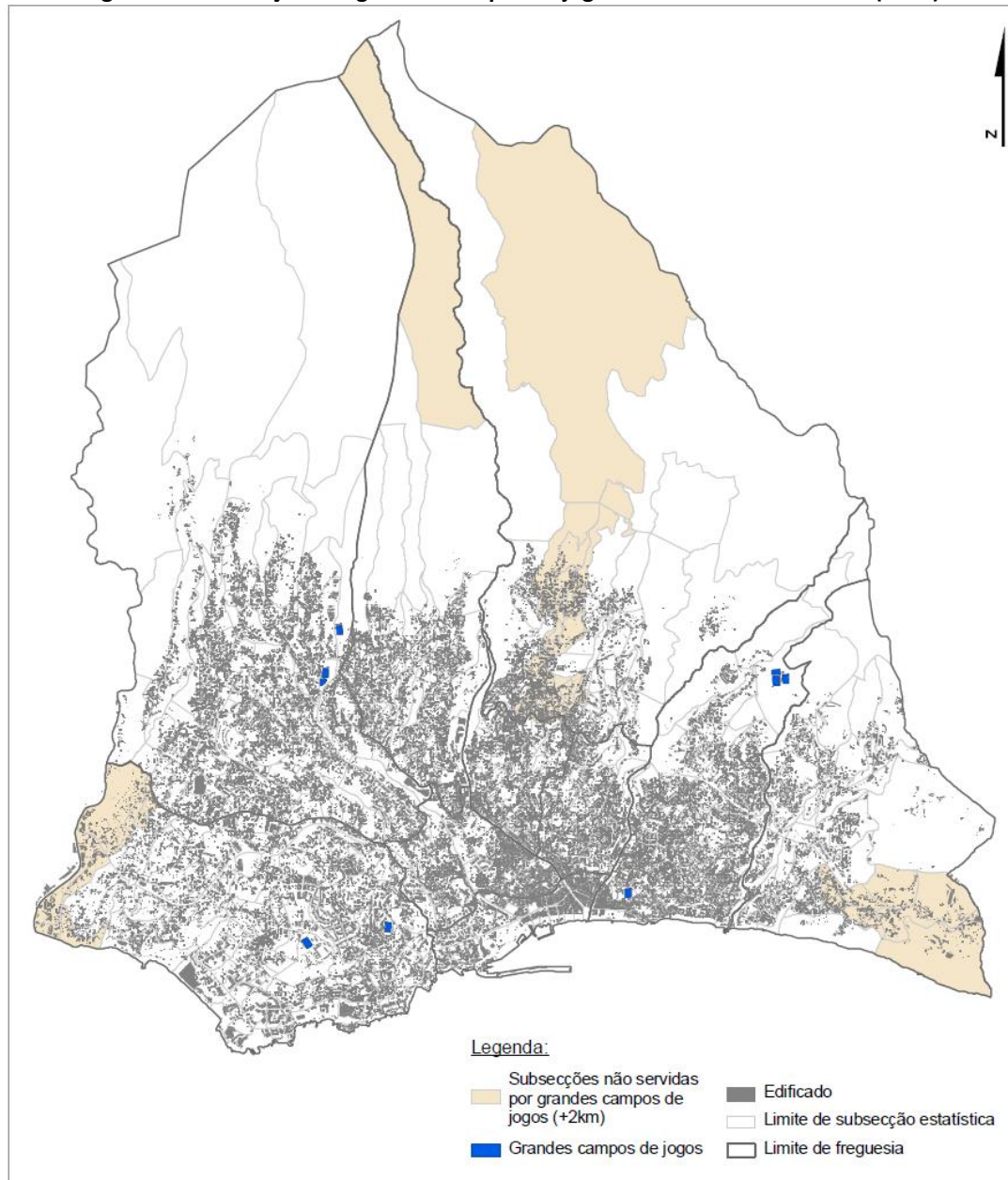
Fonte: IDRAM, Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, 2001

De forma a complementar a análise da adequação da oferta dos equipamentos por freguesia foram realizados cartogramas, abaixo expostos, que permitem perceber os níveis de acessibilidade da população a estes equipamentos. Para isso, e uma vez que a informação estatística sobre a população disponível para esta unidade geográfica remontam ao ano de 2001 (Censos de 2001), considerou-se mais adequado sobrepor a mancha do edificado às subsecções para assim se perceber a adequação da oferta de equipamentos.

Posteriormente, foram aferidas quais as subsecções que estão localizadas a uma distância maior do que a definida como área de influência de cada uma das tipologias de equipamentos desportivos, tendo como referência as Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos (DGOTDU, 2002).

Assim foram aferidas as subsecções estatísticas localizadas a mais de 2 km dos grandes campos de jogos (figura seguinte), evidenciando que existem nas freguesias de Monte, São Gonçalo e São Martinho zonas urbanas que não se encontram servidos por grandes campos de jogos. No caso da freguesia de São Roque as subsecções não cobertas não apresentam nenhum edificado, não havendo portanto população residente.

Figura 3 – Localização dos grandes campos de jogos no concelho do Funchal (2005)



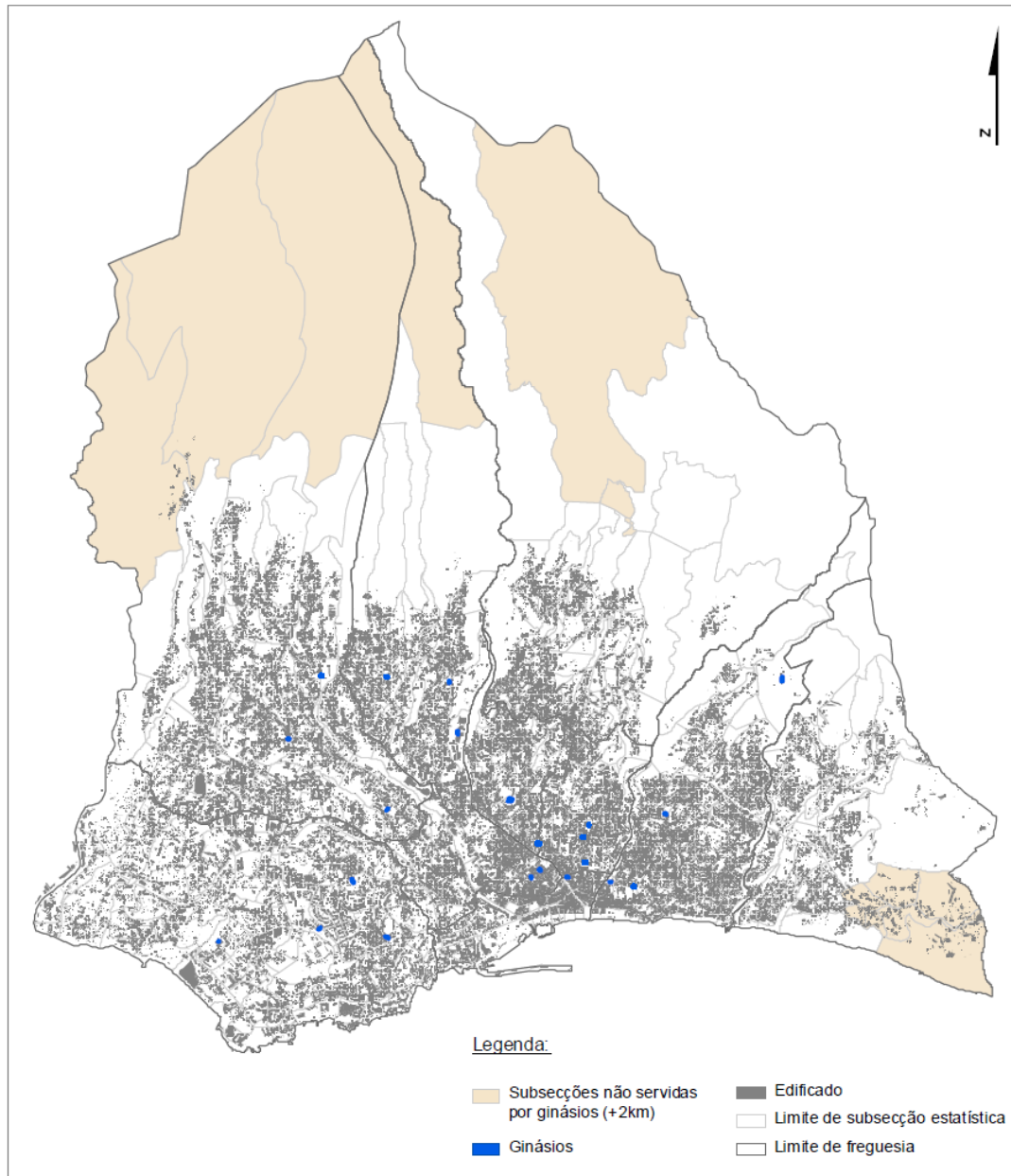
Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quaternaire Portugal

No caso dos ginásios, estão aqui identificados na figura abaixo apenas os de uso público, (figura abaixo), que se inserem na tipologia de pavilhões e salas de desporto, existem subsecções em quatro freguesias, Santo António, São Roque, Monte e São Gonçalo, que não estão servidas por ginásios, sendo no entanto apenas relevantes a das freguesias de Santo



António e São Gonçalo, visto que as outras não possuem população a residente (de acordo com a mancha do edificado).

**Figura 4 – Localização das salas de desporto (ginásios) no concelho do Funchal (2005)**

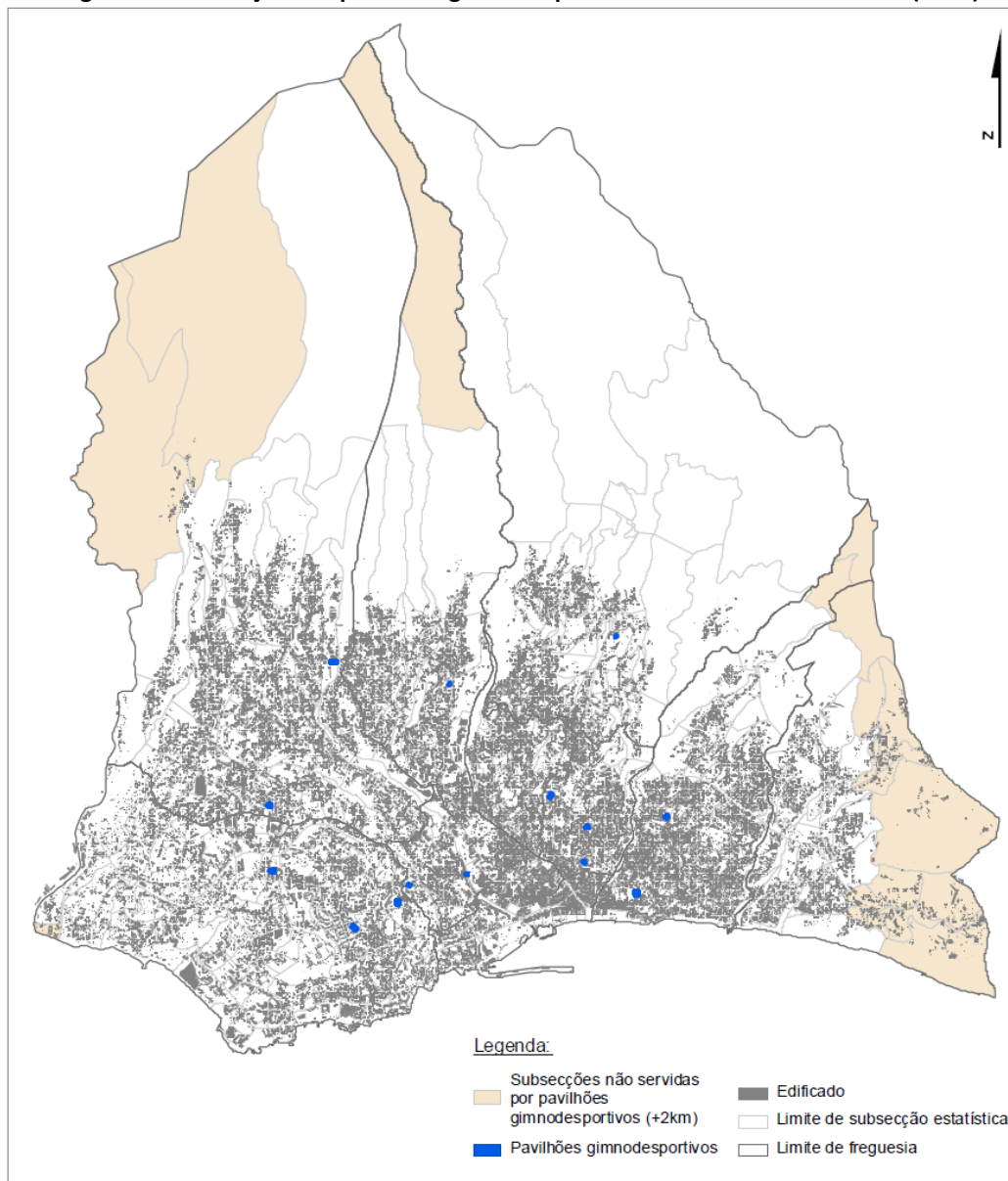


Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quatenaire Portugal

Em termos dos 15 pavilhões gimnodesportivos (figura seguinte), também integrados na tipologia de pavilhões e grandes campos de jogos, apenas as freguesias mais centrais,

Imaculado Coração de Maria, São Pedro e Sé se encontram totalmente servidas deste tipo de estruturas.

**Figura 5– Localização dos pavilhões gimnodesportivos no concelho do Funchal (2005)**

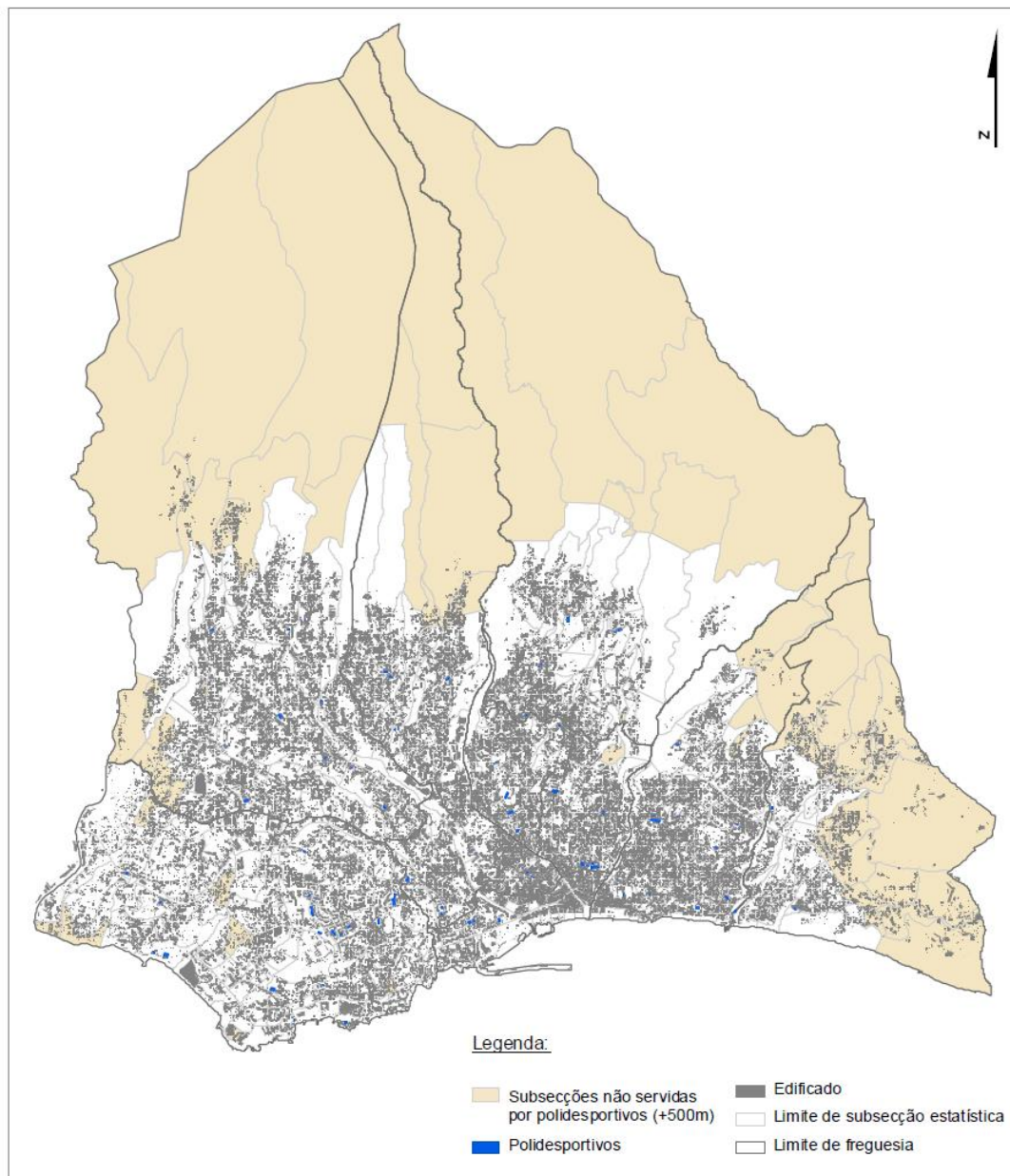


Fonte: CMF, GeoFunchal tratamento Quatenaire Portugal

Relativamente à distribuição espacial dos pequenos campos de jogos (campos de ténis e polidesportivos) pode dizer-se que existem várias subsecções não servidas por polidesportivos (ver figuras seguintes), correspondendo maioritariamente a subsecções onde se concentra um menor número de população residente. Mais uma vez são as freguesias de Imaculado Coração

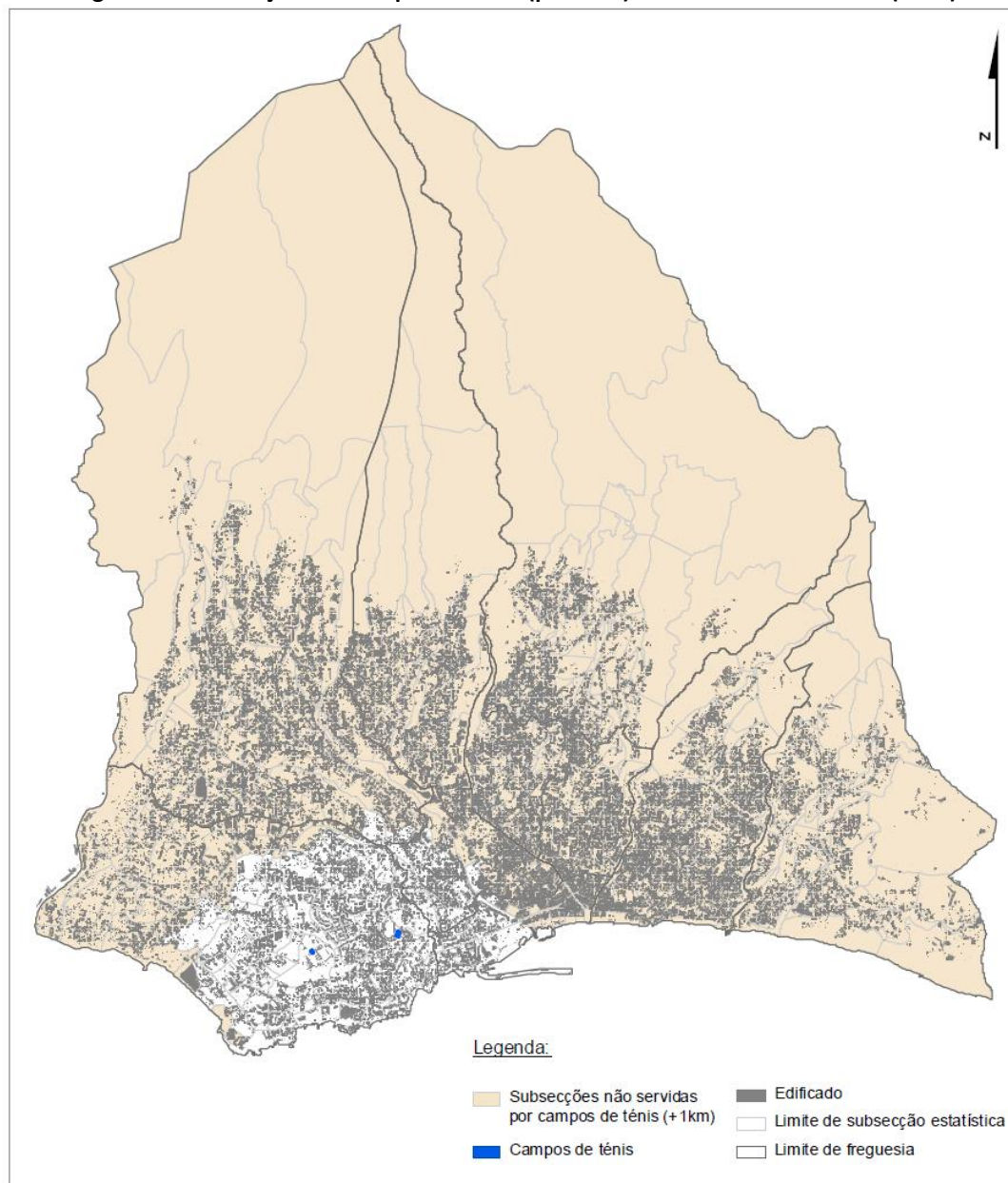
de Maria, São Pedro e Sé que se encontram totalmente servidas. No caso dos campos de ténis optou-se por apenas representar os campos de uso público, que são apenas dois e como tal apenas se encontram servidas as freguesias de São Martinho, São Pedro, Sé, embora não totalmente, e uma pequena parte da freguesia de Santo António.

**Figura 6 – Localização dos polidesportivos no concelho do Funchal (2005)**



Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quaternaire Portugal

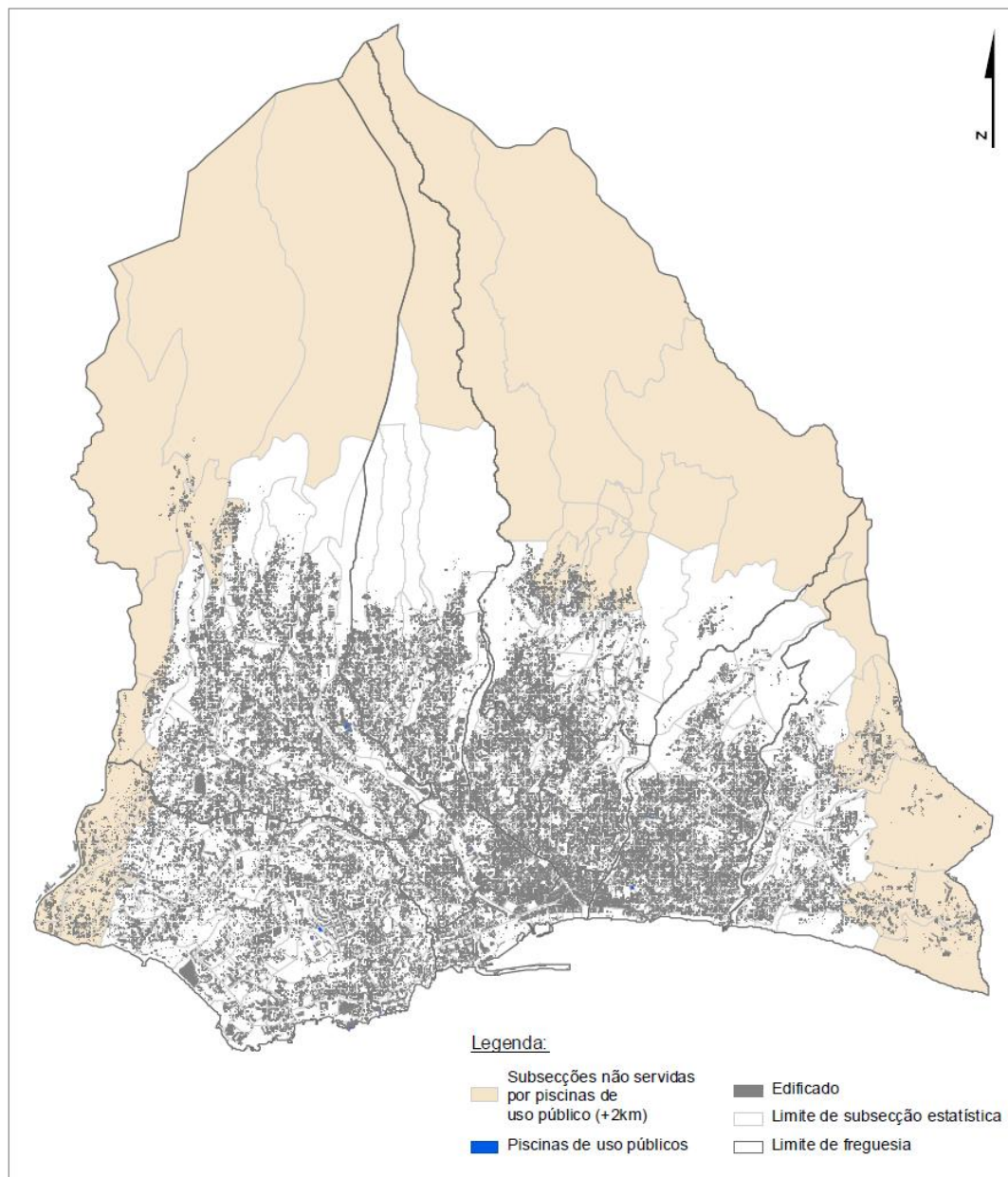
Figura 7 – Localização dos campos de ténis (públicos) no concelho do Funchal (2005)



Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quatenaire Portugal

No que se refere à localização das piscinas públicas (figura seguinte), esta serve totalmente as freguesias de Imaculado Coração de Maria, São Pedro, Santa Luzia e Sé e grande parte das restantes ficando fora da abrangência destas apenas as subsecções mais longínquas e com menos população residente.

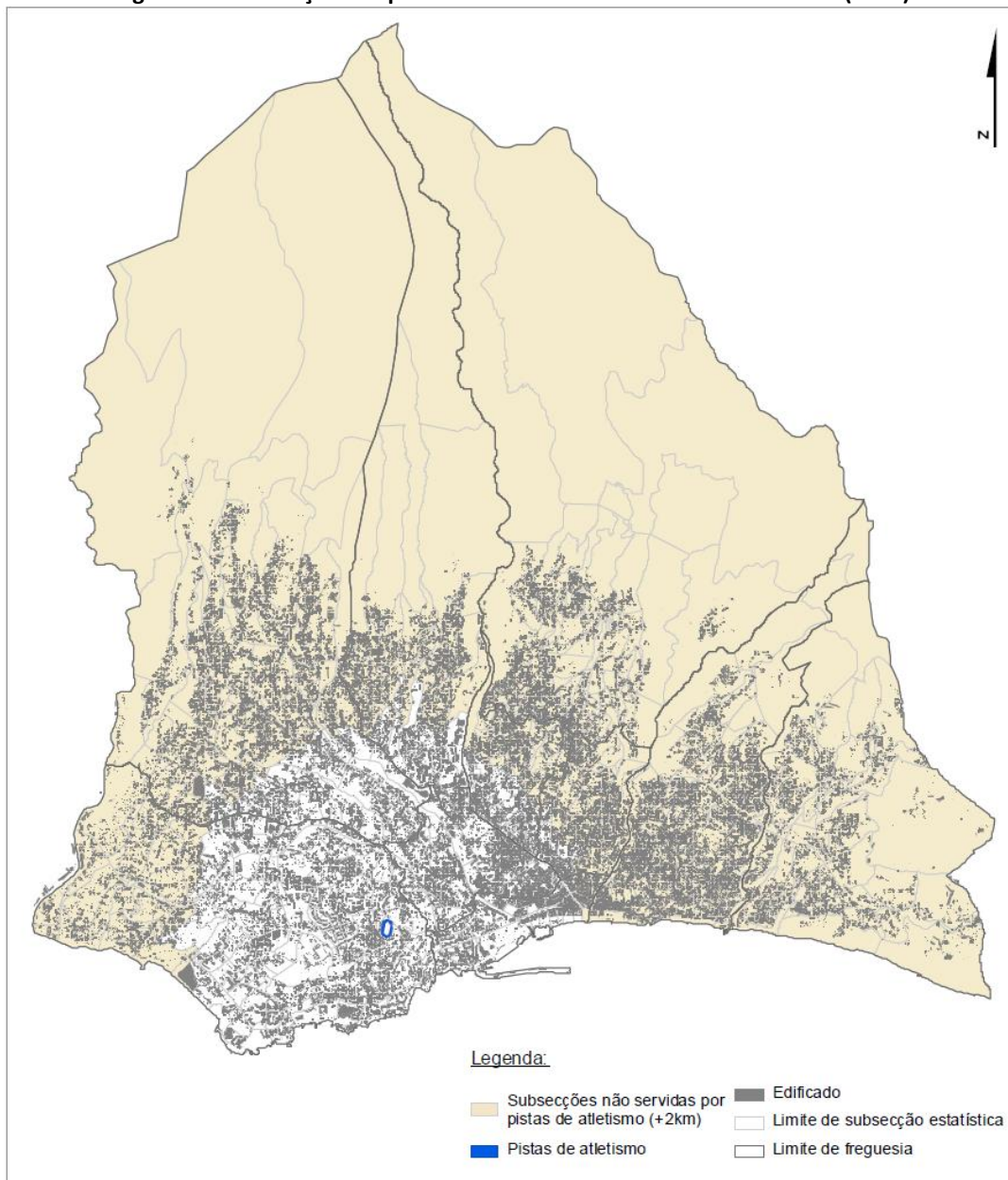
Figura 8 – Localização das piscinas (de uso público) no concelho do Funchal (2005)



Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quatenaire Portugal

Por fim, e no que concerne às das pistas de atletismo, o concelho do Funchal apenas dispõe de uma, localizada na freguesia de São Pedro, e que abrange grande parte da freguesia da Sé e de São Martinho e uma parte menos significativa do território das freguesias de Santo António, São Roque, Imaculado Coração de Maria e Santa Luzia.

Figura 9 – Localização das pistas de atletismo no concelho do Funchal (2005)



Fonte: CMF, GeoFunchal, tratamento Quatenaire Portugal

À luz destes elementos, será de equacionar-se com especial atenção os critérios locativos que deverão estar subjacentes à implantação de novos equipamentos desportivos, designadamente no que toca às tipologias nas quais se detetam ainda défices de oferta com significado à luz dos referenciais técnicos de avaliação e programação adotados (i.e. grandes campos de jogos, pavilhões, piscinas cobertas e pistas de atletismo e piscinas, dado que a

maioria são privadas). Assim, os critérios de localização de futuros equipamentos deverão atender aos seguintes fatores:

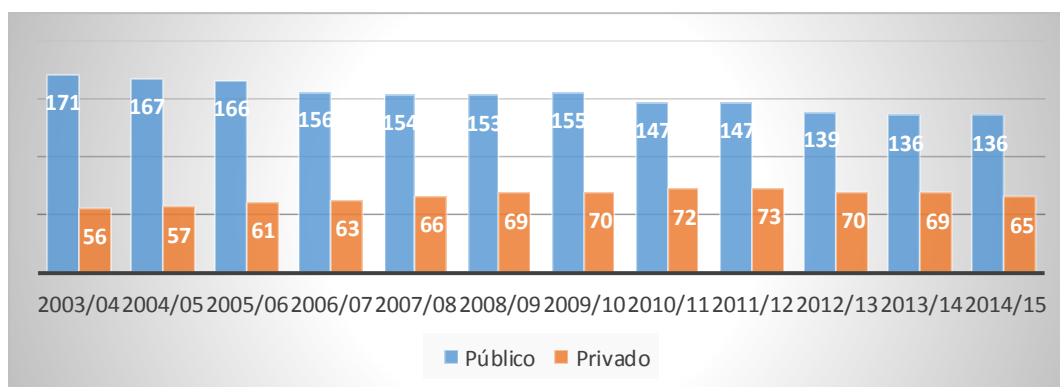
- Localizar-se na proximidade dos equipamentos escolares;
- Integrar-se o mais possível com outros equipamentos;
- Complementar-se com espaços verdes e áreas de recreio;
- Localizar-se em posição central relativamente à zona residencial a servir.

## 7.2. Equipamentos Educativos

### 7.2.1. Caracterização da Oferta

A oferta educativa na Região Autónoma da Madeira (RAM) é concretizada por estabelecimentos de educação pública e privada. Acompanhando a tendência demográfica, verifica-se uma diminuição dos estabelecimentos de educação e ensino da RAM no período entre 2003 e 2015, quer no que concerne à rede pública quer à privada.

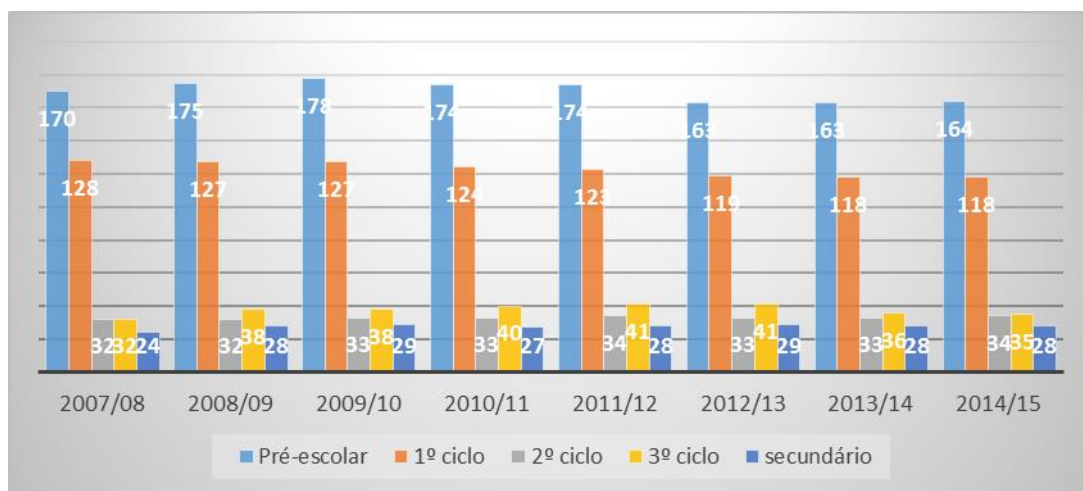
**Figura 10-Evolução do número de Estabelecimentos de Educação e Ensino na RAM, de 2003/4 a 2014/5**



Fonte: Estado da Educação 2014 e 2015, Conselho Nacional de Educação; [Observatório de Educação da RAM](#)

Ao analisarmos a oferta por nível de educação e ensino, verificamos que estes estabelecimentos oferecem maioritariamente educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

**Figura 11-Oferta Educativa da RAM por nível de escolaridade, 2007/8 a 2014/5**



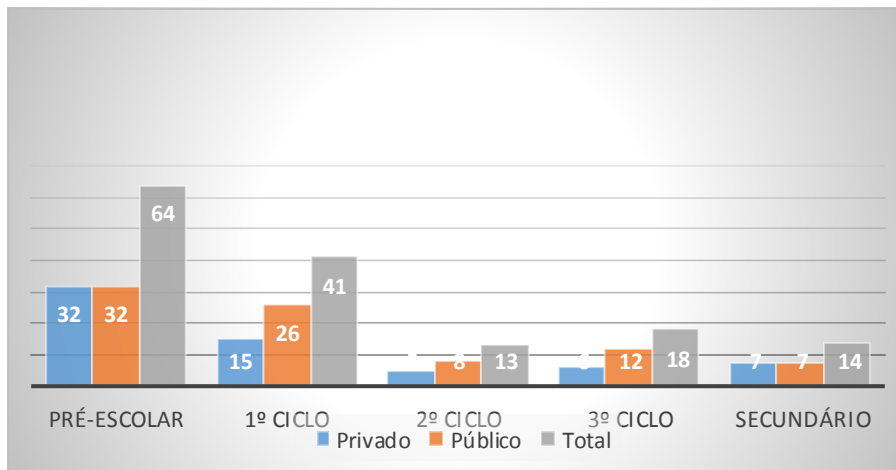
Fonte: OERAM/ DRIG/ SRE

(1) Cada estabelecimento é considerado tantas vezes quantos os níveis de escolaridade que ministra

A maioria dos estabelecimentos de educação e ensino (EEE) da RAM encontra-se situada no Funchal.



Figura 12-Oferta Educativa do Concelho do Funchal, por nível de escolaridade, 2014/15

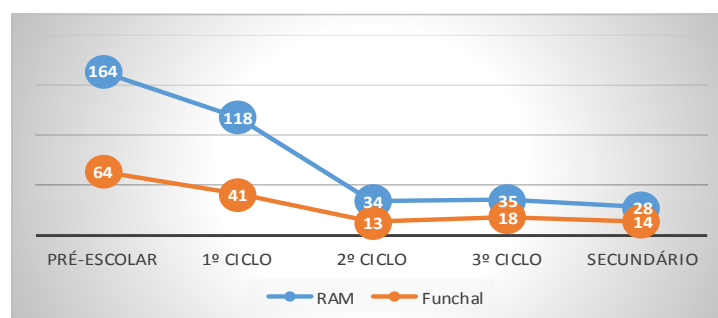


Fonte: Secretaria Regional de Educação

(1) Cada estabelecimento é considerado tantas vezes quantos os níveis de escolaridade que ministra.

Ao analisarmos a oferta educativa do Funchal em 2014/2015, verifica-se uma equivalência da oferta pública e privada. De facto, apenas ao nível do 1º ciclo do ensino básico é que a oferta pública quase que duplica relativamente à privada. Por outro lado, ao nível da educação pré-escolar e ensino secundário a resposta é igual ao nível do número de estabelecimentos.

Figura 13-Oferta Educativa na RAM e Funchal, por nível de escolaridade, 2014/15



Fonte: OERAM/ DRIG/ SRE

(1) *Cada estabelecimento é considerado tantas vezes quantos os níveis de escolaridade que ministra*

O Concelho do Funchal concentra cerca de 40% dos estabelecimentos de educação e ensino da RAM, chegando mesmo a 50% se considerarmos os níveis de 3º ciclo e secundário.

A análise do padrão locativo dos diferentes níveis de ensino revela que:

- todas as freguesias estão dotadas EPE bem como de estabelecimentos do 1º ciclo;
- os níveis EB2 e EB3 não estão presentes na freguesia São Gonçalo e Sé;
- o nível Secundário (quer na modalidade de ensino regular quer profissional) não está presente nas freguesias de São Gonçalo, Santo António e Monte.
- o Ensino Especial está presente apenas na freguesia de Santa Maria Maior;
- o Ensino Superior existe nas freguesias do Monte, São Gonçalo, São Pedro e São Roque e Sé.

Em termos de distribuição espacial dos equipamentos de ensino, constata-se que as freguesias com maior número de equipamentos educativos são as freguesias de Santa Maria Maior, São Pedro e Santo António e São Martinho, e as que apresentam menor número de equipamentos se encontram pior servidas são as freguesias de Imaculado Coração de Maria, São Gonçalo, Monte e S. Roque, situação que estará relacionada com a procura em cada freguesia

**Tabela 40 – Identificação dos Equipamentos Escolares do Concelho (2015/2016)**

Equipamentos de Ensino	I. C. Maria	Monte	Santa Luzia	Sª Mª Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
Creche/ JI	1	2	3	2	5		6	6		2	27
Creche				1							1
JI						1					1
JI/EB1		2	1	5	3	2	5	1	3	2	24
Creche/JI/EB1/2											0
Creche/JI/EB1					1						1
EB1								4	1	1	6
EBI/JI	2	1	1					1			5
EBI (1º,2º,3º)				1							1
EB2/3			2	1	1			2	1		7
EB2/3, S			1				1		1		3

ES	1			1						1	3
EP	1			1			3	2		2	9

Fonte: CMF, SREC-DRPRE, OERAM

**Tabela 41 – Número de alunos inscritos equipamentos escolares do concelho, segundo o nível de ensino, por freguesia (2015/2016)**

Equipamentos de Ensino	I. C. Maria	Monte	Santa Luzia	S <sup>a</sup> M <sup>a</sup> Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
JI	56	63	115	188	421	22	436	326	0	102	1729
1 <sup>o</sup> Ciclo	170	264	481	799	658	91	787	967	420	455	5092
2 <sup>o</sup> Ciclo	301	99	414	479	209	0	339	880	192	1	2914
3 <sup>o</sup> Ciclo	620	150	700	804	461	0	899	1206	393	13	5246
Secundário	384	0	1863	1860	112	0	214	0	0	5	4438
Ensino Recorrente	0	0	0	0	30	0	0	0	51	0	81
Ensino Profissional (CFP)	96	0	566	171	0	0	929	35	10	773	2580
Ensino Profissional (CEF e CEFA)	44	0	311	62	34	0	323	0	215	0	989
Outros	97	126	346	386	599	49	675	637	165	236	3316
<b>Total</b>	<b>1768</b>	<b>702</b>	<b>4796</b>	<b>4749</b>	<b>2524</b>	<b>162</b>	<b>4602</b>	<b>4089</b>	<b>1446</b>	<b>1585</b>	<b>26385</b>

Fonte: CMF, SREC-DRPRE, OERAM e estimativas conforme capítulo 2

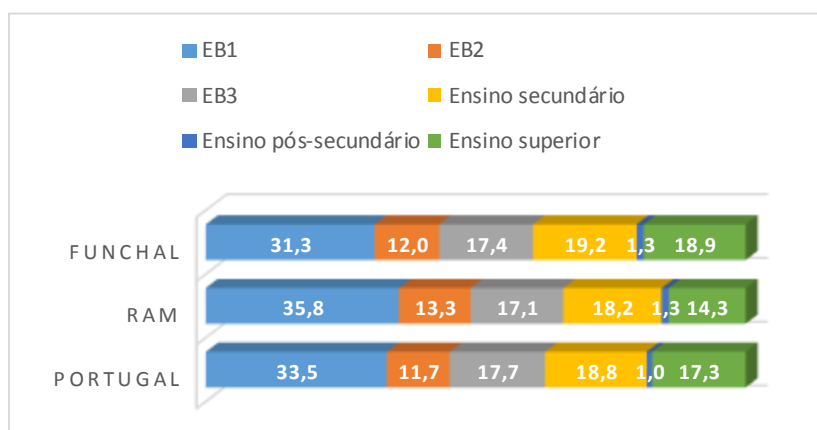
De acordo com o executivo da CMF consideram-se projetos estruturantes para o concelho a nível educativo a construção (a decorrer) da Escola Profissional de S. Martinho, da EB1 com EPE das Romeiras, da EB1 com EPE do Imaculado Coração de Maria, da modernização das EB1 com EPE do Palheiro Ferreiro e EB1 com EPE da Pena. Acrescem intervenções de melhoria dos espaços desportivos exteriores na EB23 de S. Roque e EB23 dos Louros, bem como uma intervenção de modernização da ES Jaime Moniz. Todas as intervenções referidas estão previstas na presente legislatura pelo que deverão ser lançadas até 2011 (com exceção das coberturas de polidesportivos e da intervenção na ES Jaime Moniz).

De acordo com a CMF, os problemas e fragilidades do concelho ficam quase integralmente resolvidos com a realização destas intervenções, já que se considera que a rede de estabelecimentos existente é suficiente e capaz para todas as necessidades. A CMF tem desenvolvido um esforço complementar ao realizado pelo Governo Regional, intervindo de forma cirúrgica nomeadamente na modernização das salas de Educação Pré-escolar e reformulação de exteriores, espaços desportivos, criação de zonas exteriores cobertas e espaços lúdicos para a pré-escolar.

## 7.2.2. Caracterização da Procura

O exercício de caracterização da procura de equipamentos escolares está baseado em informação estatística relativa à população residente em idade escolar e aos alunos matriculados nas escolas do concelho, ou seja, à população escolarizável e à população escolar propriamente dita.

**Figura 14-Nível de Escolaridade da População Residente (CENSOS 2011)**

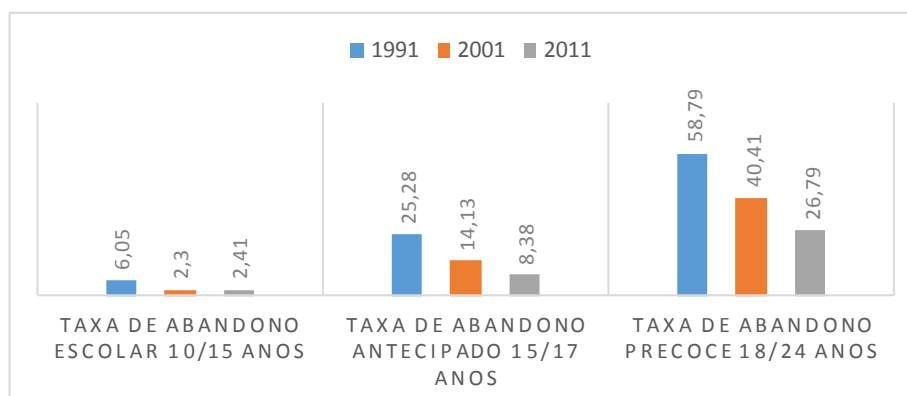


Fonte: Censos 2011

Do ponto de vista do nível de escolaridade da população residente, o concelho do Funchal apresenta uma realidade mais favorável que a nacional e a regional. De facto, a população licenciada encontra-se 1,6% acima da média nacional e 4,6% da média regional.

Apesar da taxa da população com habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico ser inferior às médias regional e nacional, este indicador conjugado com a taxa de analfabetismo no concelho do Funchal (4.9%) evidencia que 36,2% da população residente apresenta um baixo nível de escolaridade.

**Figura 15-Evolução do abandono no Concelho do Funchal**



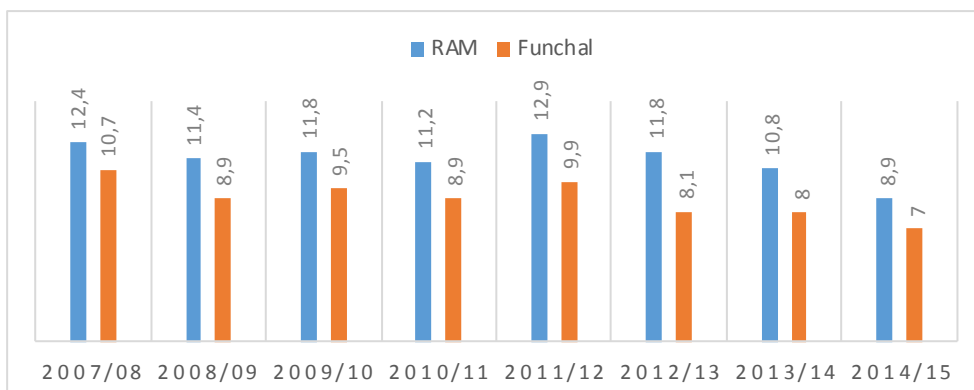
Fonte: Atlas da Educação, EPIS ( <http://www.epis.pt/mediadores/atlas-da-educacao/atlas>)

Ao compararmos a evolução da taxa de abandono escolar (entre os 10 e 15 anos) de 2001 a 2011 no concelho do Funchal verificamos um crescimento desta. Este indicador, já por si preocupante, agrava-se se tivermos em atenção que entre 2001 e 2011 foi alterado o regime da escolaridade obrigatória dos 15 para os 18 anos de idade e se considerarmos que a taxa média de atraso nos ensinos básico e secundário nas escolas do Funchal em 2011 é de 33%<sup>5</sup>.

No que respeita às taxas de abandono antecipado (entre os 15 e 17 anos) e precoce (entre os 18 e 24 anos) verifica-se uma redução destas em quase 50% quando comparados os dados relativos a 2001 e 2011.

<sup>5</sup> A taxa de atraso relaciona a percentagem da população que se encontra a frequentar um determinado ciclo de ensino, com idade igual ou superior à idade ajustada à conclusão do respetivo ciclo, com o total da população com idade ajustada ao ciclo. Corresponde aproximadamente à proporção do número de alunos com pelo menos um ano de retenção no total de alunos sem retenção que frequentam um determinado ciclo (taxas de atraso por nível de escolaridade: 16.3% no 1º CEB; 33.7% no 2º CEB; 34,6% no 3º CEB e 47,9% no ensino secundário) In <http://www.epis.pt/mediadores/atlas-da-educacao/atlas>

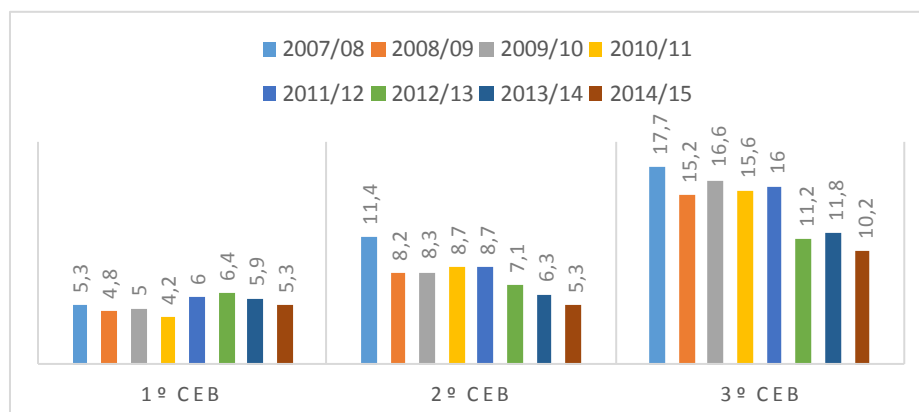
**Figura 16-Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico, 2007 a 2014**



Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

Apesar do concelho do Funchal apresentar uma taxa de retenção e desistência no ensino básico inferior à da RAM, a tendência de decréscimo de ambas é similar, apresentando-se em 2014/15 os valores mais baixos.

**Figura 17-Evolução da Taxa de Retenção e Desistência no Concelho do Funchal por Ciclo, segundo os anos, 2007/8 a 2014/5**



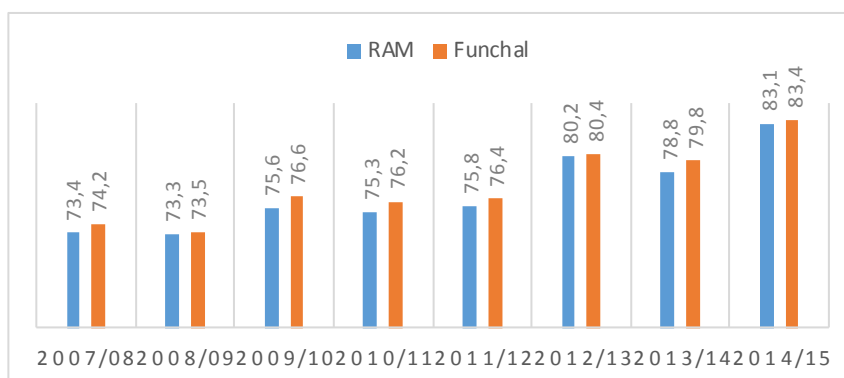
Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

Se analisarmos de forma detalhada esta taxa em cada um dos níveis de escolaridade do ensino básico no concelho do Funchal, apuramos que tem havido flutuações, sentidas com

maior acuidade ao nível do 1º ciclo. De facto, neste nível de ensino a taxa de retenção e desistência tem variado, apresentando o seu valor (4,2%) mais baixo no ano letivo 2010/11.

No que respeita aos 2º e 3º ciclos verifica-se uma redução expressiva desta taxa, tendo diminuído entre 2007 e 2014 na ordem dos 6,1% no caso do 2º ciclo e dos 7,5% no caso do 3º ciclo.

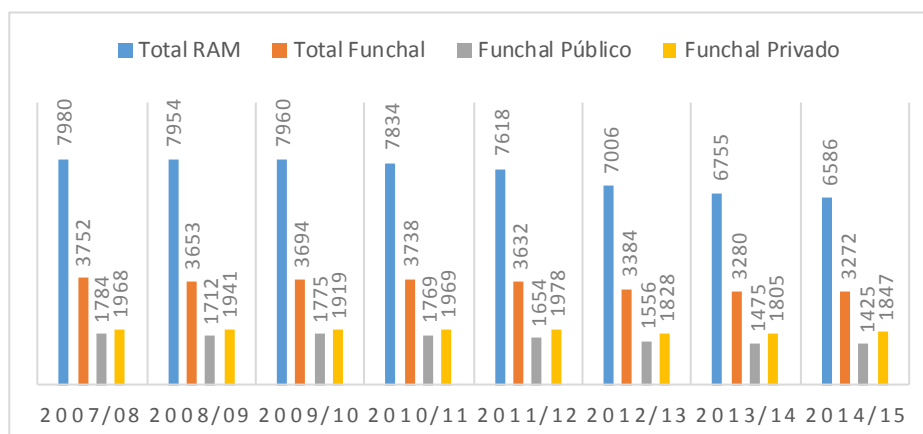
**Figura 18-Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário, 2007 a 2014**



Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

Quando atentamos à evolução do sucesso escolar ao nível do ensino secundário, verificamos que a taxa de transição/conclusão a este nível tem sido tendencialmente crescente e com valores muito próximos ao nível da RAM e do Funchal, situando-se em 2014/15 na ordem dos 83,1% na RAM e 83,4% no Funchal.

**Figura 19-Evolução da população a frequentar a educação Pré-escolar, 2007/8 a 2014/5**



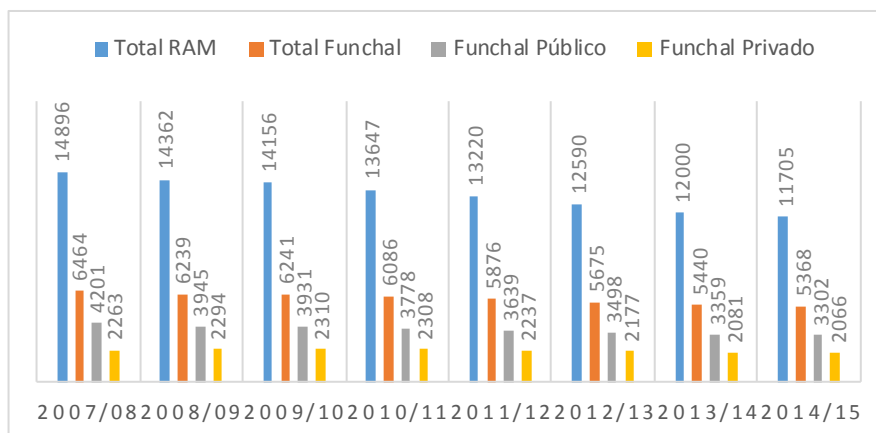
Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

Apesar da população a frequentar a educação pré-escolar no Funchal ter reduzido (12% entre 2007 e 2014), o seu decréscimo não é tão acentuado quanto o da RAM (17% entre 2007 e 2014). Mantendo a tendência da percentagem de estabelecimentos de ensino do Funchal relativamente à RAM, verifica-se que, no que concerne ao número de crianças a frequentar a educação pré-escolar, o Funchal responde a cerca de 48% da oferta desta. Ao compararmos a oferta pública e privada do Funchal, constata-se que a maior perda de alunos ocorre ao nível da oferta pública.

De sublinhar que, de acordo como relatório do Conselho Nacional de Educação “O Estado da Educação 2015”, a taxa de pré-escolarização da RAM no ano letivo 2014/15 (94,1%) é uma das mais elevadas em termos nacionais, apenas antecedida pelas Regiões do Alentejo e Centro.



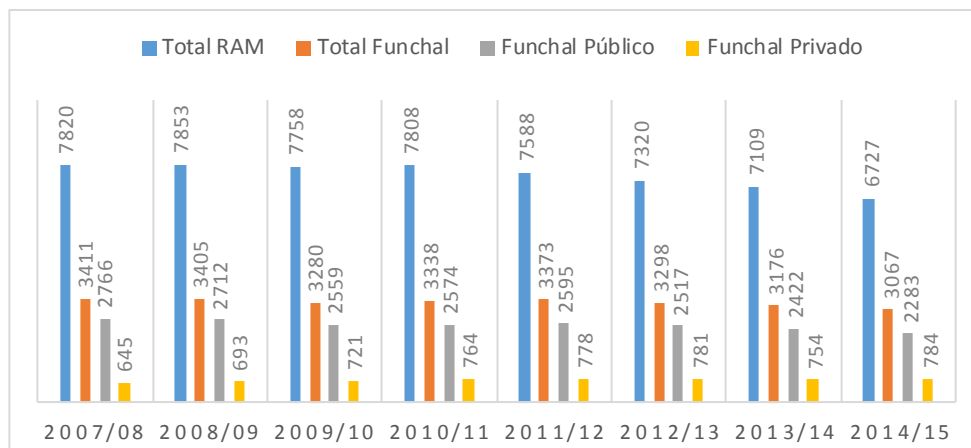
**Figura 20-Evolução da população a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico, 2007/8 a 2014/5**



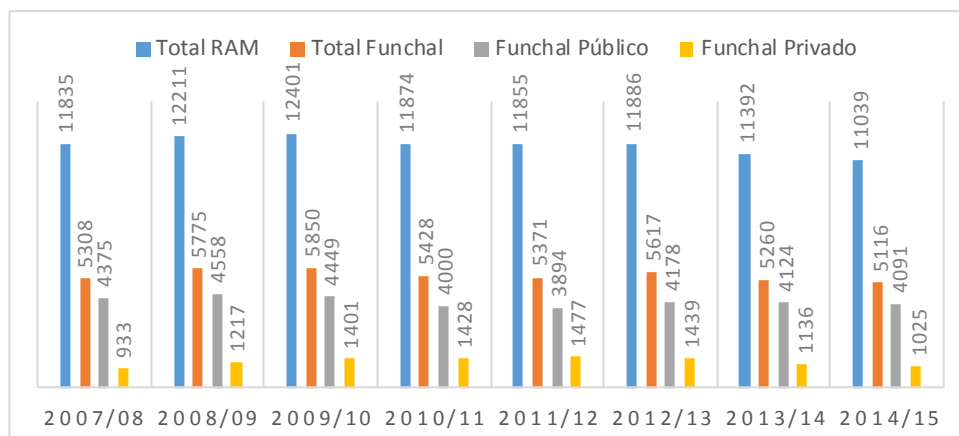
Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

No que concerne ao 1º ciclo do ensino básico, no período 2007/2014 constata-se um decréscimo mais acentuado do que o verificado ao nível da educação pré-escolar, quer no que respeita à RAM (21%) quer ao Funchal (17%). Esta redução sente-se com mais acuidade na oferta pública, uma vez que a oferta privada não apresenta grande variação ao nível da sua população.

**Figura 21-Evolução da população a frequentar o 2º Ciclo do Ensino Básico, 2007/8 a 2014/5**



**Figura 22-Evolução da população a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico, 2007/8 a 2014/5**

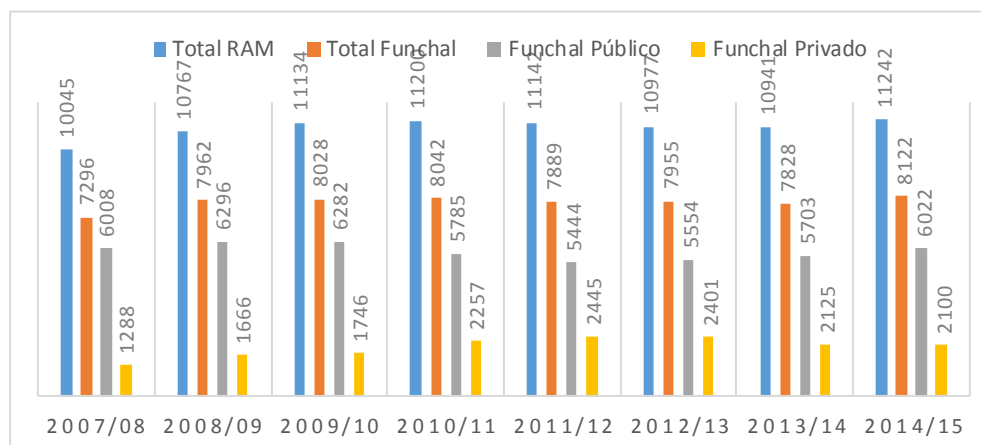


Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

Também ao nível dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, a oferta do Funchal responde a mais de 40% da oferta da RAM (44% ao nível do 2º CEB e 46% ao nível do 3º CEB). Todavia, é nestes níveis de ensino que se verifica uma menor redução da população escolar 2007 – 2014, quer ao nível do 2º ciclo (redução de 14% na RAM e 10% no Funchal), mas principalmente ao nível do 3º ciclo, que apenas reduziu 4% no Funchal e 7% na RAM.

Constata-se também que no Funchal a oferta privada de 2º e 3º CEB não tem tanta expressão como nos níveis de educação e ensino anteriores.

**Figura 23-Evolução da população a frequentar o Ensino Secundário, 2007/8 a 2014/5**



Fonte: DREM (Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2014/2015)

Contrariando a evolução dos ciclos anteriores mas acompanhando a realidade nacional, a frequência do ensino secundário apresenta crescimento. De uma forma geral, o alargamento da escolaridade obrigatória<sup>6</sup> até à conclusão do ensino secundário ou os 18 anos de idade preconizado em 2009<sup>7</sup> bem como a diversificação das modalidades educativas e formativas, nomeadamente as que garantem dupla certificação escolar e profissional, terão contribuído para este crescimento.

Este nível de ensino apresenta a maior concentração de oferta educativa no Funchal, oferecendo 72% da resposta regional.

O exercício de caracterização da procura de equipamentos escolares está baseado em informação estatística relativa à população residente em idade escolar e aos alunos matriculados nas escolas do concelho, ou seja, à população escolarizável e à população escolar

<sup>6</sup> Até ao ano letivo 2008/09, o regime de escolaridade obrigatória visava a finalização do ensino básico ou os 15 anos de idade

<sup>7</sup> Estabelecido pela Lei 85/2009 de 27 de agosto

propriamente dita. Tratando-se este exercício de uma primeira análise preliminar, assumiu-se na apreciação da capacidade de resposta da atual oferta de equipamentos face às dinâmicas projetadas de crescimento da procura no horizonte temporal do novo PDM que:

- a taxa de pré-escolarização da população residente era em 2008/09 de 111,3%;
- a taxa de escolarização da população residente no ensino básico era em 2008/09 de 160,9% e do ensino secundário de 236,6%;
- as taxas de retenção e abandono do concelho era de 8,9 % no ensino básico.

De acordo com o gráfico 9, que mostra a evolução da população entre 1981 e 2021, percebemos que se prevê uma diminuição acentuada da população jovem no Funchal, que em 1981 representava cerca de 48% da população residente no concelho e em 2021 representará, aparentemente, apenas 25,2% da população residente.

Esta diminuição da população jovem terá fortes implicações ao nível da rede existente de equipamentos escolares, indiciando a necessidade de proceder à sua reestruturação durante os próximos anos, ao invés da criação de novos equipamentos de ensino.

Utilizando agora o disposto nas referidas normas, bem como a informação sobre o número de equipamentos escolares por níveis de ensino e número de alunos inscritos, podemos tirar algumas conclusões sobre se o nível de dotação dos equipamentos escolares e respetiva distribuição geográfica.

Ao nível dos estabelecimentos de **educação pré-escolar (EPE)**, que correspondem à população dos 3-5 anos, de acordo com os dados disponíveis, é possível apenas avaliar a distribuição média de alunos por estabelecimento em cada freguesia tendo como base a população em idade escolar, por grupos quinquenais em 2001. Assim, é nas freguesias de Santa Luzia, São Pedro e São Martinho que se verifica um número médio de alunos por estabelecimento mais elevado (65 a 70 alunos), sendo os valores mais baixos assinalados nas freguesias de Imaculado Coração de Maria, São Pedro e Santo António (30 a 40 alunos/estabelecimento).

Associando este número de alunos à população projetada para 2011 dos 0 aos 4 anos de cada freguesia, resulta que, à exceção de São Pedro, todas as freguesias apresentam um número de alunos inscritos inferior ao da população existente nas freguesias para aquela faixa etária, o que poderia indiciar a necessidade de mais jardins-de-infância ou de um aumento da capacidade dos mesmos. No entanto, estes dados também podem significar apenas que as crianças frequentam estabelecimentos fora da freguesia ou do concelho de residência, situação que se associa a padrões de mobilidade do agregado familiar associado às deslocações casa-trabalho. Na freguesia de São Pedro existem mais do dobro de alunos inscritos do que a população desse grupo etário existente na freguesia.

Em 2008/09, que corresponde ao único ano para o qual se dispõe de informação factual para a população escolarizável e escolarizada, a taxa bruta de pré-escolarização (relação entre o

número de alunos matriculados e a população residente com 3 a 5 anos de idade) era de 111,3% (INE). Este número revela uma cobertura total das necessidades a este nível.

Admitindo que, em condições normais, cada turma do EPE deveria possuir entre 20 a 25 alunos e que a cada turma corresponde uma sala, pode considerar-se que as necessidades globais do lado da oferta seriam genericamente satisfeitas com 218 a 272 salas, sendo que para tal cada um dos 68 estabelecimentos de EPE existentes teriam que ter em média entre 3 a 4 salas.

Em termos prospetivos, o número de equipamentos pré-escolares existentes no concelho irão tornar-se mais do que suficientes, tendo em conta que se estima uma perda populacional do grupo etário dos 0 aos 4 anos de 19% até 2016 e de 35% até 2021.

Face a estes resultados, que carecem de aferição posterior, pode-se concluir em que a oferta existente apenas será capaz de acolher a procura estimada ao longo do período de vigência do novo PDM. De qualquer forma (e à luz das atuais orientações de política educativa a nível nacional), importará salientar que qualquer proposta de reordenamento da rede de equipamentos de EPE deverá estar plenamente articulada com as opções que venham a ser tomadas ao nível do EB1.

**Tabela 42 – Alunos e estabelecimentos do pré-escolar em 2010/2011**

Equipamentos de Ensino	EPE			População residente 0-4	
	nº estab.	nº alunos	alunos/estab	2001	2011*
IC de Maria	3	89	29,7	308	317
Monte	3	138	46,0	352	363
Santa Luzia	4	309	77,3	304	313
Sª Mª Maior	9	516	57,3	588	606
Santo António	13	520	40,0	1290	1329
São Gonçalo	4	137	34,3	396	408
São Martinho	12	802	66,8	1204	1240
São Pedro	12	809	67,4	316	325
São Roque	4	222	55,5	468	482
Sé	4	218	54,5	62	64
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>3760</b>	<b>55,3</b>	<b>5288</b>	<b>5453</b>

Fonte: INE, Censos 2001, CMF, SREC-DRPRE e estimativas conforme capítulo 2

Relativamente ao **1º ciclo do Ensino Básico (EB1)**, verifica-se que a população escolarizável (i.e. população residente com 5 a 9 anos de idade) regista um aumento de 13% de 2001 a 2011 (quadro seguinte). As estimativas produzidas para o horizonte temporal do novo PDM apontam para uma alteração dessa trajetória no período 2001-2021, havendo até 2016 um decréscimo de 6% e até 2021 um decréscimo de 26% da população residente com idades entre 5 e 9 anos.

Relativamente à distribuição dos alunos por freguesias percebemos facilmente que quase todos os alunos (94%) se encontram inscritos em 2010/2011 nos estabelecimentos de 1º ciclo existentes nas freguesias (tendo como base a população projetada para 2011), faltando saber se a restante população não inscrita nos estabelecimentos escolares de 1º ciclo do concelho não o faz por falta de oferta, ou por opção de frequentarem estabelecimentos de ensino de outros concelhos.

Quanto à distribuição por freguesia, constata-se que as freguesias de Santa Luzia, Santa Maria Maior, São Pedro e Sé têm muitos mais alunos inscritos do que a população dos 5 aos 9 anos residente nas mesmas, passando-se nas restantes freguesias o oposto, o que revela movimentações entre freguesias.

**Tabela 43 – Alunos e estabelecimentos do 1º ciclo em 2010/2011**

Equipamentos de Ensino	1º ciclo			População residente 5-9	
	nº estab.	nº alunos	alunos/estab	2001	2011*
Imaculado Coração de Maria	2	69	34,5	335	379
Monte	3	369	123,0	421	476
Santa Luzia	3	479	159,7	291	329
Santa Maria Maior	10	955	95,5	632	714
Santo António	7	891	127,3	1413	1597
São Gonçalo	2	134	67,0	368	416
São Martinho	5	982	196,4	1270	1435
São Pedro	9	1185	131,7	321	363
São Roque	4	545	136,3	573	647
Sé	3	473	157,7	98	111
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>6082</b>	<b>126,7</b>	<b>5722</b>	<b>6442</b>

Fonte: INE, Censos 2001, CMF, SREC-DRPRE e estimativas conforme capítulo 2

Admitindo que, em condições normais, cada turma do EB1 deveria possuir 20 a 25 alunos e que a cada turma corresponde uma sala, pode considerar-se que as necessidades globais do lado da oferta seriam genericamente satisfeitas com 257 a 322 salas.

Em termos prospetivos, e admitindo que são observados os pressupostos inicialmente adotados ao nível da projeção da procura, serão apenas necessárias 214 a 268 salas em 2016 e 169 a 211 salas em 2021. Os resultados assim obtidos, que deverão ser afinados através da validação (e possível alteração) dos pressupostos admitidos e de uma análise mais detalhada no seio de cada território educativo, permitem concluir pela necessidade de racionalização da atual rede de estabelecimentos que ministram o EB1. A hipótese de encerramento de alguns desses estabelecimentos deve ser encarada na dupla ótica da promoção da eficiência da rede escolar e da melhoria das condições pedagógicas oferecidas, sempre em articulação com as

intervenções que venham a ser propostas para o EBE, revelando-se especialmente pertinente avaliar a oportunidade de criação de Centros Escolares no concelho.

Relativamente aos **2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (EB2/3)**, verifica-se que a população escolarizável (i.e. população residente com 10 aos 14 anos de idade) registou um aumento de - 11,5% entre 1991 e 2001 (tabela seguinte). Contudo de 2001 a 2011 estima-se que tenha havido uma diminuição de 10% deste grupo etário. As estimativas produzidas para o horizonte temporal do novo PDM apontam para que haja um aumento de 6% até 2016 tendência que se irá alterar até 2021 decrescendo população 17%.

Analisando os equipamentos existentes e a sua distribuição, percebemos que nem todas as freguesias estão dotadas destas escolas, nomeadamente São Gonçalo e Sé (em 2011, a Sé constitui a freguesia com menos população dos 10 aos 14 anos e São Gonçalo apenas a 4ª freguesia com menos população deste grupo etário).

Neste nível de ensino nota-se que existe também uma grande disparidade de número médio de alunos por estabelecimento tendo a freguesias do Monte um número médio de 114 alunos, enquanto que a freguesia de São Pedro apresenta em 2010/2011 1963 alunos inscritos, no estabelecimento de 2º e 3º ciclo existente.

Comparando o número de alunos inscritos por freguesia e a população escolarizável dos 10 aos 14, nota-se que nas freguesias do Monte, Santo António, São Martinho e São Roque o número de alunos inscritos é inferior à população escolarizável do 2º e 3º ciclo, enquanto que nas restantes freguesias se passa oposto. Ao nível do concelho, existem bastante mais alunos inscritos no 2º e 3º ciclos do que a população escolarizável dos 10 aos 14, o que revela que a oferta será a partida mais do que suficiente para a população concelhia, permitindo que venham alunos de outros concelhos. Contudo, as justificações para tais dados não serão assim tão lineares sendo de referir a elevada taxa de retenção do 2º (8,2%) e 3º ciclo (15,2%), em 2008/2009 que ajuda a perceber a diferença entre os alunos inscritos e a população escolarizável.

**Tabela 44 – Alunos e estabelecimentos do 2º e 3º ciclo em 2010/2011**

Equipamentos de Ensino	2º e 3º ciclo			População residente 10 -14	
	nº estab.	nº alunos	alunos/estab	2001	2011*
Imaculado Coração de Maria	1	1124	1124,0	411	370
Monte	2	228	114,0	538	484
Santa Luzia	3	879	293,0	349	314
Santa Maria Maior	3	1298	432,7	803	723
Santo António	1	663	663,0	1567	1410
São Gonçalo	0	0	0,0	400	360
São Martinho	1	1024	1024,0	1455	1310
São Pedro	1	1963	1963,0	364	328
São Roque	2	536	268,0	664	598
Sé	0	0	0,0	97	87
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>7460</b>	<b>532,9</b>	<b>6648</b>	<b>5968</b>

Fonte: INE, Censos 2001, CMF, SREC-DRPRE e estimativas conforme capítulo 2

A taxa bruta de escolarização do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) em 2008/09 era 160%, valor que poderá indiciar capacidade de atracção de alunos exteriores ao concelho e/ou insucesso escolar. Admitindo que, em condições normais, cada turma do EB2 deveria possuir entre 24 a 30 alunos e que a cada turma corresponde uma sala, pode considerar-se que as necessidades globais do lado da oferta seriam genericamente satisfeitas em 2011 com 198 a 248 salas. Em termos prospetivos, e de acordo com as projeções efetuadas este número teria que aumentar para 211 a 264 salas em 2016, sendo que em 2021 já só seriam necessárias 176 a 220 salas.

Finalmente, e em relação ao **Ensino Secundário (ES)** e, por extensão, ao **Ensino Profissional (EP)**, verifica-se que a população escolarizável (i.e. população residente com 15 a 19 anos de idade) registou um decréscimo de -27% entre 1991 e 2001 (ver quadro seguinte), continuando a decrescer até 2011, embora de forma mais lenta (19%). As estimativas produzidas para o horizonte temporal do novo PDM apontam para a continuação dessa trajetória no período 2011/2021, diminuindo a população dos 15 aos 19 anos cerca de 8% até 2016 e 2% até 2021, denotando-se uma tendência progressiva para a estagnação deste grupo de população escolarizável.

Analisando os alunos inscritos no ensino secundário e a população escolarizável dos 15 aos 19 (não tínhamos disponível a população apenas dos 15 aos 17 anos, que frequenta à partida o ensino secundário), no concelho, percebe-se que a existe mais população do que alunos inscritos nas 6 escolas com ensino secundário do Funchal. Contudo, se tivermos em conta que existem alunos a frequentar o ensino profissional o número de alunos inscritos no concelho passa a exceder a população escolarizável dos 15 aos 19 anos. Torna-se ainda mais difícil neste nível de ensino fazer estimativas sobre a oferta e procura se tivermos ainda em consideração que este nível de ensino não é ainda de frequência obrigatória.



Relativamente à distribuição dos equipamentos escolares deste nível de ensino pelas freguesias, verifica-se que apenas as freguesias de Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, Santa Maria Maior e São Martinho estão equipadas a este nível, embora não sejam estas as freguesias com mais população escolarizável dos 15 aos 19 anos. São as escolas de Santa Luzia e Santa Maria Maior que têm o número médio de alunos por estabelecimentos mais elevado.

Quase todas as freguesias estão dotadas com o nível do ensino profissional, com excepção da freguesia de Imaculado Coração de Maria, Monte e São Gonçalo. As freguesias onde há mais alunos inscritos no ensino profissional são as de São Martinho e Santa Maria Maior.

**Tabela 45 – Alunos e estabelecimentos ensino secundário em 2010/2011**

Equipamentos de Ensino	Secundário e Profissional					População residente 15 -19	
	nº estab secundário	nº estab ens. prof.	nº alunos secundário	nº alunos ens. Prof	alunos/estab secundário	2001	2011*
IC de Maria	1		525	50	525,0	448	363
Monte	1		0	0	0,0	615	498
Santa Luzia	2	3	2295	114	1147,5	395	320
Santa Maria Maior	1	3	2012	591	2012,0	937	759
Santo António	0	1	0	46	0,0	1874	1518
São Gonçalo	0		0	0	0,0	540	437
São Martinho	1	2	274	384	274,0	1637	1326
São Pedro	0	1	0	70	0,0	534	433
São Roque	0	1	0	90	0,0	810	656
Sé	0	2	0	279	0,0	113	92
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>5106</b>	<b>1624</b>	<b>851,0</b>	<b>7903</b>	<b>6400</b>

Fonte: INE, Censos 2001, CMF, SREC-DRPRE e estimativas conforme capítulo 2

Em 2008/2009 a taxa bruta de escolarização no ensino secundário era de 236% taxa que revela uma grande procura vinda, eventualmente, de outros concelhos, de população mais velha a frequentar o ensino secundário ou uma elevada taxa de retenção.

Admitindo que, em condições normais, cada turma do ES deveria possuir 30 alunos e que a cada turma corresponde uma sala, pode considerar-se que as necessidades globais do lado da oferta seriam genericamente satisfeitas com 213 salas em 2011. Em termos prospetivos, e admitindo que são observados os pressupostos inicialmente adotados ao nível da projeção da procura, em 2016 seriam necessárias apenas 196 salas e em 2021 mais 12 que em 2016.

Os resultados assim obtidos, que deverão ser afinados através da validação/alteração dos pressupostos admitidos, permitem concluir pela relativa adequação da oferta de ES actualmente existente no concelho.

A redução demográfica irá continuar, pelo que, esgotado o efeito do crescimento da escolaridade obrigatória para 12 anos (até aos 18 anos de idade), se iniciará uma quebra substancial da procura, permitindo adaptações dos espaços (hoje de aulas) nos estabelecimentos para outros efeitos. Será este tipo de intervenções de reformulação e modernização que serão determinantes nos próximos anos.

No caso do **ensino superior** a oferta é, à partida insuficiente, sendo a taxa de escolarização em 2008/2009 de 26,6%.

Assumindo as diretrizes definidas nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, na componente referente aos equipamentos de ensino, revela-se difícil estabelecer o número de equipamentos necessários para cada nível de ensino (tendo como suporte a população base), dado que os intervalos de população para cada estabelecimento escolar serem muito grandes, bem como o do mínimo e máximo de crianças permitido em cada estabelecimento escolar.

**Tabela 46 - Normas para a programação e caracterização dos equipamentos de ensino**

Tipo de equipamentos de ensino	Área de influência	População Base
Jardins-de-infância (JI)	15 min a pé /20 min transp público(escola-casa)	900-3600 hab 20-150 crianças
Escola básica 1º ciclo (EB1)	1/1,5km e 15/30 min a pé /40 min transp público (escola-casa)	2000-4500 hab 80-300 crianças
Escola básica 1º ciclo/jardim de infância (EB1/JI)	ver os do JI e EB1	JI: 900-1800hab 20-75 crianças
Escola básica 2º e 3º ciclo (EB 2/3)	1,5/2,2km e 30/45 min a pé /60 min transp público(escola-casa)	3800-7900 hab (max recomendado 6300)
Escola básica integrada 1º,2º e 3ºciclo (EBI)	ver valores de EB1 e EB2/3	1º C: 2000-3000hab 80-200 crianças 2º/3ºC:3800-4700 hab 240-450 crianças
Escola básica integrada 1º,2º e 3º ciclo/Jardim-de-infância (EBI/JI)	ver valores de JI, EB1 e EB2/4	JI: 1800hab 40-75 crianças 1º C: 2000-3000hab 80-200 crianças
Escola Secundária (ES)	2/3km e 30/50 min a pé /60 min transp público(escola-casa)	12500/13300 - 24000 - 25600 hab 390-1170 crianças

Fonte: DGOTDU (2002), Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos

Numa próxima fase, procurar-se-á cruzar a área de influência dos equipamentos escolares com a localização da população e densidades preconizadas na proposta, para avaliar a dotação e os investimentos a fazer no concelho a este nível, após a adequação dos dados georreferenciados constantes do GeoFunchal a esta análise. De qualquer modo, constituem critérios a considerar

na localização de equipamentos de ensino, a proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população e outros equipamentos, bem como a rede de transportes públicos.

## 7.3. Equipamentos de Saúde

### 7.3.1. Caracterização da Oferta

No ano de 2003 foi criado o Serviço de Saúde da RAM, EPE – SESARAM, EPE (Decreto Legislativo Regional nº 9/2003/M de 27 de Maio, cujo regime e orgânica foi alterado pelo Decreto Legislativo Regional Nº23/2008/M, de 23 de Junho de 2008), pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede no Funchal e que integra uma estrutura hospitalar de natureza central e diversos agrupamentos de centros de saúde que reúnem 54 centros de saúde locais e concelhios e que tem como missão funcionar como dispositivo articulador, na base de complementaridade, dos centros de saúde e dos hospitais e como instância de planeamento de recursos, cabendo-lhe a prestação de cuidados aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais.

De acordo com o Plano Estratégico desta instituição, o “*contexto insular e ultraperiférico onde se realiza a missão do SESARAM, E.P.E. e a recente subscrição por Portugal da Carta Europeia dos sistemas de saúde (Carta de Tallin) determinam que o seu desempenho, para além de eficaz e eficiente, melhore a saúde das populações, desiderato para o qual é necessário o empenho de todos os profissionais envolvidos*”.

Atualmente, no concelho do Funchal, a rede de serviços de prestação de cuidados de saúde é composta por um hospital central, um agrupamento de centros de saúde concelhio e uma rede de outras unidades de cuidados complementares de saúde.

Ao nível dos **cuidados de saúde primários**, a rede neste concelho integra cinco Centros de Saúde, a saber:

- *Centro de Saúde do Bom Jesus* (freguesia de Santa Luzia) onde são disponibilizados à comunidade os seguintes cuidados de saúde: medicina familiar (saúde infantil, saúde do adolescente, saúde do adulto, saúde do idoso, visitas domiciliárias), atividades de enfermagem (consulta de enfermagem, vacinação, pensos, tratamentos e injeções, visitas domiciliárias, curativas, profiláticas) e programas de saúde (alcoologia, cessação tabágica, cinesioterapia respiratória, nutrição, saúde da mulher, saúde do adolescente, saúde escolar, saúde mental, saúde oral, psicologia, terapia da fala e serviço social);

- *Centro de Saúde da Nazaré* (freguesia de São Martinho) que oferece aos seus utentes cuidados de saúde como consultas médicas e de enfermagem (em saúde materna, saúde infantojuvenil, planeamento familiar, revisão de puerpério, saúde do adulto e saúde do idoso), sessões de preparação pré-parto, sessões de recuperação pós-parto, vacinação, pensos, tratamentos e injeções, educação para a saúde nas escolas e na comunidade, psicologia, consultas domiciliárias médicas, consultas domiciliárias de enfermagem, visitas domiciliárias curativas e profiláticas, alcoologia, terapia ocupacional, rastreio do cancro do colo do útero, enfermagem de reabilitação, enfermagem de saúde mental e consultas de nutrição;
- *Centro de Saúde de São Roque* (freguesia homónima) onde são disponibilizados à comunidade os seguintes cuidados de saúde: medicina familiar, saúde infantil, saúde juvenil, saúde do adulto, saúde do idoso, planeamento familiar, saúde materna, preparação pré-parto, revisão de puerpério, recuperação pós-parto, consulta de enfermagem, educação para a saúde, vacinação, pensos, tratamentos e injeções, nutrição, psicologia, consultas domiciliárias, visitação domiciliária, alcoologia, terapia da fala, rastreio da retinopatia diabética, rastreio do cancro do colo do útero e anti coagulação oral;
- *Centro de Saúde de Santo António* (freguesia homónima), com os seguintes cuidados de saúde: medicina familiar, saúde infantil, saúde juvenil, saúde escolar, saúde do adulto, saúde do idoso, planeamento familiar, saúde materna, preparação pré-parto, revisão de puerpério, recuperação pós-parto, consulta de enfermagem, educação para a saúde, vacinação, pensos, tratamentos e injeções, nutrição, psicologia, consultas domiciliárias, visitação domiciliária, alcoologia, terapia ocupacional, terapia da fala, rastreio da retinopatia diabética, rastreio do cancro do colo do útero, anti coagulação oral e consulta de ortopedia/ patologia da coluna (mensal);
- *Centro de Saúde do Monte* (freguesia homónima), com as seguintes valências: medicina familiar, saúde infantil, saúde juvenil, saúde escolar, saúde do adulto, saúde do idoso, planeamento familiar, saúde materna, preparação pré-parto, revisão de puerpério, recuperação pós-parto, consultas de enfermagem, vacinação, pensos, tratamentos e injeções, nutrição, psicologia, consultas domiciliárias, visitação domiciliária, alcoologia, colheita de produtos para análises clínicas e rastreio do cancro do colo do útero.

Por seu turno os **cuidados de saúde secundários** (que asseguram os internamentos de longa ou curta duração e a consulta externa de diversas especialidades) são garantidos pelo *Hospital Central do Funchal* que abarca as unidades hospitalares de Cruz de Carvalho (Hospital Dr. Nélio Mendonça) e dos Marmeleiros.

O *Hospital Cruz de Carvalho* dispõe de serviço de urgência (geral, pediátrica e obstétrica e ginecológica), de Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, bloco operatório e serviço de sangue, três unidades de apoio clínico (desenvolvimento da criança, nutrição e dietética,

estritamente articulado com os serviços dos centros de saúde, e medicina hiperbárica) e serviço de consulta externa (nas diversas especialidades). As especialidades disponíveis nesta unidade hospitalar são, atualmente: alergologia, anatomia, anestesia, cardiologia, cardiologia infantil, cirurgia, cirurgia cardio-torácica, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica, cirurgia vascular, desenvolvimento e intervenção precoce, endocrinologia pediátrica, estomatologia, gastroenterologia, ginecologia, hemato-oncologia, imuno-hemoterapia, medicina física e reabilitação, medicina física e reabilitação pediátrica, neurocirurgia, neurologia, neurologia pediátrica, nutrição, obstetrícia, oftalmologia, ortopedia, ortopedia pediátrica, otorrinolaringologia, pediatria, psiquiatria, psicologia, psicologia pediátrica, terapêutica da dor e urologia. Esta unidade hospitalar localiza-se no centro urbano da cidade, mais concretamente na freguesia de São Pedro.

Já o *Hospital dos Marmeleiros*, situado na freguesia de Monte, apresenta um menor número de valências médicas, especificamente infeciosas, dermatologia, endocrinologia, medicina interna, pneumologia, consulta do sono e consulta de cessação tabágica.

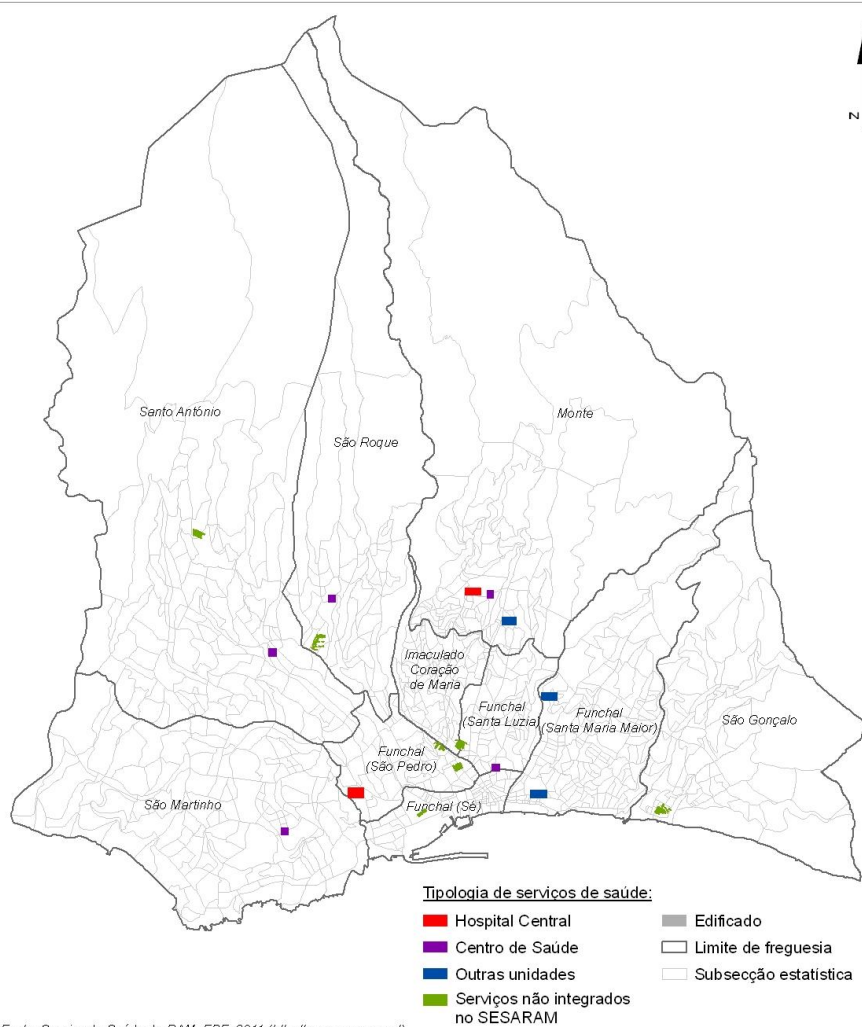
Para além desta rede de prestação de cuidados de saúde primários e secundários, existem atualmente no concelho do Funchal três distintas **unidades de cuidados complementares e especializados de saúde**, concretamente:

- A *unidade Dr. João de Almada* (freguesia do Monte), que enforma a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI), estrutura de apoio constituída por serviços de apoio ao domicílio e de internamento de curta, média e longa duração, que prestam conjuntamente cuidados de saúde e de apoio social, promovendo a autonomia dos seus utentes (projeto-piloto criado em 2004);
- O *Centro Dr. Agostinho Cardoso* (freguesia de Santa Maria Maior), eixo coordenador da organização antituberculosa na RAM e que tem como missão a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e o controlo de qualquer forma clínica de tuberculose, realizando para isso ações que possibilitam o diagnóstico precoce da tuberculose, nomeadamente o rastreio passivo (aquele em que o utente, por iniciativa própria, recorre ao médico devido ao sintomas que o afetam) e o rastreio ativo (aquele em que a iniciativa do rastreio parte do Centro e é dirigida aos grupos de risco);
- O *Centro de Santiago* (freguesia de Santa Maria Maior), uma unidade de tratamento da toxicod dependência integrado no Departamento de Saúde Mental da RAM e que tem à sua responsabilidade o tratamento, a reinserção e a redução de riscos e minimização de danos.

Esta rede pública de prestação de cuidados de saúde é ainda complementada por uma série de outros serviços e equipamentos de saúde (de natureza privada ou associativa) que apesar de não estarem integrados nesta rede se revelam importantes do ponto de vista da oferta de cuidados de saúde nesta região, como são os casos das diversas clínicas privadas, ordens/casas de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.

No cartograma seguinte apresenta-se a distribuição territorial destes diversos equipamentos de saúde sob a tutela do SESARAM, EPE, bem como dos outros de cariz privado ou associativo.

**Figura 24 – Localização dos equipamentos de saúde existentes no concelho do Funchal**



Fonte: Serviço de Saúde da RAM, EPE, 2011 (<http://www.sesaram.pt>)

Fonte: CMF, GeoFunchal, Serviço de Saúde da RAM, EPE (2001), tratamento Quatenaire Portugal

Constata-se assim que as duas unidades que constituem o Hospital Central da Madeira se localizam nas freguesias de São Pedro e Monte, e que ao nível dos centros de saúde as freguesias de Imaculado Coração de Maria, Santa Maria Maior, São Gonçalo, São Pedro e Sé, não dispõem deste tipo de equipamento. A rede do serviço nacional de saúde neste território “fecha-se” com as três unidades de cuidados complementares e especializados de saúde, localizadas nas freguesias de Santa Maria Maior (duas) e Monte, na envolvente à unidade hospitalar dos Marmeleiros.

### 7.3.2. Caracterização da Procura

O exercício de caracterização da procura atual de equipamentos de saúde deveria basear-se em informação relativa aos utentes inscritos nos centros de saúde existentes neste território procedendo-se à análise retrospectiva de informação estatística oficial e à apreciação das implicações decorrentes dos cenários prospetivos de crescimento demográfico preparados pela equipa técnica destes estudos de revisão para o PDMF. Contudo, na sua ausência à data do relatório, o estudo foi desenvolvido com base no nº de consultas por habitante.

Neste contexto, uma primeira aproximação de carácter mais abrangente pode ser concretizada através da análise da evolução da população residente total no concelho, a qual, de acordo com as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, fornece a base fundamental para o dimensionamento da oferta de equipamentos de saúde (veja-se capítulo 2).

Como se pode constatar a partir dos elementos apresentados, o cenário de evolução demográfica projetado aponta para a redução do efetivo populacional residente no concelho entre 2001 e 2021, prolongando assim a tendência pesada da década anterior, apesar de menos acentuada. Muito embora estes valores apontem para uma retração absoluta da procura potencial deste tipo de equipamentos, será de referir que o número de consultas por habitante realizadas em 2008 nos hospitais do Funchal era de 5,3 tendo aumentado 23% face a 2005, quando este valor era de 4,3. Caso a variável consultas per capita mantivesse até 2021 a taxa média de crescimento anual observada no período 2005-2008, o número de consultas nos hospitais do Funchal por habitante seria em 2011 de 6,5 consultas e em 2020 de 12 consultas por habitante. Contudo, e face às diretrizes que a política pública de saúde atual tem vindo a emanar, de incentivo ao recurso às unidades de cuidados de saúde primárias, será de prever uma redução da taxa de crescimento das consultas nas unidades hospitalares que dão corpo ao Hospital Central da Madeira.

Por seu turno, os centros de saúde (que em 2008 eram apenas 4) registaram no ano de 2008 140.129 consultas, representando um acréscimo de 68% relativamente a 2005 (83.435). Estes números não permitem assim aferir com precisão a evolução da procura destas unidades de cuidados de saúde primária, dado que ao crescimento do número de consultas é contraposta a tendência para redução do número do efetivo populacional servido. A somar a esta equação terá que entrar ainda a tendência para o envelhecimento gradual da população residente, que poderá contribuir para o aumento de consultas por habitante.

Analisando a distribuição dos centros de saúde e a respetiva área de influência à luz dos critérios de localização e dimensionamento de infraestruturas deste género estabelecidos nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, pode constatar-se que as duas freguesias mais populosas estão dotadas com centro de saúde (Santo António e

São Martinho que representam cerca de 40% da população residente). O mesmo não se pode afirmar para a terceira freguesia mais populosa, Santa Maria Maior, onde não existe qualquer unidade de cuidados de saúde primários, estando por isso na área de influência do centro de saúde de Santa Luzia (Centro de Saúde do Bom Jesus), unidade mais central da cidade do Funchal e que serve, para além da população residente nesta freguesia, uma parte significativa dos residentes do quadrantes nascente do concelho, mais concretamente das freguesias da Sé, de São Pedro e de São Gonçalo.

Centrando esta análise na distribuição territorial destes equipamentos e na população residente, a maior carência ao nível da dotação de centros de saúde parece estar precisamente nesta zona nascente da cidade e do concelho. Contudo, a decisão final de se avançar para a construção de um novo equipamento não caberá à autarquia, mas sim à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais a quem compete assegurar as ações necessárias à formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, e exercer, em relação aos serviços e instituições públicos das áreas da saúde, funções de direção, regulamentação, planeamento, financiamento, orientação, acompanhamento, avaliação, auditoria e inspeção, nos termos da lei.

Em sede de revisão de PDM importará destacar alguns critérios inerentes à programação de novos centros de saúde, sejam critérios de programação, de dimensionamento ou de localização:

- a área de construção destes equipamento deverá ser adequada à população servida, variando deste os 1.100m<sup>2</sup> para uma população servida de 6.000 habitantes, até aos 2.100m<sup>2</sup> para uma população servida de 30.000 habitantes;
- deverá, preferencialmente, situar-se em rés-do-chão, com alguma zona exterior envolvente e dispor de parque automóvel com lugares reservados para deficientes junto da entrada;
- a rede de centros de saúde deverá estar devidamente articulada tendo em vista a constituição de unidades que assegurem a continuidade na prestação de cuidados de saúde;
- para além de serem asseguradas condições favoráveis de acessibilidade física a estes equipamentos (automóvel, pedonal e em transporte público), será desejável a proximidade a outros equipamentos sociais e estabelecimentos de ensino, com os quais deve manter relações de complementaridade.

De acordo com o já citado referencial emanado da DGOTDU em 2002, será precisamente nos dois últimos critérios que os municípios poderão ter mais responsabilidade, uma vez que está prevista a intervenção e participação no processo de tomada de decisão das autarquias no processo de localização de centros de saúde.



## 7.4. Equipamentos de Apoio Social

### 7.4.1. Caracterização da Oferta

A oferta de equipamentos e serviços no domínio do apoio social existente no concelho do Funchal é fundamentalmente protagonizada por instituições particulares de segurança social (IPSS), pela CMF e pelas Juntas de Freguesia. Às entidades de governação local cabe ainda um importante papel de criação de condições de suporte à respetiva atividade destes equipamentos, seja através da cedência de terrenos, seja à própria construção e gestão.

Esta oferta apresenta uma notória concentração em torno das valências direcionadas para o apoio à população jovem e idosa, uma vez que mais de 70 dos quase 100 equipamentos de apoio social se dirigiam em 2005 para estes públicos, sendo de menor grau as respostas sociais orientadas para outros segmentos da população, como será o caso dos ativos desempregados. De facto, tendo em linha de conta os principais equipamentos recenseados no território concelhio em 2005 (ver quadro seguinte), podemos referir que são mais de 40 os equipamentos vocacionados para crianças e jovens, com claro predomínio das creches (35 creches que se distribuem de forma equilibrada pelo território funchalense). Mais residualmente existem ainda dois centros de ATL (82 utentes em 2006, de acordo com dados da CMF), um centro de apoio psicopedagógico, seis lares de acolhimento de crianças e jovens (180 utentes) e um centro de acolhimento temporário (33 utentes).

Orientados para a população idosa, o concelho do Funchal apresenta cerca de 30 equipamentos de apoio social, de tipologia diferenciada, como são os casos dos lares de idosos (10 equipamentos distribuídos por todo o concelho à exceção das freguesias de Imaculado Coração de Maria, Santa Maria Maior e Santo António), dos centros de dia (igualmente 10, não se encontrando qualquer um nas freguesias de Imaculado Coração de Maria e Santa Maria Maior) ou dos centros de convívio (num total de 9), apesar de estes não serem exclusivamente direcionados para a população idosa (dentro desta tipologia destacam-se as freguesias de Monte, São Gonçalo e Sé como não servidas). Segundo dados de 2005, podemos referir que os centros comunitários tinham 490 utentes, os centros de convívio 142 utentes e os lares de idosos 683 utentes. Existe ainda um centro de dia com 27 utentes e dois refeitórios sociais com 590 utentes.

**Tabela 47 – Equipamentos de apoio social, por tipologia e freguesia, no concelho do Funchal em 2005**

Equipamentos de Apoio Social	IC de Maria	Monte	Santa Luzia	S <sup>a</sup> M <sup>a</sup> Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
------------------------------	-------------	-------	-------------	-------------------------------------	---------------	-------------	--------------	-----------	-----------	----	-------

Creche	1	2	3	3	7	2	7	7	1	2	35
Centro de ATL	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Centro Comunitário	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	4
C. de Acolhimento Temporário	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
C. de Apoio Psicopedagógico	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Centro de Convívio	1	-	-	1	2	-	1	2	2	-	9
Centro de Dia	-	2	1	-	1	1	1	1	2	1	10
Centro de Emprego	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centro de Noite	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Clube de Emprego/UNIVA	1	-	1	-	1	-	3	3	-	1	10
Lar de Crianças e Jovens	-	-	-	2	1	-	1	-	-	2	6
Lar de Idosos	-	2	1	-	-	2	1	2	1	1	10
Refeitório/Cantina Social	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2
Residência para Idosos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Unidade de Emergência	-	-	-	2	-	-	1	-	-	1	4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>97</b>

Fonte: DRE (Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2005)

Os restantes equipamentos orientam-se para o apoio à população ativa desempregada e carenciada, com destaque para as cantinas sociais, UNIVA (Unidades de Inserção na Vida Activa) e unidades de emergência social.

## 7.4.2. Caracterização da Procura

O exercício de caracterização da procura potencial no domínio dos equipamentos de apoio social foi baseado na análise retrospectiva de informação estatística oficial de cariz demográfico, bem como na apreciação das implicações decorrentes dos cenários prospetivos de crescimento demográfico preparados pela equipa técnica. Tendo em conta a tipologia de equipamentos considerada no ponto anterior, restringiu-se esse exercício à população até 4 anos de idade

(inclusive) e à população com 65 e mais anos (ver gráfico 9), cobrindo assim os extremos da pirâmide etária do efetivo demográfico local e grande parte do público servido por estes equipamentos. Complementarmente, e muito embora apenas se disponha de informação para 2001, procedeu-se ainda ao confronto daqueles elementos com a procura efectiva registada nos equipamentos atualmente existentes.

Assim, no que respeita à população até 4 anos de idade (inclusive), a evolução registada entre 1991 e 2001 foi marcada por uma retração cifrada em 26% sendo nesta última data composta por um efetivo de 2.691 indivíduos. As perspetivas de crescimento no horizonte temporal do novo PDM (ano de 2021), obtidas através do exercício prospetivo realizado pela equipa técnica, apontam para um crescimento de 25% de 2001 a 2006 sendo todos os outros períodos de decréscimo da população dos 0 a 4 anos: -16% de 2006 a 2011, -22% de 2011 a 2016 e -17% de 2016 a 2021.

Em 2010/2011 inscreveram-se 1876 crianças, dos 0 aos 3 anos, nas 35 creches existentes no concelho, o que dá uma média de 54 crianças por creche.

Para avaliar a relação entre oferta e procura, seria necessário saber qual a população escolarizável, dos 0 aos 3, em 2011. Sendo que apenas se dispõe de dados, projetados, da população do grupo dos 0 aos 4 anos, que será em 2011 de 2831 crianças, estima-se que a população dos 0 aos 3 anos corresponda a  $\frac{3}{4}$  desta população, ou seja 1869 crianças.

Comparando assim o número de crianças inscritas com a população escolarizável dos 0 aos 3 anos, percebe-se que a estão inscritos nas creches mais do que o número de crianças existentes, havendo provavelmente crianças de outros concelhos a frequentar as creches do Funchal.

Contudo, o número de inscritos nas creches não é suficiente para percebermos se as creches estão já na sua capacidade máxima. Na ausência de dados sobre número de salas existentes em cada creche, optou-se por fazer uma aproximação da capacidade de utilização destes equipamentos, atendendo aos critérios de dimensionamento definidos nas normas antes referidas.

Considerando que existem 35 creches e que cada uma delas pode/deve albergar 5 a 35 crianças, a capacidade destas deverá estar à partida entre 175 e 1225 crianças, donde se pode deduzir que a oferta existente não é suficiente para as 1876 crianças inscritas no concelho em 2010/2011 (taxa de utilização de 153%).

No entanto, se atendermos a diminuição projetada de 35% entre 2011 e 2021 para este grupo etário, o número de crianças será de apenas 786 crianças, ( $\frac{3}{4}$  do grupo etário dos 0 aos 4 anos), donde resulta a possibilidade de se equacionar a manutenção de algumas creches.

**Tabela 48 – Número de alunos inscritos nas creches do concelho em 2010/2011**

Equipamentos de Apoio Social	IC de Maria	Monte	Santa Luzia	S <sup>a</sup> M <sup>a</sup> Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
------------------------------	-------------	-------	-------------	-------------------------------------	---------------	-------------	--------------	-----------	-----------	----	-------

Creche	67	56	90	316	353	48	496	317	20	113	<b>1876</b>
--------	----	----	----	-----	-----	----	-----	-----	----	-----	-------------

Fonte: SREC-DRPRE, 2010/2011

No que diz respeito aos ATL, segundo os dados disponíveis existiam em 2005 dois ATL, nas freguesias de Imaculado Coração de Maria e Santa Maria Maior com um total de 82 utentes. Este tipo de equipamentos, segundo as normas de programação é destinado a crianças a partir dos 6 anos e a jovens, até aos 18 anos, tendo como área de influência a freguesia e uma população base 2.000 habitantes. Assim, e tendo em conta estas normas e a evolução projetada da população concelhia até 2021 seriam necessários mais 7 ATL no concelho do Funchal.

**Tabela 49 – Evolução da população concelhia de por freguesia (2001-2021)**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001e estimativas conforme capítulo 2

Anos	IC de Maria	Monte	Santa Luzia	Sª Mª Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
<b>2001</b>	6.951	7.444	6.695	13.968	21.931	7.232	20.637	7.681	9.274	2.148	103.961
<b>2006*</b>	7.034	7.533	6.775	14.136	22.194	7.319	20.885	7.773	9.385	2.174	105.158
<b>2011*</b>	6.979	7.474	6.722	14.024	22.019	7.261	20.720	7.712	9.311	2.157	104.369
<b>2016*</b>	6.895	7.384	6.641	13.856	21.754	7.174	20.471	7.619	9.199	2.131	102.727
<b>2021*</b>	6.619	7.089	6.375	13.301	20.884	6.887	19.652	7.314	8.831	2.045	99.805

Continuando a análise dos equipamentos sociais de resposta à população jovem, importa referir que o concelho dispõe de 6 lares para crianças e jovens, que tinham em 2005, 161 utentes. Sendo a média de utentes desejável para este tipo de equipamentos, segundo as normas para a programação e caracterização, de 10 a 20 utentes, conclui-se que estes se encontram sobrelotados, uma vez que a média de utentes por estabelecimento ronda as 27 crianças, sendo por isso necessário um reequacionamento da rede, tendo no entanto em conta que a população deste grupo etário (5 aos 19 anos) tenderá a diminuir, passando de 18.810 indivíduos em 2011 para 15.788 em 2021, menos 16%.

Neste mesmo ano de 2005 existiam também no concelho dois centros de acolhimento temporário de crianças e jovens em risco, que registavam um total de 34 utentes, estando a sua taxa de utilização ligeiramente acima do desejado, que ronda os 20 utentes, de acordo com as normas referidas. Neste tipo de equipamentos é difícil avaliar a necessidade de um maior ou menor número de equipamentos, pois a existência destes é muito dependente do tipo de problemas sociais existentes no concelho.

Relativamente à população com 65 e mais anos de idade, conclui-se pela leitura do gráfico anterior que a população idosa no concelho do Funchal foi marcada por um crescimento cifrado em 12% entre 1991 e 2001, sendo nesta última data composta por um efectivo de 14.526 indivíduos. À exceção do decréscimo de 3% verificado entre 2001 e 2006, nos restantes períodos a população idosa tenderá a aumentar, esperando-se que represente em 2021 17% da população residente neste território, mais 3% que em 2011. Este aumento da população

idosa no concelho do Funchal terá implicações no dimensionamento da rede de serviços de apoio à terceira idade, revelando a necessidade de proceder muito provavelmente à sua expansão nos próximos anos.

Como já foi referido, o concelho do Funchal dispõe de 9 centros de convívio, não estando as freguesias de Monte, Santa Luzia, São Gonçalo e Sé dotadas destes equipamentos, tendo em contrapartida as freguesias de Santo António, São Pedro e São Roque dois centros de convívio cada. De acordo com o referencial da DGOTDU para a programação de equipamentos coletivos, cada freguesia deveria possuir um centro de convívio, muito embora a sua necessidade varie conforme o número de idosos existente. Assim, apesar de as freguesias sem estas estruturas serem as menos populosas do concelho, importa ter em conta que as projeções demográficas para 2021 revelam um aumento significativo do número de idosos podendo justificar-se a criação de centros de convívio nestas freguesias.

Os 10 lares de idosos existentes estão distribuídos por todas as freguesias à exceção de Imaculado Coração de Maria e Santa Maria Maior, somando, em 2005, 683 utentes. Se tivermos em consideração que os critérios de dimensionamento apontam para um número médio de 30 a 40 pessoas por lar, pode concluir-se, numa primeira abordagem, pela sobrelotação dos mesmo e pela necessidade de equacionar a criação de mais equipamentos desta natureza.

As freguesias de Imaculado Coração de Maria e Santa Maria Maior são as piores servidas em termos de equipamentos de apoio a idosos sendo que se encontram em melhor posição as freguesias de Santo António São Pedro e São Roque.

**Tabela 50 – Normas para a programação e caracterização dos equipamentos de apoio social**

Tipo de equipamentos de Apoio Social	Área de influência	População Base
Creches	freguesia	5000 hab
Creche e Jardim-de-infância	freguesia	200 crianças
Centro de ATL	freguesia	2000 hab
Lar para crianças e jovens	distrito ou concelho	consoante população do distrito
centro de acolhimento temporário (CAT)	distrito ou concelho	consoante população do distrito
Centro de apoio socio-educativo	concelho	
Lar de apoio	distrito ou concelho	consoante necessidades
centro de atividades ocupacionais	distrito ou concelho	consoante necessidades
lar residencial para jovens e adultos	distrito ou concelho ou país	consoante necessidades
centro de convívio	freguesia	consoante numero de idosos
centro de dia	freguesia	consoante numero de idosos
lar de idosos	concelho	consoante numero de idosos
lar e centro de dia	concelho	consoante numero de idosos
residência	concelho	consoante numero de idosos
centro de noite	concelho	consoante numero de idosos

Fonte: DGOTDU (2002), Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos

## 7.5. Equipamentos Culturais

Em termos de distribuição espacial dos equipamentos culturais podemos referir que as freguesias da Sé, Santa Maria, Santa Luzia e São Martinho são as freguesias com mais equipamentos culturais, sendo as freguesias de São Gonçalo e Imaculado Coração de Maria as pior servidas por estruturas deste género. Importar destacar a significativa concentração de equipamentos culturais na freguesia da Sé, devido à sua centralidade e boas acessibilidades, freguesia esta que em outros domínios tem revelado alguma sub-dotação de equipamentos colectivos de tipologias distintas.

O quadro seguinte evidencia a distribuição dos diversos equipamentos culturais e de lazer existentes no concelho em 2005, de acordo com a sua tipologia e localização (por freguesia).

**Tabela 51 – Equipamentos Culturais e de Lazer no concelho do Funchal em 2005**

Equipamentos Culturais e de Lazer		Sé	S <sup>a</sup> M <sup>a</sup> Maior	Santa Luzia	São Gonçalo	São Pedro	S. Martinho	IC de Maria	São Roque	Monte	Santo António	Total	
Equipamentos e Associações Culturais	Espaços Públicos de Interesse Cultural	Bibliotecas Públicas	1		1		3	3			3	11	
		Museus	8	4	1		4	1		1		19	
		Teatros	1	1								1	3
		Galerias de Arte	9	3			4	2					18
		Arquivos Públicos	1									2	2
		Livrarias	3	1	1		3	1				2	10
		Salas de Espectáculos	2									2	4
		Escolas de Arte	3	2	4			1					10
		Espaços Culturais Polivalentes	9								1		10
		Centros Culturais		1			4					1	6
Equipamentos e Associações Culturais	Grupos Culturais e de Recreio	Grupos Musicais, Dança e Teatro	2	4	17	1	9	6	1	4	2	4	50
		Associações de Cultura e Recreio	6	5	1	3	4	3	1	3	3	3	32
Equipamentos de Lazer	Lazer e Recreio	Cinemas	2					8				7	17
		Complexos Balneares e Praias		3				5					8
		Equipamentos de Apoio à Juventude	1		5								6
		Espaços Cibernéticos	5	4	2		1						12
		Miradouros	4	3	2	6	1	2		2	5		25
	Diversão	Discotecas	9										9
		Salões de Jogos	6	1								1	8
	Percurso	Passeios Públicos	2	1				1					4
		Levadas						1			2		3
Veredas										2		2	
Outros	10	4	2			2		2	1		21		
<b>Totais</b>		<b>83</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>10</b>	<b>33</b>	<b>35</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	<b>290</b>	

Fonte: DRE (Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2005)

Como se pode constatar pelos dados expostos no quadro acima, referentes aos equipamentos culturais que estruturam e formalizam grande parte da programação cultural do concelho, como sejam as bibliotecas, os museus, teatros e salas de espetáculos/espacos culturais polivalentes e centros culturais, verifica-se que representam apenas 30% dos equipamentos culturais do concelho do Funchal, valor que decresce para 18% se considerarmos também os equipamentos de lazer.

Ao nível das dinâmicas associativas pode dizer-se que estas se encontram disseminadas por todo o território, denotando-se a existência de uma boa dinâmica e iniciativa cultural, que é de referenciar, principalmente nas freguesias menos centrais, exercendo estas associações e grupos culturais um papel de destaque e de dinamização das populações de proximidade.

Apesar de ser da competência da CMF, tem sido o Governo Regional o responsável pela construção de diversos equipamentos. Foram identificadas pela autarquia algumas necessidades a este nível, nomeadamente a requalificação do Museu de História Natural e a construção do Museu de Arte Contemporânea (para 2011-2013). Está também identificada a necessidade de um pavilhão multiusos que já esteve prevista para junto do Tecnopolo. Contudo não estão agendados “projetos estruturantes” a este nível, excetuando-se os projetos de recuperação do Museu Vicente e a construção do respetivo arquivo e laboratório de fotografia, com sala de exposições.

Os equipamentos coletivos afetos à cultura que poderão evidenciar fragilidades, sobretudo de carácter técnico, são os centros culturais locais, onde existem pequenos auditórios que poderão necessitar de intervenções de manutenção.

## 7.6. Outros Equipamentos

Neste ponto procede-se à identificação e caracterização da oferta de equipamentos coletivos integrada em domínios complementares aos que foram analisados nos pontos precedentes, designadamente:

- serviços públicos de carácter administrativo;
- equipamentos de segurança pública e proteção civil;
- equipamentos cemiteriais e mortuários.

Em termos de equipamentos de carácter administrativo, o concelho encontrava-se dotado em 2005, de 78 equipamentos administrativos que incluem a CMF e uma Empresa Municipal, as



10 Juntas de Freguesia, 2 Cartórios notariais; repartição de Finanças; 4 Tribunais; uma Loja do cidadão e diversos serviços da administração central desconcentrada.

No que diz respeito aos equipamentos de segurança pública e proteção civil, existia em 2005 um equipamento da Polícia de Segurança Pública e um posto de Polícia no concelho, um equipamento da Guarda Nacional Republicana e dois quartéis de bombeiros, o Municipal e um dos Bombeiros Voluntários Madeirense. No que concerne às forças de segurança (PSP e GNR) de acordo com as normas para a programação de equipamentos coletivos, a cidade deveria estar dotada que deveria haver 10 esquadras/ quartéis da PSP/GNR (uma unidade por cada 10.000 habitantes). Assim, importará perceber se se trata de uma cobertura insuficiente ou se a política pública nesta matéria (competência do Ministério da Administração Interna) preconiza a concentração de recursos.

Quanto aos Quartéis de Bombeiros pode dizer-se que os critérios de programação, tendo por base a população servida, variam consoante o tipo de equipamento, que pode ser classificado de A a D, variando a população de 20.000 habitantes por quartel no tipo A, a mais de 80.000 habitantes por quartel no tipo D. Sendo assim, como se desconhece a classificação dada aos quartéis de bombeiros existentes no concelho torna-se difícil aferir se o concelho possui um boa dotação deste tipo de equipamentos de segurança.

Por último, quanto aos equipamentos de culto, nomeadamente cemitérios, igrejas e capelas, podemos ver pela tabela abaixo que todas as freguesias estão dotadas de igrejas e capelas, sendo as freguesias de Santo António e Santa Maria Maior as que registam um maior número de igrejas e a de São Martinho a que mais capelas tem. Quanto a cemitérios, este equipamento só existia, em 2005, nas freguesias de Monte, Santo António, São Gonçalo, São Martinho e Sé.

**Tabela 52 – Equipamentos de culto por freguesia, no concelho do Funchal em 2005.**

Equipamentos de Apoio Social	IC de Maria	Monte	Santa Luzia	S <sup>a</sup> M <sup>a</sup> Maior	Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro	São Roque	Sé	Total
Capelas	2	4	5	6	5	5	9	3	4	5	48
Cemitérios		1			1	1	1			1	5
Igrejas	1	5	2	6	6	1	4	4	2	5	36
Outros				2						1	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>92</b>

Fonte: CMF, 2005

## 8. SÍNTESE

### 8.1. Conclusões

O contributo da análise das condições económicas e sociais para os estudos de fundamentação da revisão do PDMF pode sintetizar-se em dois grandes fatores de evolução, cuja influência é transversal a todos os domínios de estudo considerados:

- Os resultados da projeção demográfica realizada com o referencial 2021;
- A evolução do modelo de desenvolvimento económico da RAM que tem no Funchal uma projeção de grande relevo.

Particularmente o primeiro fator de evolução exerce uma influência que se projeta também nos estudos realizados sobre a problemática habitacional e os equipamentos, determinando uma tendência esperada que irá marcar seguramente o processo de revisão do PDM. Essa tendência é compatível e converge com o que antecipámos para a evolução do modelo de desenvolvimento económico da RAM e para a sua projeção no concelho, o que assegura um elevado sentido de coerência e unidade a todo este volume.

A previsão da evolução futura da população do Funchal foi realizada com recurso ao Método das Coortes Sobreviventes tendo por base a situação da Região sendo posteriormente distribuída pelos concelhos da Região com focagem óbvia no concelho do Funchal.

A projeção realizada estimou como mais provável a manutenção do nível e natureza do saldo migratório na Região, determinando a continuidade de perda de população que, no cenário mais otimista de anulação dos fenómenos migratórios, implicaria que a população real crescesse à taxa da população natural. Estima-se que os padrões de distribuição concelhio da população tenderão a manter-se, pelo que a evolução da estrutura demográfica do Funchal acompanhará de perto a da Região. Estima-se ainda que a população jovem descerá percentualmente em 2021 para cerca de 25%, acentuando-se o peso do grupo dos 25-64 anos e registando-se um crescimento muito moderado da população idosa.

A estimativa mais realista aponta assim para um cenário de ligeira contração da população residente no Funchal que poderá ser na melhor das hipóteses de estabilização. Tendo em vista o estudo das articulações com o mercado de trabalho, estimou-se o comportamento da população potencialmente ativa. Os resultados apontam, por um lado, para uma variação positiva de cerca de 5000 pessoas entre 2001 e 2021 para a RAM e, curiosamente, um cenário de estabilização para o Funchal. Por outro lado, a análise da população com idade entre 25 e 64 anos mostra uma variação positiva de cerca de 15000 pessoas entre 2001 e 2021 para a

RAM e uma variação positiva de cerca de 2000 pessoas para o Funchal. Os resultados indiciam que as maiores pressões sobre o mercado de trabalho possam fazer-se sentir se farão nos concelhos adjacentes ao Funchal, mas dada a proximidade tenderão a projetar-se na base económica mais pujante do próprio concelho do Funchal.

O cruzamento dos resultados das projeções demográficas e do estudo específico sobre a habitação evidencia que o crescimento do parque habitacional disponibilizado para residência habitual superou expressivamente a pressão habitacional verificada, em simultâneo com uma redução sensível das situações de maior carência (fogos precários e partilha de fogos), cujo quantitativo total é em 2001 já claramente inferior ao número de fogos presentes no mercado para venda ou arrendamento. O estudo sugere ainda que, já em 2001, as carências habitacionais observadas não resultam da oferta não ser capaz de acompanhar, em termos estritamente quantitativos, a procura de novas habitações, mas antes de dificuldades de acesso ao mercado por motivos de insolvência de procura, o que aponta para a necessidade de políticas sociais específicas. Sublinhe-se que a estimativa realizada aponta para uma rápida convergência da dimensão média da família com a evolução observada no Continente.

Em resumo, os estudos apontam para a redução da pressão habitacional no concelho, a estabilização futura do número de famílias residentes, a estabilização da dimensão média da família após uma descida rápida da mesma e para a ocorrência de situações pontuais de insolvência de procura, requerendo políticas de oferta de habitação pública ou contratualizada com o sector privado a preços controlados.

Na mesma linha de tendência, a situação do concelho em matéria de equipamentos tenderá a evoluir num cenário de adaptação às condições de contração /estabilização da população residente e à evolução esperada dos principais grupos etários.

São fatores condicionadores desta evolução os seguintes:

- A já mencionada contração/estabilização da dinâmica demográfica projetada;
- O estado atual de carências e sua distribuição espacial no concelho
- A emergência de novas necessidades e procuras, com relevo para as decorrentes do próprio cosmopolitismo da Cidade e para a presença de novas dinâmicas artísticas e culturais;
- A evolução de modelos de parceria Governo Regional – Município e público-privadas para a recuperação e valorização de novos equipamentos, também aqui com especial incidência no sector da cultura.

Os estudos realizados identificam duas situações -tipo:

- O sobredimensionamento de oferta face ao volume atual e estimado da procura, cujo exemplo mais ilustrativo é o dos equipamentos educativos;

- O subdimensionamento de oferta, com relevo particular para o domínio do apoio social a idosos e para a diversificação de equipamentos desportivos.

Em convergência com estas conclusões, a análise do modelo de desenvolvimento económico da RAM e da sua projeção no concelho do Funchal aponta também para uma gestão inteligente da estabilização ou mesmo contração do núcleo fundamental responsável pelo ritmo de crescimento per capita observado na última década. A interação fundamental entre a excelência turística e as atividades de construção e imobiliárias, no âmbito da qual têm de ser adicionalmente compreendidos os contributos da vigorosa modernização infraestrutural da Região e a emergência de uma nova oferta comercial urbana revela uma tendência para a estabilização senão para a sua contração potencial.

Estima-se que o modelo poderá evoluir para uma possível e desejável maior incorporação de conhecimento e de qualificação de recursos humanos, mas em caso algum implicando a intensificação de necessidades de ocupação de espaço urbano. Quer isto significar que, do ponto de vista do enquadramento da estratégia de revisão do PDM, poderemos contar mais com um processo de estabilização ou de contração potencial, do que propriamente com uma perspetiva de crescimento do mesmo.

Nesta projeção, importará sobretudo acompanhar a evolução do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) que, embora tendendo a diminuir o seu contributo percentual para o PIB regional para valores inferiores aos que constam da estimativa realizada pelo INE para 2002 (21%), continuará a representar um relevante potencial de diversificação de base produtiva regional e de articulação de investimento estrangeiro com toda a economia terciária do concelho do Funchal, onde se situa a sede da entidade gestora (SDM). A controvérsia suscitada pela negociação em torno do alargamento dos subsídios fiscais veiculados pelo CINM não deve fazer esquecer este potencial de diversificação, de atracção de atividades com maior incorporação de conhecimento e necessidades de recursos humanos qualificados.

Os estudos realizados sustentam que esta trajetória de contração/estabilização não é necessariamente penalizadora para o concelho do Funchal, desde que seja concretizada através de um processo de gestão inteligente, que radicará sempre numa intervenção favorável à base económica concelhia.

É contudo necessário monitorizar atentamente a evolução da oferta hoteleira e sobretudo a faixa de preços em que ela se movimentará no futuro. O Funchal pode beneficiar de tendências possíveis de evolução deste modelo, particularmente da possibilidade de ele incorporar níveis mais elevados de incorporação de conhecimento e de inovação, pois será o concelho e a Cidade que apresentarão sempre um maior potencial de fixação dos recursos humanos e institucionais que poderão acompanhar essa tendência.

Esta cenarização é ainda compatível com tarefas de ordenamento industrial já previstas nas intenções de programação da CMF, embora uma das consequências do modelo instalado seja a debilidade da indústria transformadora, nas suas componentes de produção não transacionável articulada com a exploração turística e de produção para exportação. Mesmo

nestas condições, há condições para uma maior proatividade no ordenamento de solo industrial. Por outro lado, a existência no terreno de uma infraestrutura de base tecnológica (MADEIRA TECNOPÓLO) com potencial de crescimento reconhecido conforta a estratégia espacial do PDM em matéria de oferta e localização de infraestruturas desta natureza. A eventual necessidade de disseminação de algumas pequenas unidades de suporte à incubação de novas iniciativas empresariais não altera substancialmente esta conclusão.

A estimação da massa de emprego que anima diariamente o Funchal não constitui tarefa fácil, atendendo sobretudo à inexistência de dados fiáveis e oficializados do emprego público no concelho (Governo Regional, Município e instituições da República). Em ano de Recenseamento à População, a revisão do PDM pode ao longo da sua elaboração minimizar esta lacuna.

Procedeu-se a uma estimativa grosseira desse emprego total concelhio, partindo da única fonte credível existente (o emprego por conta de outrem dos Quadros de Pessoal do MTSS) que aponta para cerca de 43 000 empregos. Com base numa aproximação grosseira à taxa de cobertura desta variável e ao trabalho por conta própria existente no concelho, chegámos a uma estimativa provisória do emprego total no concelho que aponta para um intervalo entre 60000 e os 70000 empregos. Tomando por referência o emprego que em 2001 não residia no concelho (relevante em Câmara de Lobos, Machico e Santa Cruz), a consistência do intervalo encontrado não parece abalada, mas só uma informação mais rigorosa sobre o emprego público permitirá aferir se a estimativa é aceitável para os fins em vista.

Todos os dados trabalhados no domínio do emprego por conta de outrem confirmam a projeção efetiva do modelo económico da RAM no concelho em torno do núcleo fundamental “comércio, alojamento e restauração”, tendo em conta que as atividades de construção civil pela sua natureza apresentam uma distribuição mais disseminada por todo o território da Região. A análise permitiu detetar a presença de emprego por conta de outrem em ramos como os da consultoria técnica e atividades similares que podem representar uma de duas evidências: situarem-se nas articulações próximas com o modelo instalado ou poderem representar um sinal de que o modelo poderá evoluir para atividades mais intensivas em conhecimento.

Em matéria de desemprego, a evolução observada no Inquérito ao Emprego INE e no desemprego registado não é coincidente. A melhoria observada em 2010 no primeiro não tem correspondência no segundo. A discrepância de valores entre as duas fontes estatísticas é significativa: 9700 contra 15 648 em 2010. De qualquer modo, o Funchal tende no desemprego registado a representar cerca de 40% do desemprego da RAM, com expressão reduzida do desemprego jovem e do de longa duração, o que constitui um facto positivo. Se a massa global do desemprego registado continuar a aumentar, a expressão do fenómeno na Cidade tenderá a fazer-se sentir, exigindo monitorização atenta.

A análise realizada da atividade turística no concelho confirma em linhas gerais as considerações produzidas a propósito do modelo global da Região e da sua projeção territorial no Funchal.

Na verdade, os indicadores disponíveis sobre a infraestrutura hoteleira revelam a excelência do modelo do ponto de vista da qualidade das unidades e a sua forte representatividade no território concelhio, particularmente na Cidade, constituindo-se em fator dinâmico de praticamente todas as atividades económicas aqui implantadas.

Os dados respeitantes à procura turística no Funchal revelam uma evolução descendente, com diminuição do número de dormidas e de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, da taxa de ocupação e da estada média, que atingiu em 2009 o valor mais baixo desde 2002. É difícil isolar neste comportamento a componente que resultará do impacto da grande recessão internacional de 2008-2009 (componente conjuntural) e a que poderá significar alguma incapacidade de disputar a procura turística compatível com a excelência da oferta hoteleira (componente estrutural). Os dados empíricos disponíveis indicam alguma descida do preço médio contratado pelas unidades hoteleiras, embora ainda situado numa faixa de preços que se destaca face à média nacional. Essa descida revelada pelas estatísticas oficiais é bastante inferior à que é transmitida por outros testemunhos emanados do sector hoteleiro.

Finalmente, a densidade e intensidade da atividade turística observadas no Funchal colocam o Funchal em patamares de insustentabilidade turística, de acordo com as diretrizes mais atuais sobre padrões de turismo sustentável. Este facto constitui em parte a consequência da maturidade do ciclo de desenvolvimento turístico da Região. A excelência das unidades hoteleiras tende a minimizar este impacto, mas para efeito da atracção de procura mais sensível aos padrões do turismo sustentável a situação atingida, embora com tendências para melhorar os indicadores de base, constitui uma circunstância penalizadora.

Em resumo, os estudos realizados sobre as condições económicas e sociais ditam uma orientação geral com interesse estratégico para os trabalhos de revisão do PDM. Abre-se ao concelho do Funchal um período de gestão inteligente e sustentável da estabilização /contração potencial do modelo económico que suportou o crescimento vigoroso da última década, que pode viabilizar uma maior capacidade de fixação regional e concelhia de recursos humanos qualificados. Esta fixação contribuiria agora por uma via mais imaterial para a manutenção ou até melhoria dos níveis de rendimento per capita já atingidos.

## 8.2. SWOT

### OPORTUNIDADES

- Cenário projetado de evolução demográfica para 2021 que, em termos de população residente e de população potencialmente ativa, permitirá acomodar sem sobressaltos políticas de gestão inteligente e sustentável da estabilização/contração potencial do modelo económico instalado;
- Cenário demográfico projetado para 2021 que, em termos de evolução do número de famílias e de dimensão média da família, determina uma tendência de redução da pressão habitacional sobre o concelho, também por si própria favorável a acomodar sem sobressaltos a questão habitacional no período de revisão do PDM;
- Reconhecimento internacional (Centro Mundial de Excelência de Destinos, CED, e alguma fidelização da excelência turística na Região), com largo potencial de valorização na faixa de preços em que a oferta turística regional pode atuar, em grande medida projetada no concelho e na Cidade do Funchal;
- Margens de progresso na política de ordenamento industrial concelhio, designadamente do ponto de vista da criação de novos espaços de acolhimento empresarial;
- Reconhecimento internacional da capacidade de superação que o concelho revelou na ultrapassagem da situação provocada pelo cataclismo natural que atingiu a Região;
- Margens de progresso na valorização do conteúdo inovação do modelo económico instalado (eficiência energética, inovação na gestão hoteleira e turística em geral, construção sustentável)
- Empregos registados no concelho na área da consultoria técnica e científica e atividades similares com potencial de associação a processos de incorporação mais intensiva de conhecimento no modelo económico instalado (sistemas de informação, gestão, eficiência e racionalização energéticas, construção sustentável, ...);
- Margem de manobra para um maior envolvimento e interação da Universidade da Madeira com o tecido empresarial;
- Manutenção do estatuto de região ultraperiférica que tende, embora muito parcialmente, a minimizar as consequências da saída do regime de região da convergência.

## AMEAÇAS

- Cenário demográfico que aponta do ponto de vista dos efeitos sobre a procura de equipamentos para necessidades de ajustamento de oferta;
- Modelo económico global da RAM projetado no concelho em estágio de transição e adaptação ao cenário de crise internacional e esgotado do ponto de vista da sua intensificação e crescimento;
- Quebra na evolução das dormidas na segunda metade da década de 2000;
- Decréscimo acentuado da taxa líquida de ocupação – cama e da estada média;
- Cenários de quebra de rentabilidade e de atuação em faixas de preços desproporcionadamente baixas face à excelência da infraestrutura e do atendimento hoteleiros, que levam tendencialmente a quebras no ritmo de absorção de emprego e à não sustentabilidade económica e financeira dos empreendimentos;
- Riscos de que esta quebra de preços possa estender-se em cascata descendente às unidades hoteleiras de menor estatuto (ainda sem evidência estatística sólida ou mesmo contraditória com esse risco), gerando quer a insustentabilidade destas últimas, quer a não diferenciação relevante de preços entre unidades com estatutos muito desiguais, o que é mau para a legibilidade do mercado;
- Indicadores de insustentabilidade turística, refletindo o ciclo de maturidade da oferta turística da Região, bastante acima dos parâmetros internacionalmente reconhecidos, podendo penalizar o destino na captação de procura mais identificada e mais sensível a parâmetros de sustentabilidade;
- Crescimento continuado do desemprego registado na RAM e no concelho, embora com peso concelhio relativamente estabilizado, com riscos de maior visibilidade de presença na Cidade
- Modelo económico gerador de constrangimentos à emergência de novas atividades produtivas transacionáveis, por conseguinte com baixo potencial de diversificação
- Atividades tradicionais (exemplo dos bordados e outros produtos artesanais locais) com tendência de quebra sistemática de produção e de mercados, ilustrando a difícil consolidação de produções locais orientadas para o mercado interno e articuladas com a atividade turística;
- Riscos de que a Zona Franca possa deparar com constrangimentos futuros à sua manutenção e consolidação em funções de tendências de legislação comunitária no sentido do maior aperto de legislação e controlo, com reflexos na capacidade de atracção /fixação de empresas.



## PONTOS FORTES

- Excelência da infraestrutura turística e hoteleira em particular, com expressividade da oferta de unidades de 5\*;
- O Funchal continua a concentrar a maior parte (64%) da oferta turística de alojamento em estabelecimentos hoteleiros da RAM
- Qualidade de atendimento profissionalizado e da população em geral;
- Capacidade local em termos de estruturas e de oferta de animação turística;
- Eventos regulares já consolidados com capacidade de reforço da animação turística e de fidelização de procura de visitantes especializados (Passagem de Ano, Festival de Jazz, Festas das Flores, etc.) e de criação de um ambiente mais cosmopolita
- Infraestrutura de base tecnológica já instalada com potencial de intervenção na área da incubação de novas iniciativas empresariais e de articulação com o potencial universitário;
- Oferta de golf;
- Nova oferta comercial emergente com maior capacidade de sedução da procura de turistas;
- Sistema de oferta de formação profissional na área turística com capacidade e qualidade reconhecidas pelo meio empresarial;
- Resiliência da produção de vinho da Madeira e manutenção do seu potencial de visibilidade exterior;
- Relevância da atuação da Agência Regional de Energia como instrumento de suporte à inovação energética do modelo económico instalado;
- Boa capacidade de oferta de ensino profissional;
- Adequação da dotação de escolas secundárias no concelho, embora com necessidades de racionalização de rede em função dos cenários demográficos projetados.

## PONTOS FRACOS

- Densidade e intensidade de ocupação turísticas penalizadoras dos indicadores de turismo sustentável no concelho;
- Baixa capacidade de exportação de produtos de valor acrescentado elevado;

- Vulnerabilidade aos efeitos de cataclismos naturais na Região, determinada em parte pelo modelo de ordenamento consolidado na última década;
- Baixa capacidade da produção económica local articular-se mais decisivamente com a atividade turística;
- Oferta comercial tradicional ainda com necessidades de modernização (não concretizada) de instalações, modelos de gestão e atendimento, designadamente por fenómenos de envelhecimento da capacidade empresarial local coexistente com alguns exemplos menos conseguidos de modelo comercial “high street”;
- Persistência de forte sazonalidade turística com dois picos anuais de procura, com relevância particular para a procura nacional;
- Zona franca sem contributo relevante para a fixação de actividades com poder de diversificação face à estrutura produtiva instalada;
- Défice observado em termos de equipamentos destinados a grandes jogos e pistas de atletismo;
- Défice observado na zona nascente da cidade e do concelho em matéria de centros de saúde.